



v. 13, n. 2 (2025)

Dossiê: Ciência Psicológica e Saberes Amazônicos

ISSN: 1982-5471



MOSAICO
Estudos em Psicologia

DePsi
Departamento de
Psicologia UFMG

FAFICH

UFMG



CORPO EDITORIAL

Editor-Chefe

Pedro Henrique Chaves Cardoso

Editor Associado Secretário

Anderson Moraes Pires

Editores/as Associados/as

Ágnes Mira Maria Coriolano
Ana Carolina Cordeiro Alves
Ana Luisa Guimarães Frederico Xavier
Bruna Cristina Muller Paiva
Bruna Sguerri Dias
Carolina Guitzel Borghi
Emerson Batista Silva Oliveira
Glaiscy Felix da Silva
Hermógenes Abraão Paz Siqueira
Janaína Cristina de Sousa Bertoldo e Martins
Júlia Somberg Alves
Julia Costa de Oliveira
Laís Caires Gonzaga
Letícia Blandina Cardoso Ferreira Monteiro
Lucas Soares dos Santos
Natália de Oliveira Viana
Yuri Fernandes dos Santos

EQUIPE DE REVISÃO TEXTUAL

Keithy Caren Almeida de Brito

CONSELHO CONSULTIVO

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dra. Jacqueline de Oliveira Moreira
Dra. Maria Ignez Costa Moreira
Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Universidade Federal de Minas Gerais

Dr. Adriano R. A. do Nascimento
Dra. Déborah Rosária Barbosa
Dra. Elizabeth do Nascimento
Dr. Gilson de Paulo Moreira Iannini
Dra. Lisandra Espíndula Moreira
Dra. Maria Luísa Magalhães Nogueira
Dr. Maycoln Martins Teodoro
Dra. Thais Porlan de Oliveira
Dr. Vitor Geraldi Haase

Universidade Federal de Viçosa

Dr. Eduardo Simonini Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dra. Ana Karenina de M. A. Amorim

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Simone Mainieri Paulon

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Dra. Thaís Porlan de Oliveira

Vice-diretor

Dr. Rogério Duarte do Pateo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Pedro Henrique Chaves Cardoso
Editor-Chefe

CAPA

Julia Cavalcante Pietroboli

CONTATO

Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Sala F3037.
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha; CEP 31.270-901; Belo Horizonte- MG.
Site: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico>
Email: mosaico.epsicologia@gmail.com

Editorial Dossiê: Ciência Psicológica e Saberes Amazônicos

Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos, Laísy de Lima Nunes

O presente dossiê é constituído por cinco estudos que foram selecionados entre as produções acadêmicas do *VIII Seminário de Psicologia: Ciência Psicológica e Saberes Amazônicos* (VIII SEP), realizado em formato híbrido, entre os dias 19 e 21 de outubro de 2022. O SEP é uma produção do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em parceria com o curso de graduação do Departamento de Psicologia (DEPSI) da referida instituição. Historicamente, esse evento tem por finalidade consolidar a pesquisa científica na área da Psicologia da região amazônica e oportunizar o debate e a troca de experiências entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais de diferentes áreas e regiões do país. Dada a sua perenidade ao longo dos anos, destaca-se a relevância desse seminário, pois ele figura como um importante evento científico de Psicologia no Norte do Brasil e materializa um espaço de compartilhamento de conhecimentos sobre os saberes das populações amazônicas.

O principal objetivo desta publicação é difundir conhecimentos psicológicos produzidos na região amazônica. Esta iniciativa marca a expansão das pesquisas nacionais amazônicas face ao expressivo trabalho coletivo de pesquisadores na área. A relevância desse dossiê se coaduna com o contexto histórico, social, político e econômico do país e do mundo, dada a urgência das questões climáticas e ambientais e o protagonismo desta região em tais discussões. Sob uma perspectiva crítica e emancipatória, os estudos apresentados contribuem para o conhecimento sobre diferentes fenômenos e práticas psicológicas a partir de derivações de atividades nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias, cujo baluarte é o respeito à diversidade e à pluralidade inerente às diferentes culturas, saberes e subjetividades.

Nessa direção, somado aos cinco estudos, apresenta-se uma entrevista com a Professora Dra. Iracema Neno Cecilio Tada, pela sua valiosa contribuição para o evento ao longo dos anos, para a área de estudos amazônicos e, marcadamente, para o campo da Psicologia nacional. A entrevista e os estudos têm como eixo transversal a representatividade de realidades amazônicas e de temas/públicos pouco abordados na literatura, na interface entre a Educação e a Saúde.

O primeiro estudo, intitulado *Adesão em pesquisa sobre uso de psicodélicos para tratamentos de transtornos mentais*, aborda uma discussão necessária acerca do uso de psicodélicos, destacando a região amazônica como potencial produtora de insumos para novas formas de intervenção nos transtornos mentais. Cristiane Ferreira Silveira, Nádia Valéria Moreira Santos e Paulo Rogério Moraes

mencionam o estigma e o preconceito que envolvem o uso de psicodélicos e as dificuldades relacionadas às pesquisas na área e aos serviços de saúde nos âmbitos regional e nacional. Nisso, eles chamam a atenção para o conhecimento popular e a cultura religiosa, particularmente, no tocante às ayahuasqueiras, que compõem a história do estado de Rondônia, fator que pode influenciar o conhecimento e as atitudes dos profissionais em relação ao uso de psicodélicos para fins terapêuticos. Tal conhecimento pode ampliar a forma de pensar sobre o tema, inclusive entendendo a mesma lógica como sendo extensiva ao uso terapêutico de outras substâncias.

O segundo estudo, cujo título é *Violência psicológica e assédio moral na docência de uma instituição pública de Ensino Superior da Amazônia*, retrata uma realidade lamentável que, muitas vezes, é silenciada no discurso acadêmico. Henrique Moreira dos Santos e Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein abordam o tema para além das vivências de violações ao discutirem sobre as políticas de enfrentamento às violências e aos assédios nas relações de trabalho, sobre os modos de promover um ambiente mais saudável e sobre seus efeitos mais amplos em termos de impactos na educação e na sociedade. Dentro disso, os autores sublinham que, embora seja responsabilidade coletiva a valorização docente e as ações de prevenção, de combate e de mitigação dos efeitos dessas relações tóxicas, elas podem começar na própria universidade com ações de pesquisa, ensino e extensão, pelo caráter emancipatório e transformador da educação.

Na sequência, o terceiro estudo, sob o título *O Haiti não é aqui: a psicologia e as sutilezas do acolher a migração haitiana*, traz a experiência de uma atividade de extensão proveniente da inserção das autoras em associações e projetos compostos por pessoas haitianas. Dentre as contribuições citam-se: a valorização da cultura haitiana, o breve resgate histórico sobre o Brasil e os movimentos migratórios, a crítica a respeito da ênfase tecnicista vigente na formação em psicologia, a abordagem de uma perspectiva contra hegemônica de saberes e práticas psicológicas, além da menção ao capitalismo neocolonial e seus desdobramentos em países pobres. Adriele Joventina Ferreira Barroso e Weidila Nink Dias inquietam os leitores sobre o compromisso ético-político da profissão e sobre a ausência de representatividade dos “não brancos” na Psicologia. O texto é de grande relevância face ao contexto contemporâneo mundial de guerras, catástrofes naturais, crises humanitárias, alterações climáticas e seus desdobramentos nas populações em diferentes regiões do mundo.

O quarto estudo trata de um relato de experiência de estágio intitulado *Jovens negros em medida socioeducativa durante a pandemia: um relato de experiência em psicologia social*. A prática focalizou intervenções psicossociais com jovens em medida socioeducativa de Liberdade Assistida durante a pandemia de COVID-19 e revelou a complexidade e os desafios inerentes a esses contextos de atuação, especialmente no que diz respeito à precarização das instituições públicas e às práticas de educação bancária, punitivas, moralistas e autoritárias nos serviços voltados para essa população.

Daylan Maykiele Denes, Fábio Rodrigues Carvalho e Iago Brilhante Souza colocam em xeque a formação em Psicologia ao alertarem sobre o descompasso entre a formação tradicional na área e as demandas atuais da sociedade, marcadamente em tópicos como gênero, sexualidade, direitos humanos, políticas públicas e questões ambientais. Os autores circunscrevem o tema entre os aspectos sociais e coletivos e os de ordem psicológica e individual para pensar numa formação crítica que colabore para a promoção do desenvolvimento desses sujeitos.

Ainda na esteira de temas relacionados às identidades invisibilizadas, o último estudo, denominado *A escuta psicanalítica de sujeitos sobre vir-a-ser homem, negro e homossexual*, envolve dados empíricos de uma pesquisa qualitativa. O estudo demonstra as articulações entre os tipos de relações afetivas possíveis e o contexto histórico, os saberes dominantes de cada época ou sociedade e as formações ideológicas de normalização e de normatização. Lucas Emanuel Costa de Souza Florêncio e Halanderson Raymisson da Silva Pereira denunciam a realidade de estereótipos e preconceitos relacionados à sexualidade do homem negro e demonstram as benesses da escuta psicanalítica dirigida a esses sujeitos que são duplamente marginalizados. O estudo é de grande relevância na medida em que há poucas pesquisas nacionais que integrem sexualidade a questões étnico-raciais explorando a interseccionalidade dessas vivências.

O conjunto de produções apresentado neste dossiê indica a pluralidade de temas relacionados às questões de pesquisas desenvolvidas no território amazônico. Longe de uma tentativa de delimitar ou de caracterizar o panorama dos estudos na Amazônia, buscou-se apresentar produções selecionadas a partir de um evento científico realizado no estado de Rondônia, a fim de ilustrar ações científicas desenvolvidas na região Norte. A entrevista e os estudos publicados indicam a riqueza das diferentes temáticas e a necessidade de uma formação acadêmica e de práticas profissionais críticas e contextualizadas, que busquem construir para atuações e projetos emancipatórios e comprometidos com a *Ciência Psicológica e os Saberes Amazônicos*.

Espera-se que os desdobramentos dessa leitura possibilitem a reflexão sobre as mudanças necessárias no contexto das ações humanas, do campo da Psicologia e das políticas públicas, fomentando bases para construção de novas formas de pensamento e modos de ação capazes de engendrar cenários societários mais justos e solidários.

INTERFACES ENTRE PSICOLOGIA, HISTÓRIA DE UM TERRITÓRIO E ITINERÁRIO DOCENTE: ENTREVISTA COM PROFESSORA IRACEMA TADA

INTERFACES BETWEEN PSYCHOLOGY, HISTORY OF A TERRITORY AND TEACHING ITINERARY:

INTERVIEW WITH PROFESSOR IRACEMA TADA

Iracema Neno Cecilio Tada¹, Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos², Laísy de Lima Nunes³

¹Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Contato: iracematada@gmail.com

²Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: emellyne@gmail.com.

³Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Contato: laisyunes@gmail.com.

Resumo

Esta entrevista foi realizada com a Professora Iracema Neno Cecilio Tada, dia 02 de abril de 2024 e focalizou as interfaces entre a Psicologia como ciência e profissão, o estado de Rondônia e suas especificidades e o relato de um itinerário docente representativo em termos local, regional e nacional.

Palavras-chave: psicologia; Rondônia; docência.

Abstract

This interview was conducted with Professor Iracema Neno Cecilio Tada on April 2, 2024, and focused on the interfaces between Psychology as a science and profession, the state of Rondônia and its specificities, and the account of a representative teaching itinerary in local, regional, and national terms.

Keywords: psychology; Rondônia; teaching.

Editor-associado: Laísy de Lima Nunes

Recebido em: 30/04/2024

Aceito em: 06/10/2025

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Tada, I. N. C., Lemos, E. L. de M. D., & Nunes, L. de L. (2025). Interfaces entre Psicologia, história de um território e itinerário docente: entrevista com Professora Iracema Tada. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 01-08.

Introdução

As demandas e especificidades territoriais e socioeconômicas da região norte do país necessitam de maior visibilidade e protagonismo no debate científico nos âmbitos nacional e internacional. Dada a relevância das Instituições de Ensino Superior (IES) nesse processo, alguns

avanços podem ser observados a partir de ações coletivas de professores. Assim, com o objetivo de promover maiores reflexões a respeito da Psicologia nesse contexto e de documentar elementos que figuram a história dessa ciência e profissão na região norte do país, convidamos a Profa. Dra. *Iracema Neno Cecilio Tada* – psicóloga, mestre, doutora em Psicologia, membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional (ABRAPEE) – para discorrer sobre o assunto, tendo como uma das pautas este dossiê e o Seminário de Psicologia (SEP), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Esta entrevista foi realizada online, via chamada de vídeo, no dia 02 de abril de 2024.

Laísy: Inicialmente, é um prazer tê-la concedendo esta entrevista e podendo contextualizar um pouco mais sobre o Seminário Psicologia da UNIR e as colaborações para este dossiê. Então, considerando a sua participação ao longo das edições do evento, especialmente na Comissão Científica, como você descreve a história do SEP?

Iracema: Para que eu possa falar do SEP, preciso resgatar a história do nosso PPGPSI que antes era denominado como Mestrado Acadêmico de Psicologia (MAPSI), com início em julho de 2009, após a titulação de nossos professores, pelo Doutorado Interinstitucional (DINTER) entre a UNIR e a Universidade de São Paulo (USP), na área da Psicologia. Com o término do DINTER, concorremos e fomos agraciados com o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras (PROCAD-NF), em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Psicologia da USP e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o que contribuiu para o fortalecimento de nosso PPGPSI. Daí, com a conclusão da nossa primeira turma de mestrandos, organizamos o I SEP em 2011 a fim de divulgar as pesquisas desenvolvidas na área da Psicologia para a sociedade em geral, com o tema “Pesquisas em Educação e Saúde”. Até o momento foram realizados oito edições, com as seguintes temáticas: “50 Anos de Psicologia no Brasil: a produção do conhecimento e as desigualdades regionais”; “Mal-Estar Contemporâneo: Desafios Atuais à Educação, à Saúde e ao Trabalho”; “Psicologia e Políticas Públicas na Amazônia: Pesquisa, Formação e Atuação”; “Psicologia e Compromisso Social: Diálogos na Amazônia”; “Psicologia, democracia e direitos humanos na Amazônia”; “Avaliação Psicológica: formação, estudos e pesquisas” e “Ciência Psicológica e Saberes Amazônicos”. A ideia era fazer uma vez por ano, mas em função da pandemia e pela falta de recursos financeiros, tivemos que adiar. Em todo esse processo, contamos com o apoio do nosso Departamento de Psicologia (DEPSI) no sentido de deixar uma semana disponível para o SEP. Diante desse panorama, eu considero o SEP um evento valioso, porque oportuniza aos docentes, discentes, pesquisadores de Programas de Pós-Graduação e da Graduação, não apenas da nossa região norte, mas também de outras regiões de nosso país, apresentarem suas pesquisas, fomentando discussões pertinentes ao campo da Psicologia nas áreas da Educação, Saúde e Movimentos Sociais. Durante a minha

participação no âmbito da Comissão Científica, pude verificar a diversidade dos trabalhos inscritos, com densidade teórica e metodológica, promovendo valiosas discussões durante as apresentações e contribuindo para a formação e atuação dos profissionais da educação e da saúde, não só da região amazônica como do Brasil e a nível internacional. Isso mostra que o PPGPSI tem contribuído para uma formação de mestres que estão cientes dos temas atuais que necessitam de pesquisa e que vão ser trabalhados à luz da Psicologia. Esses trabalhos trazem questionamentos e são propositivos para o enfrentamento das desigualdades sociais, frente à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, como: indígenas; refugiados – nós tivemos aqui um movimento muito grande de refugiados haitianos, venezuelanos, bolivianos; temos ainda as pessoas com deficiência, altas habilidades e transtorno do espectro autista; crianças e adolescentes que se encontram em situação de abrigo; população LGBTQIA+; comunidades ribeirinhas e do campo; alunos com histórias de fracasso escolar; pessoas com transtornos mentais; medicalização da educação e da sociedade, enfim, aqueles que são excluídos em uma sociedade neoliberal como a nossa.

L: Especificamente sobre a última edição do SEP, que aconteceu em 2022 e que teve como tema “Ciência Psicológica e Saberes Amazônicos”, poderia comentar um pouco mais sobre quais contribuições você percebe que a produção científica da realidade amazônica tem oferecido para a Psicologia, nos cenários nacional e internacional? E quais as possíveis lacunas?

I: Para falar do último SEP, preciso destacar que ele ocorreu em dois formatos, remoto nos dois primeiros dias para apresentação dos trabalhos e, presencial no último dia reservado para minicursos, lançamento de livros e homenagens aos docentes que se aposentaram e em processo de aposentar. O evento foi desse modo em função da UNIR ofertar, em 2022, três semestres letivos, devido à suspensão das atividades acadêmicas, em 2020, com a Covid-19. Nessa edição, assim como nas anteriores, considero que a produção científica em Psicologia tem contribuído com a realidade do cenário local, nacional e internacional, por tratar de temas atuais, como eu disse anteriormente, trazendo questões relacionadas aos transtornos mentais, aos impactos da Covid-19 na saúde, educação e na vida do trabalhador, ao Ensino Superior, ao racismo e a temáticas diferentes do que vinha sendo abordado. Ou seja, a pesquisa, está atenta ao movimento, tanto ao que está acontecendo aqui, em nosso estado, como a nível nacional e internacional. No que diz respeito às lacunas, destaco as consequências advindas da pandemia, porque, quando as aulas eram remotas tivemos problemas com alunos que não tinham um bom computador, uma boa rede de internet e aqueles que nem computador tinham. Nossa universidade abriu um edital para aqueles que não tinham condições de ter uma boa rede ou um bom computador, para que pudessem comprar um bom computador, mas o recurso não deu conta de tudo. Então, analiso como ponto negativo do nosso último SEP, as atividades remotas no que tange as pessoas que participaram do evento tendo um computador ruim, com uma rede de internet que

caía com frequência perdendo trechos da transmissão online, bem como, a não possibilidade de poder dialogar informalmente com algum dos palestrantes, como ocorre nos eventos presenciais. Há também a questão da saúde mental da população pós-pandemia. Foi um período de perdas de entes queridos pela Covid-19, aqui perdemos a nossa querida Profa. Dra. Ana Maria de Lima Souza, do nosso PPGPSI e, isso provoca uma dor muito grande. Naquele momento, estávamos sob o impacto desses tristes acontecimentos e acredito que isso também impactou nesse evento do SEP. Mas, foi importante a sua realização, ele foi feito com a intenção de contribuir com a ciência e com a nossa saúde mental.

L: Pensando agora no movimento contrário, quais seriam as possíveis contribuições e as lacunas que você percebe da Psicologia em relação à realidade amazônica, aos seus povos, às suas instituições, às suas políticas?

I: Bom, estamos falando da nossa UNIR, do nosso mestrado, do nosso SEP, do nosso Departamento e algo que eu sempre falo é sobre o quanto é difícil manter profissionais em nosso estado. Considero que, mesmo tendo poucos docentes em nosso quadro de professores, tanto do PPGPSI quanto do DEPSI, temos conseguido contribuir com a inserção de universitários haitianos, indígenas e de pessoas com deficiência em nossa universidade, por exemplo. Problematicar junto aos órgãos competentes o que vem a ser inclusão escolar, social e do trabalho de pessoas que “fogem às normas” institucionalizadas pelo sistema neoliberal, é preciso, especialmente no que tange à comunidade ribeirinha e às pessoas em situação de rua, além de nossos docentes participarem de ações junto aos órgãos públicos do estado. Então, somos poucos, mas conseguimos fazer parcerias com o estado e com o município para o enfrentamento das demandas, principalmente em relação à realidade amazônica e dos povos amazônidas. Qual é a contribuição que o nosso PPGPSI pode dar? É por meio dessas pesquisas, ouvindo o outro, aquele que realmente precisa ser escutado. Em termos de lacunas considero que o fato de, até o ano passado, termos apenas 20 docentes atuando no DEPSI com pesquisa, extensão e ensino e destes, 12 que também atuam no PPGPSI, contribui para uma carga de trabalho bem árdua e cansativa. Tal situação denuncia a falta de professores, que ocorre na maioria dos cursos de nosso estado. Digo nosso estado porque me considero rondoniense. Outro problema é a escassez de recursos financeiros para que possamos, por exemplo, ir para o interior de nosso estado com nossos alunos desenvolver ações psicossociais, ou irmos para o Acre ou outro estado da região norte dividir conhecimentos e fazer parcerias em prol dos povos amazônidas.

L: A gente sabe que a UNIR é a única universidade pública do estado e, apesar de ter vários campi, o curso de Psicologia está localizado na capital. Nesse sentido, como você considera a história da Psicologia neste estado e o processo de construção científica e de atuação profissional, tanto em termos da docência quanto do exercício da profissão de psicólogo(a)?

I: Rondônia se tornou estado em 04 de janeiro de 1982, ou seja, não é tão antiga assim, né? No mesmo ano, em 08 de julho, foi criada a UNIR sediada na capital, Porto Velho. Nesse período, o governo contratou profissionais de Psicologia de outros estados para atuarem em áreas diversas. Somente em 1989, teve início o curso de Psicologia da UNIR e, o PPGPSI, 20 anos depois. A partir de 2005, começaram a surgir novos cursos de Psicologia da rede privada, totalizando, até o ano passado, 17 cursos, sendo cinco na capital, incluindo o da UNIR. Diante desse quadro e, considerando que muitos ex-alunos nossos que passaram pelo nosso PPGPSI, são docentes nessas faculdades privadas, inclusive agora temos alguns ex-alunos estão dando aula na Universidade Federal do Acre (UFAC), considero que os cursos de Psicologia de nosso estado têm contribuído com publicações tanto em revistas qualis A e B, como em livros de editoras renomadas. Assim como com a atuação do psicólogo em diversas áreas, contribuindo com o desenvolvimento do estado. Então, eu vejo como positivo, mas acredito que é necessário sim, uma parceria entre as IES, no sentido de avaliarmos que Rondônia temos hoje e que Rondônia queremos ter, no sentido de contribuir para o desenvolvimento das pessoas, no que tange à saúde mental, à qualidade de vida e, à valorização das tradições do povo amazônida.

L: Tendo em vista a sua trajetória como docente e pesquisadora vinculada à Universidade Federal de Rondônia e atuação por décadas nesta região, como você descreve essa história e as suas principais contribuições? E quais foram ou continuam sendo os principais desafios?

I: Eu me formei pela USP, coleí grau em janeiro de 1986 e, em função do trabalho de meu marido, médico-pesquisador, viemos para Rondônia em setembro de 1986, morar em Costa Marques, fronteira com a Bolívia, para o enfrentamento à malária. Quando a Secretaria Municipal de Educação soube que eu era psicóloga, veio me oferecer emprego como psicóloga para implantar a classe especial na escola do município. Nós estávamos no paradigma de integração, então, a classe especial era a sala de aula para os alunos com deficiência dentro de uma escola regular de ensino. Fui contratada pela prefeitura e lá trabalhei por quatro anos, dentro da minha área de atuação, pois como graduanda fiz estágio extracurricular na Sociedade Pestalozzi/SP. Em seguida, fomos para Brasília, lá fiz o mestrado pela Universidade de Brasília, com foco na relação entre pais e seus filhos com síndrome de Down. Depois, voltamos para Rondônia, residindo na capital porque meu marido era funcionário do Estado e eu, desempregada. Fui aprovada no concurso para a Secretaria de Educação (SEDUC) atuando na Educação Especial por três anos, quando surgiu o concurso para UNIR. Nunca pensei em ser professora, mas estava insatisfeita com o trabalho burocrático da SEDUC. Eu queria trabalhar com as crianças com deficiência, trabalhar com os professores. Daí, quando saiu o concurso da UNIR resolvi tentar a vaga porque assim eu poderia contribuir para a formação de futuros psicólogos escolares em prol da inclusão escolar. Fiz o concurso e fui nomeada, em 1997, como docente do curso de Psicologia da UNIR.

Assim que entrei, participei do Fórum Nacional de Educação Especial das IES, que foi uma experiência muito boa, em parceria com os professores Clarides Henrich de Barba e Mario Roberto Venere. Em 1999, fui chefe do DEPSI, quando a maior parte dos professores saíram para o mestrado, o MINTER, UNIR-USP. Nessa época organizei o primeiro Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar, na área da Psicologia da Pessoa com Necessidades Educativas Especiais, e trabalhamos nas instituições especiais para depois entrarmos nas escolas regulares. Entre 2000 e 2005, eu e mais seis professores de nosso DEPSI, fizemos o DINTER. No final de 2002, o professor Juliano Cedaro, como chefe do DEPSI, nomeou a professora Maria Hercília Junqueira, o professor Luís Alberto Matos, e eu, para criarmos o primeiro Grupo de Pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq que denominamos de *Centro de Pesquisa em Formação da Pessoa*, nosso CEPEFOP, que foi aprovado pelo CONSEA, em 2004. Considero esse passo importante para que pudéssemos ter o nosso mestrado. Em 2006, parei de ofertar o Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar, na área da Psicologia da Pessoa com Necessidades Educativas Especiais, ofertando o Estágio em Psicologia Escolar, que daí foi até eu me aposentar, em 2023, bem como assumindo todas as disciplinas da área escolar. Em 2007, criamos o primeiro curso de especialização em Psicologia Escolar *lato sensu* gratuito, 560 horas presencial, fui a coordenadora e, a professora Vanessa Lima, que hoje atua em Santa Catarina, a vice. Como falei antes, em 2009, nosso PPGPSI teve seu início e, com o término do PROCAD-NF, lançamos o livro *Fracasso escolar, história, políticas educacionais e possibilidades de enfrentamento* (Tada, Souza, & Facci, 2020), por meio da nossa EDUFRO (Editora Universitária da UNIR). Fiz três Projetos de Extensão, o primeiro foi *Pessoas com deficiência em situação asilar em busca da inclusão social*, realizado em 2009. O segundo projeto, que mais tempo durou, de 2015 a 2018 chamou-se *Muito prazer sou autista vem me conhecer para além do rótulo*. E, em 2020, em plena pandemia, desenvolvi o projeto em modalidade remota *Educação quarentenada: desafios e possibilidades durante e pós a pandemia*, com a participação dos discentes e docentes de outras IES para falar sobre cada etapa da educação.

L: E esse material da última extensão continua disponível online?

I: Sim, no YouTube e no Facebook da Editora Temática. Tivemos pessoas da América Latina e da África assistindo, nunca pensamos que iríamos atingir pessoas do exterior e de outras regiões do nosso país. Fiquei muito feliz quando recebi uma mensagem de Costa Marques, que é a minha cidade do coração! Eu acho que nós, no Brasil, não estamos prontos ainda para ter uma educação online, remota. Para mim, a proximidade entre professor-aluno tem que ser presencial. Faço parte da ABRAPEE e criamos a ABRAPEE - Rondônia em 2005 realizando eventos locais com a participação das professoras Maria Aparecida Moysés e Cecília Collares, que abordaram a respeito da medicalização da educação, em um evento com mais de 350 participantes. A professora Adriana Marcondes Machado, o professor Lino de Macedo, as professoras Marilene Proença, Marilda Facci, Sonia Shima, entre outros

profissionais têm contribuído muito com os eventos da ABRAPEE Rondônia, que hoje está sob a coordenação da professora Luanna Freitas Johnson. Também fiz parte da ANPEPP, no período de 2015 a 2022, no GT 59 – Psicologia e Políticas Educacionais. E quais são os principais desafios, certo? Então, me aposentei no dia 10 de agosto de 2023, foi uma decisão tranquila para mim, no sentido assim, existe uma vida além de ser professora. Eu gosto muito do contato com os discentes, com os nossos colegas técnicos e docentes, com o nosso PPGPSI, com os professores das outras IES, mas agora eu quero ficar mais tempo com a minha família porque, como eu falei, com um número pequeno de professores, a sobrecarga é muito grande. Eu continuo orientando discentes e ex-alunos que me procuram, pessoas já formadas que entram em contato comigo. Tenho ainda alguns livros para publicar, um deles é sobre a história da Educação Especial de Rondônia.

L: Sobre as contribuições para as Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019). Destaco a importância de ter representação da região norte, especificamente do estado de Rondônia, na produção de documento tão relevante.

I: É, realmente eu esqueci de falar sobre isso, e eu só participei da construção dessas Referências Básicas em função da ABRAPEE. Então, a partir do momento que criamos a ABRAPEE Rondônia, toda essa organização, penso que foi isso que motivou a eu ser convidada para contribuir. E isso são experiências que enriquecem a gente.

L: Já caminhando para nossa finalização, pensando nessas contribuições, nesses temas que você apontou e nos temas que são concentrados neste dossiê, que são o uso de psicodélicos em transtornos mentais, assédio moral e violência psicológica em docentes, imigrantes haitianos, jovens em liberdade assistida, homens negros e homossexuais, quais interfaces você cita entre eles e os seus temas de estudo? Poderíamos estabelecer algo de transversal entre eles?

I: Então, eu acho que a temática do dossiê perpassa por todos os temas que eu estudo, porque discutimos a respeito deles na Educação, como por exemplo, no Estágio em Psicologia Escolar, tivemos rodas de conversa a respeito do assédio moral, da população LGBTQIA+. Nas atividades da disciplina de *Atuação do Psicólogo Escolar*, trabalhamos com jovens em liberdade assistida, conversamos a respeito do uso de psicodélicos que sempre aparece no diálogo com os estudantes, com os professores e com a equipe técnica, assim como a respeito da violência psicológica em docentes, ou da saúde mental desses professores, não só a nível de Educação Básica como também do Ensino Superior. Eu acho que nós precisamos fomentar, como docentes de graduação em Psicologia, como docentes de programas de pós-graduação em Psicologia, a respeito da violência psicológica que estudantes e profissionais da Educação têm sofrido, para que possamos buscar formas de enfrentamento. Temos muito a caminhar, no sentido de trazer para discussão, em nossas disciplinas todos os temas que

parecem não fazerem parte da disciplina, mas que na realidade fazem parte, são muitos elementos a serem debatidos não só a nível teórico, mas a nível de pesquisa, para possamos retratar o que acontece em Rondônia e divulgar para chamar a atenção dos órgãos competentes para que possam nos ajudarmos no enfrentamento a essas situações.

L: Bem, finalizamos aqui, mais uma vez eu quero agradecer e dizer da riqueza que é lhe ouvir, saber mais sobre as suas contribuições para a Psicologia no estado de Rondônia e sobre a história da Psicologia enquanto ciência e profissão nesse território. Também foi bom saber dos seus planos sobre as próximas produções. Muito obrigada, professora Iracema.

I: Eu que agradeço, me senti muito tocada pelo convite feito pela Emellyne e por você, foi uma experiência muito rica, obrigada.

Referências bibliográficas

Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica*.

2. ed. Brasília: CFP.

Tada, I. N. C., Souza, M. P. R., & Facci, M. G. D. (2020). *Fracasso escolar: história, políticas educacionais e possibilidades de enfrentamento*. Porto Velho: EDUFRO.

ADESÃO EM PESQUISA SOBRE USO DE PSICODÉLICOS PARA TRATAMENTOS DE TRANSTORNOS MENTAIS

ACCESSION TO RESEARCH ON THE USE OF PSYCHEDELICS IN MENTAL DISORDERS TREATMENTS

Cristiane Ferreira Silveira¹, Nádia Valéria Moreira Santos², Paulo Rogério Moraes³

¹Mestranda em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia – Brasil.

Contato: christianefsilveira@gmail.com

²Mestranda em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia – Brasil.

Contato: nadia_moreira@outlook.com.br

³Doutor em psiquiatria e psicologia médica, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia – Brasil.

Contato: paulo.morais@unir.br

Editor-associado: Laísy de Lima Nunes

Recebido em: 18/04/2024

Aceito em: 28/03/2025

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Silveira, C. F., Santos, N. V. M., & Moraes, P. R. (2025). Adesão em pesquisa sobre uso de psicodélicos para tratamentos de transtornos mentais. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 09-27.

Resumo

Trata-se de uma pesquisa realizada com trabalhadores de saúde mental, no estado brasileiro de Rondônia, com o objetivo de mostrar dificuldades e desafios encontrados durante o processo de recrutamento e coleta de dados de participantes para se estudar as atitudes de gestores e profissionais acerca do uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental. Durante o recrutamento e a coleta de dados, foi utilizado um diário de campo e realizada análise de conteúdo dos dados obtidos. Os resultados foram discutidos através das unidades de contextos: obtenção de anuência institucional, recrutamento e adesão à pesquisa e coleta de dados e aplicação dos questionários. Em linhas gerais, constataram-se desafios como: falta de acesso aos serviços, alta rotatividade dos profissionais, falta de conhecimento, resistência relacionada ao tema e pouco interesse dos trabalhadores da saúde mental em responder pesquisas com essa temática. Espera-se subsidiar a criação de estratégias de recrutamento mais efetivas.

Palavras-chave: saúde mental; recrutamento; pesquisa científica; serviços de saúde.

Abstract

This is a study conducted with mental health workers in the Brazilian state of Rondônia, aimed at demonstrating the difficulties and challenges encountered during the recruitment and data collection process for a study on managers' and professionals' attitudes regarding the use of psychedelic drugs in mental health care. A field diary was used during recruitment and data collection and content analysis of the obtained data was performed. The results were discussed through contextual units: obtaining institutional consent, recruitment and adherence to the research, and data collection and questionnaire application. In general, challenges such as lack of access to services, high turnover of professionals, lack of knowledge, resistance related to the topic, and little interest among mental health workers in responding to surveys on this topic were observed. It is hoped to support the creation of more effective recruitment strategies.

Keywords: mental health; recruitment; scientific research; health services.

Introdução

Enquanto o mundo experimenta o aumento preocupante dos problemas de saúde mental, há avanços significativos nas pesquisas relacionadas ao uso de substâncias psicodélicas para o tratamento de vários transtornos mentais (Nutt et al., 2020). Dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) apontam que os transtornos mentais como depressão e ansiedade apresentaram aumento de 25% com o período pandêmico (Winstock et al., 2021). O levantamento mundial Global Drug Survey (GDS), realizado em 2020, apontou índices maiores do uso de álcool correlacionado com o cenário decorrente da COVID-19 e suas sequelas em saúde física e mental (Winstock et al., 2020). Em contrapartida, o número de pesquisas com drogas psicodélicas usadas como adjuvantes terapêuticos nos protocolos de tratamento de diversos transtornos mentais está crescendo e os resultados são altamente promissores (Greenway et al., 2020).

As drogas psicodélicas, também chamadas de alucinógenas, estão alocadas na classificação como perturbadoras do sistema nervoso central (SNC), por produzir estados alterados de consciência diferentes dos usuais (Fantegrossi et al., 2008; Nichols, 2004). Os psicodélicos clássicos (dietilamida do ácido lisérgico [LSD], psilocibina, mescalina e ayahuasca [Dimetiltryptamina e betacarbolinas]) têm mecanismos neurobiológicos que definem a atuação nos receptores 5-HT_{2A} como agonista serotoninérgico e facilitam transformações globais na conexão cerebral e a plasticidade neural (Corrigan et al., 2021). Evidências têm demonstrado que a ação nesses receptores justifica o uso de protocolos embasados em drogas psicodélicas para tratar transtornos por uso de substâncias, alcoolismo e tabagismo e diversos outros transtornos mentais (DiVito & Leger, 2020; Garcia-Romeu et al., 2016). Muitas pesquisas com substâncias psicodélicas estão sendo conduzidas em resposta ao aumento da demanda em saúde mental (Beserra et al., 2021).

O Brasil está na vanguarda em estudos com substâncias psicodélicas para transtornos depressivos e transtornos por uso de substâncias (Escobar & Roazzi, 2010a; Machado, 2020; Palhano-Fontes et al., 2019). Apesar do perfil de serem relativamente seguras do ponto de vista fisiológico e de não serem alvo de uso compulsivo, a legislação nacional considera tais substâncias como danosas à saúde e sem potencial para usos médicos, excetuando-se a regulamentação do uso religioso da ayahuasca e abertura legal para uso de cogumelos produtores da psilocibina na sua forma natural (Braun, 2023; Escobar & Roazzi, 2010b; Ministério da Saúde, 1998).

No país, há relativamente poucos serviços especializados de saúde pública para o tratamento de transtornos mentais ou por uso de substâncias. Paralelo ao proibicionismo e conservadorismo de algumas instituições, muitas ações direcionadas à saúde mental ainda são ligadas à justiça e à segurança pública, o que acarreta prejuízos para as estratégias de saúde e redução de danos (Quintas & Tavares, 2020). Em meio a esse cenário contraditório, são enumerados um rol de serviços ou

instituições ligadas à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dentre eles estão: a atenção básica à saúde, serviços de urgência e emergência e internação hospitalar, os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), estratégias de reabilitação e desinstitucionalização, os dispositivos de internação residencial de caráter transitório e também as Comunidades Terapêuticas (CT). E outros não ligados a RAPS: os grupos de 12 passos, como os Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA), grupos religiosos que são numerosos e atuam ativamente, além de outros serviços como os da rede socioassistencial, os órgãos do Poder Judiciário e serviços da iniciativa privada (Labate et al., 2009; Ministério da Cidadania, 2019).

No estado de Rondônia, localizado em região fronteira, afetado pelo tráfico de drogas, exploração madeireira, mineração ilegal, entre outras, há uma demanda desassistida por tratamento de transtornos mentais e principalmente transtornos por uso de substâncias (L. Silva et al., 2021). Em Rondônia, região amazônica, os serviços de acesso público para tratar esses agravos se resumem aos CAPS I, II, álcool e drogas e infanto-juvenil e nas CTs masculinas, femininas ou mistas (Santos, 2018).

Esses serviços se mostram complexos, com resultados enfraquecidos pelos vários obstáculos estruturais e dificuldades em seus recursos físicos, humanos e terapêuticos (Diehl et al., 2011). No caso das CTs, além de muitas atuarem irregularmente e não disporem de propostas terapêuticas consistentes, são comuns as denúncias de violações de direitos, como exemplo contido no Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017 (CFP et al., 2018; P. Silva, 2021). A situação legal desses serviços contrasta com a iniciativa, em nível mundial, que busca melhoria dos resultados e qualidade da assistência, propondo uso de intervenções baseadas em evidência científica (Diehl et al., 2011; Labate et al., 2009).

Desde a última década do século XX, observa-se crescente interesse do meio científico sobre os efeitos terapêuticos dos psicodélicos para diferentes quadros em saúde mental. Ensaios clínicos randomizados, alguns finalizados e outros em curso, têm demonstrado resultados que apontam para a segurança e eficácia desses compostos no tratamento da ansiedade (Gasser et al., 2014; Grob et al., 2011), transtorno de estresse pós-traumático (Mithoefer et al., 2018), autismo (Danforth et al., 2018), anorexia (Foldi et al., 2020), dependência química (Garcia-Romeu et al., 2019; Johnson et al., 2017; Krebs & Johansen, 2012; Labate et al., 2009; Souza & Martins, 2020) e depressão (Osório et al., 2015). Os efeitos adversos mínimos e os protocolos, que incluem uma ou poucas doses de psicodélicos, são algumas das especificidades que confrontam os tratamentos psicofarmacológicos atualmente considerados eficazes (Greenway et al., 2020).

Nos últimos anos, a Food and Drug Administration (FDA, 2023), agência reguladora do governo dos Estados Unidos da América responsável por proteger a saúde pública, garantir a eficácia e a segurança de medicamentos humanos, dentre outras ações, estimulou estudos que alinham medicamentos à psicoterapia e concedeu aprovação acelerada e título de terapia inovadora a

tratamentos experimentais que envolvem psicoterapia assistida por alguns psicodélicos (psilocibina e 3,4-metilenodioximetanfetamina [MDMA]), devido aos seus potenciais terapêuticos em comparação com os tratamentos convencionais existentes (Greenway et al., 2020).

De modo geral, os protocolos empregados nas pesquisas atuais com terapia assistida por psicodélicos apresentam particularidades e resgatam conceitos relevantes da atenção de forma integral à pessoa, levando a um cuidado rigoroso com aspectos que envolvem desde o ambiente (Setting), as expectativas e as condições individuais (Sett) até a segurança na finalização do tratamento. Ademais, são valorizadas três etapas, quais sejam: a preparação, a sessão de administração da droga e a integração (Greenway et al., 2020; Gukasyan & Nayak, 2022; Johnson et al., 2008).

A cetamina, o MDMA e a psilocibina foram incorporadas recentemente na realidade clínica, em cenários ainda restritos. A primeira é um medicamento usado para fins anestésicos e inovou o arsenal de tratamentos psiquiátricos que, por anos, se mantinha estagnado; em 2019, a FDA aprovou o uso de cetamina para ações terapêuticas, sob condições de dose limitada, comprometendo-se com o monitoramento dos pacientes durante e após a aplicação do medicamento com intuito de garantir sua segurança e eficácia (Brasil, 2021; Carvalho, 2023; Haridy, 2023).

Em uma corrida contra o tempo, considerando as graves consequências dos transtornos mentais e sua incidência aumentada no contexto global, a Austrália é o primeiro país no mundo a anunciar a prescrição de MDMA e psilocibina para tratamento de transtorno de estresse pós-traumático e depressão como alternativa às opções tradicionais. Essas drogas foram reconhecidas como via experimental possível depois de vários estudos científicos ainda que tenham suas histórias carregadas de opiniões contrárias, culturas e crenças diversas. O governo australiano, considerado precipitado por muitos, assumiu a responsabilidade por romper a barreira por anos construída (Haridy, 2023).

As políticas sobre drogas passam por uma reavaliação conceitual com tendência à legalização e à regulamentação impulsionada pela crise contemporânea na saúde mental, pelos debates da sociedade civil organizada e pelos inúmeros resultados de estudos por anos minimizados (Zolotov et al., 2018). Simultaneamente, as pesquisas com drogas psicodélicas vêm ganhando notoriedade na ciência e nas mídias sociais fazendo parte da realidade como um tratamento, ganhando outro status na concepção dos indivíduos (Inserra et al., 2021). Essa transformação tem potencial para direcionar mudanças nas atitudes da população e dos profissionais, lançando mão do estigma para uma visão mais aberta, positiva e descriminalizante dos recursos naturais (Zolotov et al., 2018).

A fim de que toda essa mudança seja sedimentada na sociedade e expandida para saúde, primordialmente há que se reconhecer a opinião dos profissionais acerca do tema, conduzindo investigações com o propósito de compreender e criar estratégias para que o conhecimento científico

seja difundido e, a partir de então, obter opiniões e atitudes de aceitação a respeito da utilização de drogas psicodélicas como adjuvante terapêutico (Page et al., 2021).

No tocante às percepções dos profissionais de saúde sobre a terapia assistida por psicodélicos, um estudo (Reynolds et al., 2021) investigou uma amostra composta por uma equipe multiprofissional oncológica e concluiu que há hesitação, porém com certa abertura, dos profissionais à ideia de utilizar a terapia assistida por psicodélicos em pacientes com câncer avançado. A ausência de opções eficazes de tratamento e o desejo em atenuar o sofrimento humano parecem estar relacionados à abertura e a preocupações com a segurança do paciente, fortalecendo a importância de estudos rigorosos como elemento para sanar as incertezas desses profissionais.

Quanto à aceitabilidade da terapia assistida por psicodélicos, uma pesquisa com psiquiatras do Reino Unido apontou que 77,2% desses apresentam uma postura menos negativa, reconhecem que há propriedades terapêuticas nos psicodélicos e que podem ser utilizados com controle específico (Page et al., 2021). Já entre os universitários americanos, 82,6% afirmaram que o valor medicinal dessas substâncias deve ser testado (Wildberger et al., 2017). Um levantamento com psicólogos(as) dos Estados Unidos descreveu atitudes cautelosamente favoráveis em relação ao uso terapêutico de experiências psicodélicas e apontou que esses profissionais nutrem preocupações com possíveis riscos psiquiátricos e neurocognitivos (Davis et al., 2022). Esse mesmo estudo concluiu que a maioria dos participantes afirmaram possuir pouca compreensão do conjunto de efeitos dos psicodélicos e que precisariam procurar informações adicionais, endossaram crenças positivas acerca do potencial terapêutico dessas drogas e a necessidade de mais pesquisas. Uma outra pesquisa com pacientes atendidos em um serviço de saúde mental demonstrou que 72% admitiam o valor medicinal da psilocibina e 59% acreditavam que ela deveria ser um tratamento médico (Corrigan et al., 2021).

O caminho para o estabelecimento de novas formas eficazes de intervenção e para consolidação de práticas entre os profissionais que atuam na área é a valorização e o incentivo da pesquisa científica, conscientizando os profissionais que os dados obtidos em estudos podem servir como subsídio para tomadas de decisões, na definição de políticas e no planejamento em saúde (Paula et al., 2019). Para tanto, é relevante conhecer as atitudes desses profissionais acerca do uso de substâncias psicodélicas como parte dos recursos terapêuticos nessa área de atuação. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo mostrar dificuldades e desafios encontrados durante o processo de recrutamento e coleta de dados de participantes para um estudo sobre as atitudes de gestores e profissionais acerca do uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental.

Método

Este estudo consiste em uma análise do diário de campo, decorrente do projeto de pesquisa de mestrado acadêmico, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de

Rondônia (UNIR), sob o parecer número 5.241.459 e CAAE número 54103121.8.0000.5300 no ano de 2022.

A amostra da referida pesquisa de mestrado foi constituída por trabalhadores de CTs e CAPS do estado de Rondônia, Brasil, com os seguintes critérios de inclusão: ser maior de 18 anos, ser gestor, diretor ou responsável direto do dispositivo de saúde (no caso dos gestores) e ser profissional que compõe a equipe de atendimento aos pacientes desses dispositivos, independentemente do nível de escolaridade que possui (no caso dos demais profissionais). Foram excluídos profissionais com experiência em atendimento de saúde mental inferior a 1 ano.

Os dados do presente artigo foram coletados durante o recrutamento de participantes para a pesquisa de mestrado acadêmico. O contato inicial foi possibilitado por meio de listas contendo os contatos dos CAPS e CTs encaminhadas pela Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia (SESAU-RO) e pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONEPOD-RO). Durante todo o processo de recrutamento, foi mantido um diário de campo com anotações acerca das reuniões online, inicialmente, com os responsáveis pelos locais onde se buscou anuência institucional e, posteriormente, com os potenciais participantes da pesquisa (gestores e profissionais). Neste diário, foram escritas as narrativas que compreenderam o impacto da apresentação do tema de pesquisa sobre drogas psicodélicas, expectativas dos responsáveis pelas instituições e serviços, expressões do cotidiano de experiências de cada indivíduo e da representação do seu local de trabalho.

Inicialmente, as informações do diário de campo do pesquisador que atuou no recrutamento e na coleta de dados passaram por uma leitura, revisão e organização temática. O material foi organizado de forma cronológica, conforme os acontecimentos metodológicos da pesquisa (obtenção de anuência institucional, recrutamento e adesão à pesquisa, coleta de dados e aplicação dos questionários), que foram consideradas unidades de contexto. Os relatos expressos no diário de campo foram lidos, organizados, integrados e interpretados, conforme as fases da análise de conteúdo (Bardin, 2004; Oliveira, 2008).

Resultados

As anotações do diário de campo foram organizadas em uma categoria temática central única: “Dificuldades e desafios encontrados em uma pesquisa sobre atitudes de gestores e profissionais acerca do uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental”, a partir da qual foram derivadas três unidades de contexto: 1) *Processo de obtenção da anuência institucional*, 2) *Recrutamento e adesão à pesquisa* e 3) *Coleta de dados e aplicação dos questionários*.

Processo de obtenção da anuência institucional

Nessa unidade de contexto, foram identificados desafios para efetivação dessa fase e o primeiro foi a desatualização dos telefones informados pela SESAU-RO e CONEPOD-RO, fato que

também foi detectado nas páginas oficiais das prefeituras. As estratégias empregadas para contatar potenciais participantes para a pesquisa resultaram no encaminhamento do termo de anuência institucional a 17, das 21 unidades de CAPS informados pela SESA-RO e para 46, das 47 CTs informadas pelo CONEPOD-RO. Depois de exaustivos contatos com os gestores desses serviços para obtenção de anuência institucional, nove unidades dos CAPS forneceram anuência para a pesquisa e oito unidades não responderam ao chamamento. Com relação às CTs, 18 unidades atenderam aos contatos e forneceram anuência institucional para pesquisa, uma não concordou em fornecer e as outras 27 não se manifestaram.

Quanto ao acesso inicial aos gestores do grupo CAPS, as dificuldades constatadas foram as seguintes: *“problemas nas linhas telefônicas”*; *“não possuir telefone fixo, nem celular”*; ou o *“telefone informado estava incorreto”*. Para aqueles com quem foi possível o estabelecimento de contato telefônico, a pesquisadora anotou a dificuldade dos gestores em *“atender os telefonemas ou de se estabelecer outra forma de comunicação (por exemplo, e-mail)”*. Um exemplo desses entraves pode ser percebido na seguinte anotação no diário de campo: *“Conseguí o contato do telefone pessoal do diretor do CAPS com a prefeitura, porém ele não respondeu às mensagens pelo WhatsApp e não atendeu a ligação.”* Ainda foram relatadas percepções de *“alta rotatividade de gestores e equipe nos CAPS”* e a *“escassez de equipe multiprofissional completa vinculada”*.

Durante o diálogo inicial com as CTs, foram assinaladas as seguintes percepções: *“dificuldade dos dirigentes em compreender a importância da pesquisa científica”*; *“dificuldades no preenchimento dos formulários online, mesmo sendo oferecido suporte”*; *“resistência quanto à importância do tema para saúde mental”*. Foi observado ainda que, de modo geral, as CTs são dirigidas por pastores evangélicos e que esses expressaram opiniões sobre o tema de pesquisa, registrada na seguinte fala: *“O pastor afirmou que não trata com remédios, somente com a bíblia”*. Há uma variedade de denominações religiosas que dirigem CTs no estado de Rondônia e, entre os dirigentes, existem os que emitiram falas contrárias a tratamentos com auxílio de drogas, como: *“não concordam em tratar dependência de drogas com outra droga”*.

No entanto, buscam nos CAPS um apoio de forma complementar aos métodos adotados pelas CTs, como foi observado nas falas: *“O dirigente da CT afirma que leva seus internos ao CAPS para serem atendidos e medicados quando necessário”*. Outro relato diz: *“A dirigente da CT informa que trabalha em parceria com o CAPS e todos os internos ao serem admitidos passam por avaliação e acompanhamento do CAPS”*. Também foram registradas falas sobre a situação legal das CTs: *“O pastor responsável pela CT se negou a responder a pesquisa, informou que a situação da CT ainda não estava regularizada, por isso não gostaria de responder [...]”*.

Recrutamento e adesão à pesquisa

Essa etapa foi caracterizada pela comunicação com os diretores e gestores das instituições que emitiram anuência institucional para pesquisa e pela obtenção dos contatos pessoais dos trabalhadores desses espaços. Alguns gestores se recusaram a disponibilizar os contatos pessoais dos trabalhadores sob sua direção e assumiram a responsabilidade em repassar o *link* da pesquisa contendo todas as informações. O convite para participar da pesquisa foi encaminhado, entre 2 e 5 vezes, para os telefones fornecidos pelos dirigentes ou no contato dos gestores que não disponibilizaram os contatos dos trabalhadores. O contato com os profissionais foi realizado, por meio de telefonema ou vídeo chamada, individualmente e, ao fazer o convite, a pesquisadora apresentou os objetivos do estudo e fez uma breve explanação dos procedimentos. As estratégias de recrutamento empregadas possibilitaram alcançar uma amostra de 36 participantes.

As dificuldades encontradas durante o recrutamento foram: *“ausência de equipe multiprofissional”*; *“equipe composta exclusivamente por voluntários”*; *“diretor que não repassou os contatos dos profissionais”* ou *“se comprometeu em encaminhar a pesquisa e não encaminhou”*. Nesses últimos casos, dirigentes verbalizaram que: *“não divulgaram a pesquisa por medo de onerar mais os voluntários”*; e houve também *“diretores que estabeleceram exigências documentais (projeto, aprovação em comitê de ética, protocolos administrativos na prefeitura, etc.)”*; *“profissionais que não responderam aos contatos de recrutamento”*; *“profissionais que concordaram verbalmente em participar da pesquisa e não concretizaram o preenchimento dos formulários online”*.

Além desses fatores, existem outros que podem ter desencorajado a adesão à pesquisa, a exemplo da dificuldade em considerar os transtornos por uso de substâncias como um transtorno mental, registrado em uma fala de um possível participante no diário de campo: *“Não trabalhamos com transtornos mentais, somente com dependência química”*.

Coleta de dados e aplicação dos questionários

Nessa etapa, foi efetivado o preenchimento dos formulários encaminhados àqueles profissionais e gestores que concordaram em participar da pesquisa. Em resposta às estratégias de recrutamento, 19 participantes que trabalhavam em CTs e 17 que trabalhavam em CAPS completaram o preenchimento do formulário *online* e compuseram a amostra.

As anotações da pesquisadora destacaram suas impressões ao manter diálogo com os participantes; estas falas foram categorizadas por semelhança. Entre os temas estão as expressões que remetem ao desconhecimento sobre o assunto pesquisado: *“expressou muitas dúvidas sobre os psicodélicos e confundiu-se com outras drogas”*; *“expressou falta de conhecimento, relatou que a pessoa fica doidão.”* Outra anotação que indica a falta de conhecimento dos respondentes foi: *“expressou não conhecer as drogas psicodélicas, mas se mostrou aberta à possibilidade”* e *“Já conhecia sobre a ayahuasca e fez uso em ritual religioso, porém não sabia que ayahuasca era um psicodélico.”*

Outro registro foi a existência de certa objeção com relação ao uso terapêutico dos psicodélicos entre os indivíduos pesquisados, a saber: *“Mostrou relutância com relação às drogas psicodélicas, informou que já conhece uma CT no Paraná que professa fé católica e usa psicodélico com bom resultado, porém não acredita”* ou ainda: *“Expressou não concordar com uso de drogas para tratar dependência.”*

O seguinte recorte apresenta um conjunto de ideias que, embora representem a fala de um indivíduo, pode subsidiar o entendimento do grupo ao qual ele participa:

Relata que atua há 25 anos na assistência à dependência química e conhece o chá do *“Mariri”*, que tem um amigo que fez uso por anos que desenvolveu problemas hepáticos, gástricos e já passou por inúmeras cirurgias, que o *“Mariri”* é mais forte que a maconha, é muito viciante. Disse que é contra o uso dos psicodélicos e irá mobilizar outros dirigentes de CTs para responder a pesquisa negativamente.

Outro ponto identificado foi a fragmentação e a fragilidade dos serviços de saúde mental do estado de Rondônia. A fala que segue exemplifica entraves para a efetivação de políticas ou intervenções em saúde mental no Estado e pode ser considerada como um dos fatores que interferiram na adesão à pesquisa: *“Informou ter dificuldade com discussões em grupo na área de saúde mental com outros profissionais dos CAPS [...]”* e *“foi utilizado o método bola de neve para contactar o máximo de diretores dos CAPS do Estado, porém os próprios diretores relataram não possuir uma boa comunicação e integração entre os CAPS, trabalhando muitas vezes de forma isolada e individualizada.”* O CAPS é incorporado na RAPS como parte elementar de um conjunto de serviços que prestam cuidado em saúde mental e foi percebida, em diversos contatos, a falta de articulação dessas unidades.

Discussão

A sistematização e a análise das informações do diário de campo possibilitaram a identificação de algumas das dificuldades e dos desafios encontrados na obtenção de participantes para uma pesquisa sobre o uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental. Os principais achados deste estudo mostraram que os meios de contato fornecidos por órgãos do estado de Rondônia estavam desatualizados e a ausência de equipe multiprofissional completa tanto no CAPS como na CT. Tais fatores podem ter impactado a adesão à pesquisa e o comprometimento com o preenchimento do formulário *online*. Observou-se ainda expressão de relutância em relação ao tema pesquisado, o não reconhecimento dos transtornos por uso de substâncias como transtorno mental e, em linhas gerais, o desconhecimento sobre o potencial terapêutico das drogas psicodélicas como fatores com grande potencial para influenciar na adesão ou não à pesquisa.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e outros que atuam ligados à RAPS, os resultados sugerem haver falha no nível básico de acesso, dada a desatualização dos contatos telefônicos dos CAPS e CTs, endereços institucionais e *e-mails* constantes nos documentos fornecidos por órgãos oficiais do Estado. Segundo Merçom e Constantinidis (2020), os órgãos responsáveis devem manter a atualização desses dados e a disponibilização entre os serviços, rede de saúde e usuários.

Mesmo com a forte inserção dos meios remotos ou digitais como estratégias de acesso da população aos serviços de saúde e dos pesquisadores que, impedidos de visitar os campos para coletar dados, inovaram com ferramentas *online* para execução de pesquisas durante o período pandêmico pela COVID-19 (Nitahara, 2021), foram observados, principalmente nas CTs, a dificuldade com manuseio dos recursos *online* e o pouco envolvimento no preenchimento do instrumento, entre outras circunstâncias que podem ter desmotivado a adesão à pesquisa.

A ausência de equipe multiprofissional completa vinculada em ambos os dispositivos de saúde foi citada no diário de campo e pode ser consequência da alta rotatividade desses gestores e das equipes, além de adesão expressiva de voluntários no trabalho no caso das CTs. Essas situações podem ter influenciado negativamente na disposição dos gestores e profissionais em responder a pesquisa, pois há um *continuum* de profissionais iniciando sem capacitação e qualificação, sem vínculo e engajamento com os usuários e a equipe, o que refletirá em perdas tanto para a população quanto para os gestores (Gil, 2006).

É de extrema importância a composição e a consolidação de uma equipe multidisciplinar mínima nesses dispositivos, o que corresponde à reforma psiquiátrica (Quintas & Tavares, 2020). Os CAPS representam uma referência de atenção psicossocial de média complexidade, que atua de forma substitutiva do modelo manicomial, em que a essência de seu atendimento está na união de variados saberes de forma multiprofissional e interdisciplinar (Albuquerque et al., 2020). Seu modelo de atenção é organizado para acolher o usuário do SUS de portas abertas, com abordagem comunitária e base territorial, pautado em evidência científica (Vasconcelos et al., 2018).

Mesmo com toda trajetória, os CAPS enfrentam problemas que limitam suas práticas e esse fato também pode estar relacionado à baixa adesão a esta pesquisa e ao pouco comprometimento no preenchimento dos instrumentos. Para Merçom e Constantinidis (2020), alguns problemas são: demandas de trabalho exaustivas, posicionamento profissional divergente dos pressupostos biopsicossociais, condições de trabalho incompatíveis com a proposta psicossocial, dificuldades em acompanhar o avanço das políticas do SUS, falta de estrutura e de recursos materiais e humanos. Tal realidade enfraquece o serviço e causa sentimentos de incapacidade e descontentamento nos profissionais.

As CTs necessitam de organização mínima de pessoal estabelecida na Resolução n. 01/2015 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD). São consideradas organizações da sociedade civil de interesse público e direito privado, funcionam com princípios ligados aos determinantes do contexto econômico, político e ideológico, apresentam um modelo de cuidado predominantemente sustentado na religião, valorizando as práticas espirituais, desde que combinando-as ao conhecimento técnico-científico, com atenção a conceitos da medicina, psicologia e socioassistenciais (Santos, 2018; L. Silva et al., 2021; Vasconcelos et al., 2018). Os propósitos para sua existência estão baseados no princípio da remodelação dos hospitais psiquiátricos, compreendendo a descentralização dos papéis e atuação profissional com objetivo central à ressocialização (Damas, 2013; Quintas & Tavares, 2020). No entanto, existem relatos de que essas instituições atuam de forma controversa e, não rara, iatrogênica (CFP et al., 2018).

Tanto os CAPS, como as CTs, atravessam impasses entre o modelo adotado e a execução prática de suas atividades, fato que pode ter desencorajado a participação na pesquisa e desfavorece o entendimento da importância em colaborar com estudos, visto que as informações geradas têm utilidade na criação de ferramentas para o estabelecimento de parâmetros diagnósticos e intervenções clínicas adequadas (Guimarães et al., 2016). Nesse sentido, Guimarães et al. (2016) buscaram entender os motivos para recusa em participar de pesquisa científica e apontaram como principais causas: não ter disponibilidade de tempo para participação da programação proposta e insegurança quanto à quebra de sigilo.

A discussão levantada por Paula et al. (2019) indica a resistência dos serviços de saúde em acolher pesquisadores em suas unidades ou de realizar um trabalho conjunto com o meio acadêmico. Alguns profissionais de saúde hesitam em participar de pesquisas, pois temem que seu trabalho seja exposto e que sua forma de atuação seja confrontada, além de onerar o fluxo dos serviços, a produtividade e os números de atendimentos/procedimentos realizados. Esse mesmo estudo apontou que isso pode gerar expectativas e atitudes negativas, especialmente nos serviços de atendimento público que, muitas vezes, não oferecem as condições necessárias para o desenvolvimento do projeto terapêutico preconizado pelas políticas públicas.

Outro ponto registrado no diário de campo, a ser discutido no presente estudo, foi a divergência quanto ao conceito de transtorno mental. As concepções apresentadas podem ter relação com suas crenças mais profundas regadas pela imposição da sociedade. Nesse sentido, estudos (Pacheco & Scisleski, 2013; Silveira et al., 2011) exploraram o estigma social desse agravo e abordaram que é uma tendência, tanto da população como de profissionais de saúde, tratar abuso de substâncias com abordagem moral, culpabilizando o indivíduo pela sua condição de saúde e esperando que ele próprio seja o responsável pela sua recuperação. Essa lógica implica prejuízos no acolhimento e no

tratamento dos sujeitos acometidos pelos transtornos por uso de substâncias ou outro transtorno mental. É possível que essa atitude de diferenciar os transtornos por uso de substâncias dos outros transtornos mentais tenha contribuído para a baixa adesão à pesquisa.

Mesmo com os avanços no diagnóstico e nos cuidados do indivíduo que sofre consequências por uso de drogas, ainda há resquícios do modelo moralista e reducionista, norteando a concepção e atuação de muitas pessoas (Araújo & Laranjeira, 2017). Percebe-se a necessidade de divulgação de informações atualizadas entre os profissionais que atuam nesse campo e a valorização da pesquisa científica para criação de alternativas eficazes de tratamento que vão além da abstinência (como ocorre nas CTs). Conforme Ribeiro e Laranjeira (2010), o tratamento deve incluir: diminuição do uso, redução de danos, melhoras na qualidade de vida, manutenção da saúde e convívio social, resguardando a singularidade do indivíduo.

No Brasil, o perfil das CTs, traçado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), como instituições muito ligadas à religiosidade corrobora os achados de Silva et al. (2018) que demonstraram que o modelo socioassistencial consolidado nas CTs do município de Porto Velho, em sua maioria, possui uma abordagem moralista e com métodos religiosos no tratamento para transtornos por uso de substâncias. Em consonância com os registros deste estudo, tais instituições também não estão em situação regular diante das normas. Apesar disso, salienta-se que as declarações quanto às drogas psicodélicas no estado de Rondônia podem sofrer influência das questões culturais e religiosas marcantes na região.

A falta de conhecimento foi observada nos relatos que compõem este estudo. Nesse sentido, cita-se a pesquisa realizada por Žuljević et al. (2022) que abordou as atitudes sobre psicodélicos entre os croatas, revelando conhecimento mínimo sobre o tema e equívocos dos participantes ao classificar algumas substâncias como psicodélicas. Esses autores relataram altos índices de desistência no preenchimento do teste de conhecimento. Além da falta de conhecimento, foi notada certa resistência com relação à temática. Esse é um tópico tratado por autores da vanguarda dos estudos com drogas psicodélicas, referindo que o conservadorismo e a pré-concepção dos profissionais podem ser um obstáculo para efetivação de tratamentos com resultados promissores (Lobo, 2022).

Dentre os desafios para adesão à pesquisa, destaca-se o compartilhamento de crenças evocadas como verdades absolutas que podem induzir as respostas dos participantes ou do grupo (Beserra et al., 2021). A taxa de resposta, tanto na anuência institucional quanto na efetiva adesão de voluntários à pesquisa, aponta que profissionais e gestores, de CTs e dos CAPS, apresentaram pouca disponibilidade em participar de uma pesquisa com a temática proposta. A recusa em participar de estudos científicos deve ser respeitada e, no Brasil, está resguardada na Resolução CNS 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2012). Mesmo que a decisão de não

participar seja danosa aos estudos, conhecer os fatores relacionados a essa decisão é importante para o aprimoramento de estratégias de recrutamento de participantes.

Todo o desenvolvimento da pesquisa e os levantamentos realizados possibilitaram o entendimento de que Rondônia possui um crescimento acentuado de instituições que se intitulam CT em detrimento dos CAPS. O presente estudo identificou 47 CTs no estado, o que representa um aumento de 293,7% em comparação com os dados do IPEA, que havia contabilizado 16 CTs no ano de 2017. Com relação aos CAPS, foram identificadas 21 unidades e, apesar dos esforços para abranger todas as unidades informadas, o total de CAPS que efetivamente possuíam informações nos meios oficiais e condições mínimas de acesso, como contato telefônico e/ou outro tipo de meio de comunicação, foram 17 (80,8%).

Considerando a extensão territorial do estado, os vários problemas de acesso a esses serviços e o crescente aumento da demanda de saúde mental pós-pandemia, não é exagero afirmar que a população de Rondônia se encontra desassistida de serviços públicos especializados em saúde mental (CAPS) e que essas lacunas impulsionam a entrada de outras instituições (CTs) nesse eixo de atenção em saúde, que pode ser desvirtuado por interesses políticos (Bezerra, 2018). Quintas e Tavares (2020) ressaltam que interesses políticos, empresariais e da população concorrem para o reconhecimento das CT no SUS. Atualmente, o repasse de verbas públicas para CTs em prejuízo de investimentos nos CAPS é alvo de críticas (ABRAMD, 2023).

Além dos problemas experimentados para a realização da pesquisa, no Brasil, o pesquisador encontra um cenário de dificuldades e desafios que começam antes mesmo da saída para o campo. Nesse contexto de precarização da pesquisa no Brasil, Souza et al. (2020) destacam a escassez de recursos, o excesso de burocracia, a ausência de equipe de pesquisadores auxiliares, pesquisadores sobrecarregados em várias funções, deficiência de infraestrutura para pesquisa, pouca interação entre pesquisadores e instituições parceiras e pesquisas que não atendem às demandas da sociedade.

Considerações Finais

As dificuldades e os desafios encontrados durante o processo de recrutamento e coleta dos dados apontaram que a desatualização de dados cadastrais dos serviços, a alta rotatividade dos profissionais e gestores, a resistência quanto ao tema pesquisado e a falta de conhecimento somadas à sobrecarga de trabalho, à precariedade dos serviços e ao pouco interesse dos trabalhadores da saúde mental em responder às pesquisas são alguns dos fatores que explicariam a baixa adesão de participantes ao estudo. Os registros do diário de campo possibilitaram a identificação de algumas das barreiras explicitadas para a não adesão à pesquisa. As percepções registradas permitiram a elaboração de observações críticas relacionadas à vivência no momento do recrutamento e da coleta de dados.

Os resultados apresentados precisam ser interpretados à luz das limitações metodológicas do presente estudo. Em virtude das restrições sanitárias em vigor no período do contato com os CAPS e as CTs, todo processo de recrutamento foi realizado por telefone ou por meio de videoconferência e isto também pode ter impactado os resultados descritos. Ademais, os resultados das narrativas não conseguem expor de forma ampla e abrangente a totalidade da experiência vivenciada. As anotações e registros foram organizados, analisados e discutidos *a posteriori*. Também merecem atenção especificidades do conhecimento popular e cultura religiosa, particularmente, as ayahuasqueiras, que compõem a história desse estado, que podem influenciar o conhecimento e as atitudes dos profissionais em relação ao uso de psicodélicos para fins terapêuticos.

Ao descrever algumas das dificuldades e barreiras encontradas no processo de recrutamento de profissionais e gestores da área da saúde para participarem de uma pesquisa, o presente estudo apresenta informações que podem subsidiar o planejamento de outras pesquisas e a criação de estratégias de recrutamento mais efetivas.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, C. S., Azevedo, E. E. B. de, & Aquino, J. E. F. de. (2020). Pacote anticrime e nova lei de drogas: fascistização neoliberal e gestão dos indesejáveis. *Serviço Social em Debate*, 3(2), Artigo 2. Recuperado de <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4921>
- Araújo, M. R. de, & Laranjeira, R. (2017). Evolução do conceito de dependência [atualizada, com comentários sobre o DSM-5]. In A. Gigliotti & A. Guimarães (Org.). *Dependência, adição, compulsão e impulsividade (no prelo)* (1a. ed.). Rubio. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/283277043>
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3a. ed.). Edições 70.
- Beserra, F. R., Rodrigues, S. E., & Monteiro, D. (2021). Uso terapêutico de psicodélicos: por uma perspectiva latino-americana. *Platô: drogas & políticas*, 5. Recuperado de <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2021/12/P5-PLATO-5-FINAL-DIGITAL-3-compressed.pdf>
- Bezerra, I. C. (2018). *Saúde mental e comunidades terapêuticas no DF: entre a capina e a oração* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Brasília]. Recuperado de <https://bdm.unb.br/handle/10483/27683>
- Brasil. (2021). *Huol-UFRN oferta tratamento para depressão resistente à medicação*. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Recuperado de <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/huol-ufrn/comunicacao/noticias/huol-ufrn-oferta-tratamento-para-depressao-resistente-a-medica>
- Braun, J. (2023). *Como 'vazio legal' impulsiona consumo e venda de cogumelos psicodélicos no Brasil*. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/05/07/como-vazio-legal-impulsiona-consumo-e-venda-de-cogumelos-psicodelicos-no-brasil.ghtml>
- Carvalho, P. (2023). As clínicas paulistanas que usam psicodélicos para tratar depressão grave. *Veja São Paulo*. Recuperado de <https://vejasp.abril.com.br/cidades/terapia-psicodelica-cetamina-clinicas-sp-depressao>
- Congresso Internacional da ABRAMD sobre a ética na pluralidade dos saberes e dos fazeres sobre drogas*, 9 (2023). Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas. Universidade de Brasília.

- Conselho Nacional de Saúde. (2012). Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012: aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Recuperado de <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Brasil). Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015. Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas. *Diário Oficial da União*. 28 ago. 2015. Recuperado de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32425953/do1-2015-08-28-resolucao-n-1-de-19-de-agosto-de-2015-32425806
- Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal. (2018). *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017*. CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas_web.pdf
- Corrigan, K., Haran, M., McCandliss, C., McManus, R., Cleary, S., Trant, R., Kelly, Y., Ledden, K., Rush, G., O’Keane, V., & Kelly, J. R. (2021). Psychedelic perceptions: Mental health service user attitudes to psilocybin therapy. *Irish Journal of Medical Science*, 1-13. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11845-021-02668-2>
- Damas, F. B. (2013). Comunidades terapêuticas no Brasil: expansão, institucionalização e relevância social. *Rev. Saúde Pública St. Catarina*, 50-65.
- Davis, A. K., Agin-Liebes, G., España, M., Pilecki, B., & Luoma, J. (2022). Attitudes and Beliefs about the Therapeutic Use of Psychedelic Drugs among Psychologists in the United States. *Journal of Psychoactive Drugs*, 54(4), 309-318. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/02791072.2021.1971343>
- Danforth, A. L., Grob, C. S., Struble, C., Feduccia, A. A., Walker, N., Jerome, L., Yazar-Klosinski, B., & Emerson, A. (2018). Reduction in social anxiety after MDMA-assisted psychotherapy with autistic adults: A randomized, double-blind, placebo-controlled pilot study. *Psychopharmacology*, 235(11), 3137-3148. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s00213-018-5010-9>
- Davis, A. K., Agin-Liebes, G., España, M., Pilecki, B., & Luoma, J. (2022). Attitudes and Beliefs about the Therapeutic Use of Psychedelic Drugs among Psychologists in the United States. *Journal of Psychoactive Drugs*, 54(4), 309-318. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/02791072.2021.1971343>
- Diehl, A., Cordeiro, D., Laranjeira, R., & Colaboradores. (2011). *Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Artmed. Recuperado de <https://doi.org/10.13140/2.1.4894.0804>
- DiVito, A. J., & Leger, R. F. (2020). Psychedelics as an emerging novel intervention in the treatment of substance use disorder: A review. *Molecular Biology Reports*, 47(12), 9791-9799. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11033-020-06009-x>
- Escobar, J. A., & Roazzi, A. (2010a). Substâncias psicodélicas e psilocibina. *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos-NEIP*. Recuperado de www.neip.info
- Escobar, J. A. C., & Roazzi, A. (2010b). Panorama contemporâneo do uso terapêutico de substâncias psicodélicas: ayahuasca e psilocibina. *Neurobiologia*, 73(3), 159-172.
- Fantegrossi, W. E., Murnane, K. S., & Reissig, C. J. (2008). The behavioral pharmacology of hallucinogens. *Biochemical Pharmacology*, 75(1), 17-33. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.bcp.2007.07.018>
- Foldi, C. J., Liknaitzky, P., Williams, M., & Oldfield, B. J. (2020). Rethinking Therapeutic Strategies for Anorexia Nervosa: Insights From Psychedelic Medicine and Animal Models. *Frontiers in Neuroscience*, 14, undefined-undefined. Recuperado de <https://doi.org/10.3389/fnins.2020.00043>

- Garcia-Romeu, A., Davis, A. K., Erowid, F., Erowid, E., Griffiths, R. R., & Johnson, M. W. (2019). Cessation and reduction in alcohol consumption and misuse after psychedelic use. *Journal of Psychopharmacology (Oxford, England)*, 33(9), 1088-1101. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0269881119845793>
- Garcia-Romeu, A., Kersgaard, B., & Addy, P. H. (2016). Clinical Applications of Hallucinogens: A Review. *Experimental and clinical psychopharmacology*, 24(4), 229-268. Recuperado de <https://doi.org/10.1037/pha0000084>
- Gasser, P., Holstein, D., Michel, Y., Doblin, R., Yazar-Klosinski, B., Passie, T., & Brenneisen, R. (2014). Safety and efficacy of lysergic acid diethylamide-assisted psychotherapy for anxiety associated with life-threatening diseases. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 202(7), 513-520. Recuperado de <https://doi.org/10.1097/NMD.0000000000000113>
- Gil, C. R. R. (2006). *Práticas profissionais em saúde da família: expressões de um cotidiano em construção* [Thesis]. Recuperado de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4480>
- Greenway, K. T., Garell, N., Jerome, L., & Feduccia, A. A. (2020). Integrating psychotherapy and psychopharmacology: psychedelic-assisted psychotherapy and other combined treatments. *Expert Review of Clinical Pharmacology*, 13(6), 655-670. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/17512433.2020.1772054>
- Grob, C. S., Danforth, A. L., Chopra, G. S., Hagerty, M., McKay, C. R., Halberstadt, A. L., & Greer, G. R. (2011). Pilot study of psilocybin treatment for anxiety in patients with advanced-stage cancer. *Archives of General Psychiatry*, 68(1), 71-78. Recuperado de <https://doi.org/10.1001/archgenpsychiatry.2010.116>
- Guimarães, N. S., Greco, D. B., Fausto, M. A., Kakehasi, A. M., Guimarães, M. M. M., & Tupinambás, U. (2016). Prevalência e motivos para recusar participação em pesquisa clínica. *Revista Bioética*, 24(2), Artigo 2. Recuperado de https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/1081
- Gukasyan, N., & Nayak, S. M. (2022). Psychedelics, placebo effects, and set and setting: Insights from common factors theory of psychotherapy. *Transcultural Psychiatry*, 59(5), 652-664. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1363461520983684>
- Haridy, R. (2023). Australia to prescribe MDMA and psilocybin for PTSD and depression in world first. *Nature*, 619(7969), 227-228. Recuperado de <https://doi.org/10.1038/d41586-023-02093-8>
- Inserra, A., De Gregorio, D., & Gobbi, G. (2021). Psychedelics in Psychiatry: Neuroplastic, Immunomodulatory, and Neurotransmitter Mechanisms. *Pharmacological Reviews*, 73(1), 202-277. Recuperado de <https://doi.org/10.1124/pharmrev.120.000056>
- IPEA. (2017). *Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras* (Nota Técnica 21). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29865
- Johnson, M. W., Richards, W., & Griffiths, R. (2008). Human hallucinogen research: Guidelines for safety. *Journal of Psychopharmacology*, 22(6), 603-620. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0269881108093587>
- Johnson, M. W., Garcia-Romeu, A., & Griffiths, R. R. (2017). Long-term Follow-up of Psilocybin-facilitated Smoking Cessation. *The American journal of drug and alcohol abuse*, 43(1), 55-60. Recuperado de <https://doi.org/10.3109/00952990.2016.1170135>
- Krebs, T. S., & Johansen, P.-Ø. (2012). Lysergic acid diethylamide (LSD) for alcoholism: Meta-analysis of randomized controlled trials. *Journal of Psychopharmacology (Oxford, England)*, 26(7), 994-1002. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0269881112439253>

- Labate, B., dos Santos, R., Anderson, B., Mercante, M., César, P., & Ribeiro Barbosa, P. C. (2009). Considerações sobre o tratamento da dependência por meio da ayahuasca. *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos – NEIP*.
- Lobo, F. (2022). *Os psicodélicos vão revolucionar a psiquiatria?* Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/291-os-psicodelicos-va-revolucionar-a-psiquiatria>.
- Machado, L. (2020). *Brasileiros que estudam drogas psicodélicas para tratar depressão e dependência química*. Época. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/brasileiros-que-estudam-drogas-psicodelicas-para-tratar-depressao-dependencia-quimica-24634540>.
- Merçom, L. N., & Constantinidis, T. C. (2020). Processos de trabalho e a saúde mental dos trabalhadores nos CAPS: uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos*, 13(2), 666-695. Recuperado de <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.132.14>.
- Ministério da Cidadania. (2019). *Curso Compacta: capacitação de monitores e profissionais de Comunidades Terapêuticas*. Recuperado de https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/23102020_senapred_compacta.pdf. Secretaria Nacional de cuidados e prevenção às Drogas (SENAPRED) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Ministério da Saúde. (1998). Portaria nº 344, 12 de maio de 1998: *aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial*. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html.
- Mithoefer, M. C., Mithoefer, A. T., Feduccia, A. A., Jerome, L., Wagner, M., Wymer, J., Holland, J., Hamilton, S., Yazar-Klosinski, B., Emerson, A., & Doblin, R. (2018). 3,4-methylenedioxymethamphetamine (MDMA)-assisted psychotherapy for post-traumatic stress disorder in military veterans, firefighters, and police officers: A randomised, double-blind, dose-response, phase 2 clinical trial. *The Lancet. Psychiatry*, 5(6), 486-497. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(18\)30135-4](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(18)30135-4).
- Nichols, D. E. (2004). Hallucinogens. *Pharmacology & Therapeutics*, 101(2), 131-181. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.pharmthera.2003.11.002>.
- Nitahara, A. (2021). Estudo mostra que pandemia intensificou uso das tecnologias digitais. *Agência Brasil*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais>
- Nutt, D., Erritzoe, D., & Carhart-Harris, R. (2020). Psychedelic Psychiatry's Brave New World. *Cell*, 181(1), 24-28. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.cell.2020.03.020>.
- Oliveira, D. C. (2008). *Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização*, 16(4), 569-576.
- Osório, F. de L., Sanches, R. F., Macedo, L. R., Santos, R. G. dos, Maia-de-Oliveira, J. P., Wichert-Ana, L., Araujo, D. B. de, Riba, J., Crippa, J. A., & Hallak, J. E. (2015). Antidepressant effects of a single dose of ayahuasca in patients with recurrent depression: A preliminary report. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 37(1), 13-20. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2014-1496>.
- Pacheco, A. L., & Scisleski, A. (2013). Vivências em uma comunidade terapêutica. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2), 165-173.
- Page, L. A., Rehman, A., Syed, H., Forcer, K., & Campbell, G. (2021). The Readiness of Psychiatrists to Implement Psychedelic-Assisted Psychotherapy. *Frontiers in Psychiatry*, 12, 743599. Recuperado de <https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.743599>.
- Palhano-Fontes, F., Barreto, D., Onias, H., Andrade, K. C., Novaes, M. M., Pessoa, J. A., Mota-Rolim, S. A., Osório, F. L., Sanches, R., Dos Santos, R. G., Tófoli, L. F., de Oliveira Silveira, G., Yonamine, M., Riba, J., Santos, F. R.,

- Silva-Junior, A. A., Alchieri, J. C., Galvão-Coelho, N. L., Lobão-Soares, B., ... Araújo, D. B. (2019). Rapid antidepressant effects of the psychedelic ayahuasca in treatment-resistant depression: A randomized placebo-controlled trial. *Psychological Medicine*, 49(4), 655-663. Recuperado de <https://doi.org/10.1017/S0033291718001356>.
- Paula, M. L. de, Jorge, M. S. B., & Morais, J. B. de. (2019). O processo de produção científica e as dificuldades para utilização de resultados de pesquisas pelos profissionais de saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e190083. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/Interface.190083>.
- Quintas, A. C. de M. O., & Tavares, P. dos S. P. B. (2020). Entre Caps AD e Comunidades Terapêuticas: o cuidado pela perspectiva dos usuários de um Caps AD. *Saúde debate*, 44(3), 198-209.
- Reynolds, L. M., Akroyd, A., Sundram, F., Stack, A., Muthukumaraswamy, S., & Evans, W. J. (2021). Cancer Healthcare Workers' Perceptions toward Psychedelic-Assisted Therapy: A Preliminary Investigation. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(15), 8160. Recuperado de <https://doi.org/10.3390/ijerph18158160>.
- Ribeiro, M., & Laranjeira, R. (2010). *O tratamento do usuário de crack*. Casa Leitura Médica. Recuperado de https://site.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto_Semear/Drogas_e_Suas_Consequencias/O_Tratamento_d_o_Usuario_de_crack.pdf
- Santos, M. P. G. (2018). Comunidades terapêuticas e a disputa entre modelos de atenção e cuidado a usuários de drogas. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8883>.
- Silva, L. G. da, Bressiani, R. A., Silveira, C. F., Morais, P. R., Schneider, D. R., & Calheiros, P. R. V. (2021). Racionalidades Norteadoras dos Tratamentos Ofertados em Comunidades Terapêuticas na Amazônia Ocidental e a Atuação da Psicologia. In E. G. Fernandes, F. R. Lopes, L. G. da. Silva (org.). *Insurgências Amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia* (pp. 224). Coleção Pós-Graduação da UNIR. EDUFRO.
- Silva, L. G. da, Tófoli, L. F., & Calheiros, P. R. V. (2018). Tratamentos ofertados em Comunidades Terapêuticas: desvelando práticas na Amazônia Ocidental. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 325-333. Recuperado de <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180031>.
- Silva, P. A. F. da. (2021). *(Des)cuidado com os usuários de álcool e outras drogas: uma análise sobre as mudanças na política nacional sobre drogas*. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220356>.
- Silveira, P. S. da, Martins, L. F., Soares, R. G., Gomide, H. P., & Ronzani, T. M. (2011). Revisão sistemática da literatura sobre estigma social e alcoolismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16, 131-138. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000200003>.
- Souza, D. L. de, Zambalde, A. L., Mesquita, D. L., Souza, T. A. de, & Silva, N. L. C. da. (2020). A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 46, e221628. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221628>.
- Souza, L. F. de, & Martins, A. M. (2020). O uso da ayahuasca no tratamento da dependência química: uma revisão integrativa brasileira. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, 20(2), 239-253. Recuperado de <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2020vol20i2a16>.
- U.S. Food and Drug Administration. (2023, agosto 14). FDA. Recuperado de <https://www.fda.gov/>
- Vasconcelos, M. P. N., Paiva, F. S. de, & Vecchia, M. D. (2018). O cuidado aos usuários de drogas: entre normatização e negação da autonomia. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 363-381. Recuperado de <https://doi.org/10.36298/gerais2019110212>.
- Wildberger, J. I., John, C. N., & Hallock, R. M. (2017). Perceptions of the medicinal value of hallucinogenic drugs among college students. *Journal of Psychedelic Studies*, 1(2), 50-54. Recuperado de <https://doi.org/10.1556/2054.01.2017.008>.

- Winstock, A. R., Maier, L., Zhuparris, A., Davies, E., Puljevic, C., Kuypers, K., Ferris, J., & Barratt, M. (2021). *Embargoed till 9pm GMT Dec 1st; Global Drug Survey (Gds) 2021 Key Findings Report* [GDS 2021 Global Report]. Recuperado de https://www.globaldrugsurvey.com/wp-content/uploads/2021/12/Report2021_global.pdf.
- Winstock, A. R., Ferris, J., & Davies, E. L. (2020). *Gds2020 Respondents Regretted Getting Drunk 30% Of The Time, So Here Are 3 Tips To Help* (www.globaldrugsurvey.com; p. 2). GDS.
- World Health Organization. (2022). *Mental Health and COVID-19: Early evidence of the pandemic's impact*. Recuperado de https://www.who.int/publications-detail-redirect/WHO-2019-nCoV-Sci_Brief-Mental_health-2022.1.
- Zolotov, Y., Vulfsons, S., Zarhin, D., & Sznitman, S. (2018). Medical cannabis: An oxymoron? Physicians' perceptions of medical cannabis. *The International Journal on Drug Policy*, 57, 4-10. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2018.03.025>.
- Žuljević, M. F., Buljan, I., Leskur, M., Kaliterna, M., Hren, D., & Duplančić, D. (2022). Validation of a new instrument for assessing attitudes on psychedelics in the general population. *Scientific Reports*, 12, 18225. Recuperado de <https://doi.org/10.1038/s41598-022-23056-5>.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E ASSÉDIO MORAL NA DOCÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA

PSYCHOLOGICAL VIOLENCE AND MORAL HARASSMENT IN THE TEACHING OF A PUBLIC INSTITUTION OF HIGHER EDUCATION IN THE AMAZON

Henrique Moreira dos Santos¹, Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein²

¹Mestre em Psicologia. Psicólogo na Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Contato: henrique.moreira@unir.br

²Professora Doutora da Pós-graduação em Psicologia (MAPSI) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Contato: vcastel@unir.br

Editor-associado: Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos

Recebido em: 20/12/2023

Aceito em: 18/04/2024

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Santos, H. M., & Schlindwein, V. de L. D. C. (2025). Violência psicológica e assédio moral na docência de uma instituição pública de Ensino Superior da Amazônia. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 28-45.

Resumo

O estudo teve como objetivo compreender as evidências de violência psicológica e o assédio moral entre docentes de uma instituição pública de Ensino Superior da Amazônia. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo que se utilizou de entrevistas semiestruturadas que abordaram questões sobre: relações e ambiente de trabalho, situações de adoecimento, estratégias adotadas e formas de violência e assédio moral no trabalho. Participaram do estudo quatro servidores docentes com idades entre 38 e 53 anos; quanto ao gênero, três eram do sexo feminino e um do sexo masculino, tinham entre três e sete anos de vínculo com a universidade e de dez a vinte anos de experiência com docência. Observou-se nas narrativas dos docentes que o desenvolvimento de suas atividades na universidade era permeado por momentos de sofrimento-prazer nas relações de trabalho, sendo que as diferenças de opiniões e posições passaram a acionar, entre seus pares, mecanismos de violência e assédio moral. Conclui-se que é necessário instituir políticas de enfrentamento às violências e assédios nas relações de trabalho de modo a promover um ambiente mais saudável.

Palavras-chave: docência; Ensino Superior; violência psicológica; assédio moral; adoecimento.

Abstract

The study aimed to understand the evidence of psychological violence and psychological harassment among professors of a public institution of higher education in the Amazon. This is a qualitative, descriptive study and used semi-structured interviews that addressed questions about: relationships and work environment, situations of illness, strategies adopted and forms of violence and psychological harassment at work. Four teaching staff with ages between 38 and 53 years participated in the study; as for gender, three were female and one male, they had between three and seven years of employment with the university and ten to twenty years of experience with teaching. It was observed in the narratives of the professors that the development of their activities at the university was permeated by moments of suffering-pleasure in work relations, and the differences in opinions and positions began to trigger, among their peers, mechanisms of violence and moral harassment. It is concluded

that it is necessary to establish policies to combat violence and harassment in work relationships in order to promote a healthier environment.

Keywords: teaching; university education; psychological violence; moral harassment; sickness.

Introdução

O mundo do trabalho se mostra cada vez mais desafiador e complexo. Várias teorias sobre sua organização se debruçam na tarefa ousada de permear os meandros do entendimento, às vezes profundo, de como a saúde mental do trabalhador é marcada pelas consequências de seu ofício e das relações advindas do próprio trabalho. O trabalho passa a assumir diversas funções na contemporaneidade, indo desde aspectos instrumentais, relacionados ao papel de garantir o retorno financeiro ou outras recompensas que permitem satisfazer as necessidades, até aspectos mais profundos, como a solidificação da identidade, a vivência coletiva, a possibilidade de desenvolvimento pessoal, entre outros (Jahoda, 1987).

Além das funções significativas que exercem, e que são essenciais para a saúde psicológica dos indivíduos, cabe destacar que o trabalho é uma das áreas da vida pela qual a maioria dos indivíduos passa ou, ao menos, ocupa grande parte do seu tempo. Sendo assim, é impossível pensar em saúde sem considerar sua relação com o trabalho (Carneiro, 2018).

No pós-pandemia, as questões de qualidade de vida e de saúde no âmbito do trabalho tornaram-se temas emergentes e passaram a ser discutidas nos setores responsáveis pelas concessões das licenças por motivos de saúde. Dentre os problemas que afligem os trabalhadores(as), pode-se destacar: a precarização do trabalho, a violência no trabalho, o assédio moral e sexual e, até mesmo, questões relacionadas ao suicídio. Tais problemas representam indicativos para a emergência de criar políticas de prevenção e promoção de ambientes mais saudáveis e protegidos de riscos de adoecimento no trabalho.

Lamentavelmente, a área de Saúde do Trabalhador (ST) vem apresentando números preocupantes quanto ao processo de adoecimento com relação ao trabalho, com ênfase no que se refere às áreas psicológicas e comportamentais. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) estimam que 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente, o que leva a um prejuízo de quase um trilhão de dólares. O trabalho amplifica as questões de cunho social que afetam negativamente a saúde mental. Destaca-se o “*mobbing*” (violência psicológica ou assédio moral) como a principal queixa que afeta de forma negativa a saúde mental dos trabalhadores (Brasil, 2022).

No Brasil, o tema da violência psicológica no trabalho passa a ser discutido a partir da década de 1980. Heloani e Barreto (2018) definem a violência psicológica como um tipo de violência que pode ser tão ou mais destrutiva do que a própria violência física, haja vista que ela não fere somente o corpo, mas deixa danos na memória afetiva. Refere-se a uma espécie de micro trauma que, a depender da

intensidade do ato, em todo corpo, mais cedo ou mais tarde o indivíduo vai sentir de alguma forma o sofrimento que lhe foi imposto através do constrangimento e humilhação. Com o poder de não deixar sequer marcas aparentes, a violência psicológica deixa marcas na esfera psíquica de um sujeito. Concomitantemente, chega na mente e desfigura, reafirmando a memória dos fatos vivenciados de forma repetitiva que se revela em *flashbacks* diante de qualquer cena que relembre o que aconteceu.

Já o assédio trata-se de uma conduta abusiva que se manifesta, sobretudo, por meio de comportamentos, palavras, ações, gestos e escritos que causam danos à personalidade ou à integridade física ou psíquica do agredido (Hirigoyen, 2008). Outro ponto importante é a questão repetitiva do assédio, não se encontrando ações isoladas, mas sim comportamentos repetidos e frequentes de diferentes formas (Nunes & Tolfo, 2011).

O assédio moral no trabalho está associado de forma direta ao medo e ao sofrimento gerado nos trabalhadores em virtude das recentes formas de gestão e de contratação, na maioria das vezes precárias, bem como da flexibilização das condições de trabalho, fazendo com que eles reproduzam a banalização da injustiça no trabalho dirigida a eles mesmos e aos outros e até mesmo colaborem com ela (Dejours, 2007). Para Heloani e Barreto (2013), todo assédio moral é organizacional. Não existem “assédios” e toda forma de pensar em classificá-lo, para torná-lo mais simples ou aclará-lo, é cair em reducionismo ou falta de conhecimento do mundo palpável do trabalho. Os autores salientam que fragmentar o assédio não ajuda no combate à sua prática.

A temática se revela tão importante no contexto laboral que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de sua convenção 190, lançou em 2019 novas normas globais para a eliminação da violência e do assédio moral no campo do trabalho em todo o mundo. Porém, apesar de ter sido adotada em 2019, só entrou em vigor em 2021, após a ratificação de apenas dois países: Uruguai e Fiji. O Brasil, atualmente, está em processo de ratificação da Recomendação n. 206/2019 da OIT, que trata das diretrizes e orientações à eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho (Brasil, 2021).

Conforme a OMS, o assédio moral é um fenômeno antigo, presente em muitos locais de trabalho, causado pela deterioração das relações interpessoais e pelas disfunções organizacionais. Esse comportamento está relacionado a vários fatores, incluindo: discriminação com base em sexo, religião, etnia, idade, nacionalidade, deficiência, antecedentes, orientação sexual, entre outros, bem como por razões socioeconômicas. O assédio moral acontece em todos os locais de trabalho ao redor do mundo, sendo um fenômeno cultural; portanto, como é realizado e percebido, pode variar em diferentes países (OMS, 2004).

Estudar e entender as formas de violência psicológica e assédio moral presentes dentro das organizações é uma tarefa complexa, mas necessária para pensar ações e estratégias de

enfrentamento com objetivo de mediar os impactos à saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras no ambiente laboral. De tal modo, a temática necessita de aprofundamento e atenção. Sobre isso, Pretti (2021) alerta que, caso não sejam direcionados com a devida cautela, os fenômenos poderão chegar em níveis inimagináveis e assim poderão contaminar toda a organização, que será sufocada pela força destruidora desse poder e acabará não tendo outro desfecho a não ser trilhar de maneira silenciosa a institucionalização de um ambiente tóxico de trabalho.

Sobre a temática da violência psicológica no trabalho, se faz necessário entender que o termo advém da própria questão da violência nesse ambiente. As várias tentativas de explicar a origem da violência apontam para a ideia de que ela pode advir de, pelo menos, três fatores, a saber: forma de ser da própria sociedade, fruto das características genéticas de um indivíduo e pela manifestação psicológica do ser. Essas tentativas de explicar por meio das teorias biológicas, psicológicas e sociais decorrem do fato de que a sua manifestação é vista de várias formas nas relações sociais (Faria & Meneghetti, 2007).

De acordo com Garcia e Tolfo (2011), o assédio moral se constitui por práticas extremas de violência com predomínio psicológico no contexto do trabalho, determinadas por variáveis individuais, grupais, organizacionais e sociais, de forma que não pode ser atribuída a apenas um ato de violência. Assim, é importante delimitar o que de fato seriam as “formas” de assédio moral.

Na maioria dos países em que se debruça de forma sistemática sobre o tema do assédio moral, há concordância em relação ao modo como este ocorre. Assim, pode-se classificá-lo como de natureza: *vertical* – as práticas de violência advêm do chefe ou superior hierárquico para os subordinados; *horizontal* – o assédio é praticado por um ou vários colegas que estejam no mesmo nível hierárquico; *ascendente* – as formas de violência são praticadas por um grupo de trabalhadores contra um ou mais chefes, é, portanto, quando os subordinados resolvem hostilizar seus superiores, sendo uma forma mais rara; *misto* – é o caso em que o assédio parte de superiores hierárquicos e ganha, por assim dizer, a anuência de pares do trabalhador em questão. Ressalta-se que, nos mais diversos setores da economia no Brasil, a prática do assédio moral entre pares tem crescido de forma significativa (Heloani & Barreto, 2013).

De acordo com Ovejero *et al.* (2011), o assédio moral pode ser compreendido por quatro níveis: (1) o nível individual, que seria o de menor importância para explicar o assédio moral no contexto de trabalho, no qual se tenta a explanação a partir de traços da personalidade do agressor e da vítima; (2) o nível de grupo e interpessoal, que parte da ideia de que o assédio moral é um acontecimento interpessoal e de grupo, sendo assim, não é a ação individual do agressor somente, mas o apoio ou a omissão do grupo, incluindo o assédio horizontal (entre pares); (3) o nível organizacional, em que o assédio moral laboral acontece, pois existe uma organização com uma

estrutura e características muito próprias. Nessa direção, há certos contextos trabalhistas que avolumam as chances de ocorrência de assédio, como um clima de abertura para a agressão; e (4) o nível social, mesmo recebendo pouca atenção científica, no qual os autores destacam que os indivíduos, os grupos e as organizações são determinados pela sociedade em que se encontram. Por isso, os atributos nas outras instâncias estão exatamente relacionados com as características da sociedade, com valores permeados de egoísmo, competitividade e atuação individual (Ovejero *et al.*, 2011).

Leymann (1990) aponta quatro dimensões afetadas pelo assédio moral, a saber: 1) social: como o isolamento social, a estigmatização, o desemprego voluntário e o desajuste social; 2) psicossocial: que tem relação com a perda de recursos de enfrentamento pelas alterações na ordem social; 3) psicológica: sentimento de desespero e desamparo total ou raiva sobre a falta de recursos legais, grande ansiedade e desânimo e 4) psiquiátrica e psicossomática: hiperatividade, compulsão, depressões, suicídios e doenças psicossomáticas.

A temática do assédio moral é complexa e afeta o serviço público brasileiro, trazendo prejuízos às atividades nas instituições públicas de ensino superior. De acordo com Guimarães (2009), de maneira mais global, as pressões por mudanças e reestruturações que atingem as organizações privadas chegam às públicas. Nem sempre na mesma época e da mesma maneira, mas é sabido que a ideologia de cunho neoliberal, na qual a acumulação capitalista predomina, atinge o Estado brasileiro. Sendo assim, pode-se inferir que algumas das mazelas também acompanham, entre elas, o assédio moral.

Em cartilha lançada em março de 2023, a Controladoria Geral da União (CGU) trouxe vários aspectos que merecem atenção dentro da Administração Pública Federal, quais sejam: quem pode ser denunciado por assédio moral? Tanto superiores hierárquicos quanto colegas de trabalho, de mesma hierarquia, podem ser denunciados(as) por assédio moral. Em geral, o(a) assediador(a) nutre sentimento de autoridade em relação à pessoa assediada e abusa do poder conferido pelo cargo, emprego ou função exercida. A contribuição da cartilha é alertar quanto ao que ocorre nas relações de trabalho nas instituições. O isolamento parece ser um mecanismo recorrente de quem está vivenciando tais atos. Nesse sentido, o documento alerta que, normalmente, quem sofre assédio moral de forma contínua rompe os laços afetivos com as pessoas e com o trabalho. A cartilha ainda indica a necessidade de prestar atenção se os colegas estão reproduzindo os atos de violência psicológica iniciados por um superior hierárquico. Assim, algum colega pode ser o primeiro a romper o pacto coletivo de tolerância, da omissão e do silêncio com o assédio.

No que diz respeito à tolerância e à aceitação cultural da violência, se presume que os trabalhadores devem suportar as ofensas verbais, os tipos de ameaças e até mesmo as formas de

agressões. Existem muitos profissionais que apoiam a ideia do discurso de simulação, partindo do princípio de que todos os trabalhadores mentem ou inventam o que não sentem. Esse tipo de pensamento tem, de certa forma, justificado as omissões e o descaso frente às doenças. Observa-se, ainda, que os procedimentos de denúncias nas instâncias correcionais, por vezes, não são estimulados e, quando são, os casos não são investigados até o fim. Dessa forma, as denúncias são sempre de casos mais graves. Por parte dos trabalhadores, há medo de retaliação e de terem o caso invertido, tornando-se, na narrativa inventada, quem deu início às agressões, principalmente quando os chefes têm trânsito fácil dentro da empresa e são constantemente pressionados para atingirem metas (Barreto, 2014).

É importante salientar que a prática do assédio moral laboral não traz prejuízos apenas para o(a) trabalhador(a) afetado(a), mas também para vários outros atores do processo. Segundo Barreto (2014), quando a empresa silencia, há um custo, pois todos perdem. O aumento do absenteísmo frente ao adoecimento do trabalhador pode quebrar os indicadores de produtividade e, consequentemente, aumentar a rotatividade. Com relação ao Estado, perde-se também, pois, quanto mais adoecidos, maior é o gasto previdenciário, inclusive. O próprio trabalhador adoecido é o que mais perde, pois, o assédio moral, embora não seja uma doença em si, traz por meio de seus aspectos não visíveis uma série de doenças e perturbações psicossomáticas. Dentre algumas, Heloani e Barreto (2018) elencam: o estresse patológico, a síndrome de *burnout*, a síndrome do pânico, o estresse pós-traumático, a depressão e o suicídio.

Nessa perspectiva, o estudo tem como objetivos compreender as evidências de violência psicológica e o assédio moral entre docentes de uma instituição pública de ensino superior da Amazônia; descrever os comportamentos hostis, a violência e/ou o isolamento vivenciados entre docentes nas relações do trabalho na instituição, de modo que possam caracterizar o assédio moral; identificar a existência de estratégias defensivas e suportes coletivos utilizados pelos docentes para enfrentar as violências no trabalho; e analisar, por meio dos relatos dos docentes, as repercussões do assédio moral à saúde mental. Por fim, também identificar as vivências de prazer e satisfação na docência, na pesquisa e nas atividades de extensão realizadas na universidade.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. Esta proposta visa compreender os significados de fatos, situações, problemas, eventos que constituem as condições em que se inserem determinados grupos, famílias, coletivos ou instituições, levando em consideração o ponto de vista dos participantes (Denzin & Lincoln, 1994). Quanto ao ponto de vista exploratório, tem como intuito possibilitar uma maior proximidade com o problema, com a intenção de torná-lo mais evidente ou levantar hipóteses (Gil, 2007).

Crêterios de inclusão e exclusão

Para a seleção dos participantes, foram considerados os seguintes requisitos: ser docente ativo da universidade há pelo menos dois anos; estar lotado em uma unidade que tenha no mínimo dois servidores (além da chefia imediata); estar em atividade no momento da pesquisa e ter passado pelo atendimento psicossocial na Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), no último ano, com queixas relacionadas a assédios e/ou violência psicológica no trabalho.

Procedimentos  ticos

O projeto foi submetido ao Comitê de  tica em Pesquisa (CEP) da universidade, tendo sido aprovado conforme número do parecer CAAE n. 5.783.625 e somente após o aceite foi realizada a pesquisa, estando conforme às resoluções n. 466, de 12 de dezembro de 2012, e n. 510, de 07 de abril de 2016, e com o documento de Orientações para Procedimentos em Pesquisa com qualquer etapa em Ambiente Virtual, de 24 de fevereiro de 2021, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo a participação de seres humanos.

Todos os participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos, métodos e potenciais riscos e benefícios da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No caso dos servidores que optaram pela participação *online*, foi enviado o TCLE na forma digital; já os que decidiram realizar as entrevistas de forma presencial tiveram acesso ao termo impresso. Observou-se, no decorrer da entrevista, alguns momentos de emoção ao lembrar do mal-estar vivido; tais momentos foram gerenciados pelo entrevistador não necessitando de outro tipo de suporte.

Instrumentos e coleta de dados

Na primeira etapa do estudo, foi enviado   DGP da universidade um ofício solicitando o relatório de todos os servidores atendidos pelo Serviço de Apoio Psicossocial (SAP) da diretoria no último ano, com vivências de situações de assédio e violência no trabalho. Após receber as informações da DGP, foi realizada uma triagem através dos critérios (inclusão e exclusão) para participação do estudo. Na sequência, procedeu-se com o convite a todos(as) e os quatro servidores aceitaram narrar as situações de violência sofridas no desenvolvimento de suas atividades docentes na instituição.

No segundo momento, foi enviada uma mensagem aos servidores, por correspondência eletr nica, com o TCLE, juntamente com o questionário sociodemográfico laboral. De posse das respostas dos docentes, foram confirmados os participantes da próxima fase da pesquisa (entrevista semiestruturada). Foi dada prioridade para os servidores que indicaram afastamento para tratamento   saúde, em decorrência de situações de violência psicológica no trabalho. Os quatro servidores selecionados para essa etapa eram de unidades acadêmicas diferentes.

No terceiro momento, tendo o aceite para a entrevista semiestruturada, foi agendada com os participantes a data para a realização da entrevista semiestruturada *online* (via Google Meet) e/ou presencial no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA).

Nas entrevistas, foram aprofundados temas e/ou pontos conforme as percepções dos trabalhadores sobre as relações no ambiente de trabalho: descrição de como os participantes do estudo percebiam seu ambiente laboral e de como deveriam ser desenvolvidas as relações interpessoais no trabalho; se houve algum tipo de adoecimento nas unidades acadêmicas e quais estratégias foram adotadas após o evento corrido. As entrevistas foram individuais e totalmente sigilosas. Por questões éticas, os nomes e as unidades de trabalho dos servidores foram alterados no texto para serem preservadas as identidades dos participantes. A entrevista foi gravada e transcrita na íntegra pelo fato de que, nessa modalidade de análise dos dados, a fala é o dado essencial para a apreensão do objeto investigado para análise e compreensão da narrativa.

Análise de dados

Como base para a análise dos dados, foram utilizados os pressupostos da análise de conteúdo temática de Bardin (2011), cuja metodologia possibilita a abertura para a inferência de conhecimentos concernentes às condições de produção/recepção, por intermédio das comunicações, procedimentos e conteúdo das mensagens.

O material coletado no questionário sociodemográfico foi convertido em tabela, agrupado e categorizado conforme o referencial teórico utilizado. Os dados da entrevista semiestruturada foram transcritos, organizados dentro de duas categorias temáticas e sete subcategorias (conforme Tabela 1), a partir dos conteúdos sobre vivências de violência psicológica e assédio moral relatados.

Tabela 1

Composição das categorias e subcategorias de análise

Fenômeno de estudo	Categorias	Subcategorias
Assédio moral no trabalho	Comportamentos hostis de assédio moral no trabalho	Deterioração, desqualificação e humilhação nas relações de trabalho
		Isolamento, recusa e violência na comunicação
		Atentado contra a dignidade
	Repercussões à saúde mental do docente	Violência psicológica, física e velada nas ações
		Estratégias defensivas e suporte coletivo
		Sufrimento, consequências sociais, psicológicas e psiquiátricas
		Ressignificação, prazer e satisfação na docência, pesquisa e extensão

Resultados e Discussões

***“Você começa a ser uma ameaça e não se encaixa no grupo”*: desvelando as narrativas da violência psicológica e o assédio moral nas relações de trabalho entre docentes**

As análises iniciais se dão com as informações do questionário sociodemográfico (ver Tabela 2). Foram entrevistados quatro docentes que trabalham em regime de dedicação exclusiva na docência numa instituição pública de Rondônia.

Tabela 2

Dados sociodemográficos e ocupacionais dos servidores entrevistados

Nome fictício	Idade	Sexo	Escolaridade	Tempo na universidade	Tempo na docência	Número de departamentos já trabalhados
Laura	40	F	Mestrado	3 anos	10 anos	dois
Leopoldina	44	F	Doutorado	7 anos	17 anos	um
Helton	38	M	Mestrado	7 anos	10 anos	dois
Olívia	53	F	Doutorado	4 anos	20 anos	dois

Em relação ao sexo dos participantes, três eram do sexo feminino e um do sexo masculino. Várias pesquisas, como por exemplo Hirigoyen (2006), Einarsen (2005), Leymann (1990) e Garcia e Tolfo (2011), revelam que a maioria das vítimas de assédio moral são mulheres. Sobre a temática, Heloani (2005, p. 99) destaca:

A maioria das pesquisas aponta as mulheres como as maiores vítimas do assédio moral e também são elas as que mais procuram ajuda médica e psicológica, geralmente verbalizando suas queixas. Por outro lado, no caso masculino, tornar pública a humilhação sofrida associa-se a negligenciar sua identidade masculina e admitir sua impotência diante dos fatos, o que se lhe configura o “fundo do poço”, o auge de sua degradação (Heloani, 2005, p. 99).

No tocante à faixa etária, as idades dos participantes variam entre 38 e 53 anos, com tempo de trabalho nesta universidade de três a sete anos e no total de tempo de docência entre 10 e 20 anos. Sendo assim, trata-se de pessoas experientes em suas áreas e munidas de certo saber científico, haja vista que se têm 50% de mestres e 50% de doutores. A seguir, serão apresentados os dados sistematizados das entrevistas semiestruturadas, a partir das categorias temáticas e das subcategorias identificadas nos relatos.

Observa-se na subcategoria “deterioração, desqualificação, humilhação nas relações de trabalho” que todos os docentes possuem relatos que perpassam relações interpessoais e ultrapassam os limites da vida pública. Como exemplo, cita-se o fato de permitir que perseguições, simpatias,

antipatias, caprichos e inveja dificultem e tornem o ambiente de trabalho um espaço hostil e de expressão de violência.

A esse respeito, Laura relata depreciação de imagem nas reuniões por parte da chefia e cerceamento das distribuições de atividade com a finalidade de prejudicá-la. Leopoldina, por sua vez, relata mudanças de combinados e tentativa dos pares de deturpação de sua imagem frente aos alunos. Helton sente-se compelido a referendar uma forma de ensino com a qual não concorda, além de relatar ofensas diretas vindas da chefia. Olívia descreve a perseguição da chefia a qual foi submetida e até mesmo os alunos que estavam mais próximos a ela, desfazimento de ações que realizava dentro do sistema e também a forma como um espaço físico, em que ela ia desenvolver seu trabalho, foi abruptamente fechado.

Para Hirigoyen (2006), há o enquadre dentro da subcategoria mencionada anteriormente quando se retira a autonomia da vítima, o trabalho que normalmente lhe compete, privando-a do acesso aos instrumentos de trabalho: telefone, computador, sala, por exemplo. Na adaptação, incluiu-se nesta subcategoria relatos de desqualificação e humilhação, como no caso de Helton.

Ainda se observam reações por parte dos servidores de “isolamento e recusa de comunicação”, todos, de igual forma, relatam ter passado por situações que envolvem disfuncionalidades na comunicação entre chefia e pares, portanto, a reação dos servidores foi se isolar para se proteger das violências. Laura relata: *“soltou os cachorros em cima de mim (chefe)”*, e complementa que os colegas de trabalho pararam de conversar com ela por conta do problema com a chefia. A participante descreve um forte isolamento ao relatar que a chefe não lhe dava ordem de serviço e afirma ter passado por várias situações complicadas ao assumir um cargo de destaque junto à administração superior da universidade. Segundo ela, esse teria sido o estopim para o início de uma série de perseguições e isolamento. Leopoldina, por sua vez, descreve que teve seu nome retirado de uma lista anual do plano de capacitação, mesmo indicando por *e-mail* que queria participar: *“é como se eu não fosse nem servidora”*. Helton observa que, quando não se é “parceiro” de certas pessoas do departamento, existe um isolamento: *“você fica na mira, então você já fica na mira das pessoas”*. A mira relatada por Helton refere-se à perseguição a quem não concorda com o *modus operandi* do departamento em questão. Para Olívia, o isolamento ocorre a partir do momento em que ela (por sua produtividade) começa a ser uma “ameaça” aos outros: *“E então, de repente, a ameaça de que alguém que faz muito pode prejudicar alguém que não faz nada. Você começa a ser uma ameaça e não se encaixa no grupo. Entende, né?”*.

De acordo com Barreto (2014), no caso do assédio moral, aquele que não ultrapassa a meta ou de alguma forma infringe a “ordem”, ou não alcança os resultados, é isolado, ignorado, desqualificado, desmoralizado publicamente. Hirigoyen (2006) explica que esta é uma reação

característica do assédio moral; os superiores hierárquicos ou colegas não dialogam com a vítima, que é separada dos outros, proíbem colegas de lhe falar, a vítima é interrompida constantemente. Dito isso, percebe-se nitidamente o que aconteceu com Laura, Leopoldina, Helton e Olívia.

Na subcategoria “Atentado contra a dignidade”, foram apresentados relatos de todos os participantes. Laura relata como se sentia ao ver o seu grupo de trabalho sempre se posicionando contra ela. Observa-se que ela se sentia desvalorizada com a recusa da sua opinião, sua liberdade foi sendo cerceada, a conduta do grupo foi negativa para a sua moral enquanto profissional, não podendo discordar e pensar diferente. Essa operacionalização do grupo afetou a sua dignidade e autonomia. Leopoldina descreve o sentimento de que parte do que sofreu diz respeito a ser uma pessoa de fora (de outro Estado) e de ter uma visão teórica diferente dos demais colegas de trabalho. Helton, por sua vez, denuncia ter sofrido xenofobia e preconceito por ser de fora, e que algumas pessoas do departamento o veem como se estivesse tirando a vaga de alguém do estado. No relato de Olívia, a forma como lhe foi retirado o direito de ter um local para trabalhar (episódio da sala) caracteriza-se como um atentado contra a dignidade, quando lhe é cerceada a autonomia, o direito de ter um espaço para trabalhar.

Conforme apontado por Hirigoyen (2006) para esta subcategoria, dentre outros comportamentos, incluem-se: é desacreditada diante de colegas, superiores ou subordinados, espalham rumores a seu respeito, zombam de sua origem e nacionalidade, etc. Portanto, é perceptível a identificação dos itens dentro dos relatos dos participantes.

Por fim, na subcategoria “violência psicológica, física e velada nas ações” também se encontram relatos de todos os participantes. Laura relata que, por 50 minutos, ficou ao telefone tentando amenizar a situação e só foi colocada para baixo, piorando significativamente sua saúde. Observa-se, em sua fala, a posição de ataque da chefia com a expressão “*soltou os cachorros em cima de mim*”, uma forma de comunicação violenta e ofensiva. Laura estava querendo acalmar, amenizar a tensão. Leopoldina, por seu turno, fez uma das revelações mais extremas entre todos os relatos, relembrando o episódio em que foi alvo de uma cadeirada por parte de um colega de departamento, precisando na ocasião se esquivar e “*fugir*” para a sala de um outro servidor, fato que ultrapassa inclusive a violência psicológica. Helton denuncia em sua fala o que ele define como “ameaça de morte” por parte do chefe de departamento em uma reunião virtual: “*ele disse que se fosse cara a cara eu não estaria mais aqui*”. No caso de Olívia, se percebe que a violência nas ações pode ser velada, na comunicação velada e sutil. A chefe foi aos poucos retirando pessoas do seu convívio e tolhendo suas atividades.

Para a classificação nesta subcategoria, a vítima sofre ameaças de violência física, agressão física (mesmo que leve), empurrão, desprezo por seus problemas de saúde, por exemplo. Ademais, se

percebe uma “cultura” e, até mesmo, certa liberdade para agir dessa forma. Não se leva em consideração a necessidade (às vezes de ambas as partes) de cumprir as leis e sequer questões básicas do Código de Ética do Servidor Público. No geral, as relações se mostram conflituosas e carecem do mínimo de urbanidade e senso de coletividade.

***“Chegou uma hora que eu comecei a esconder [...] Tentar camuflar”*: suportes, consequências da violência e assédio moral à saúde mental e ressignificação das atividades docentes**

Os depoimentos a seguir buscam trazer as vivências que demonstram os comportamentos hostis de assédio moral no trabalho, as estratégias utilizadas e as repercussões à saúde mental entre os docentes, além da ressignificação das vivências de prazer e satisfação na atuação dos servidores na docência, na pesquisa e na extensão na instituição.

A primeira subcategoria diz respeito às “estratégias defensivas e suporte coletivo”. Laura descreve a ajuda que recebeu de amigos do departamento e de outros locais de trabalho. Relata também que obteve apoio profissional dentro da própria universidade (por meio da DGP). Leopoldina relata que usa o mecanismo de isolamento, muitas vezes, para poder resistir: *“Chegou uma hora que eu comecei a esconder tudo isso, né? Tentar camuflar”*. Após ter sofrido uma violência no trabalho, no evento da cadeirada, ela relata que teve a indicação de procurar ajuda profissional dentro da universidade e que encontrou apoio necessário para enfrentar o trauma: *“Ter essa estrutura dentro da universidade é muito fundamental”*. Helton descreve que possui uma boa rede de apoio familiar e conta que também buscou atendimento institucional no seu caso. Olívia informa que recebeu suporte, tanto de colegas do departamento, como de outros departamentos, do próprio diretor do *campus* em que trabalhava na época e, por fim, também recebeu suporte institucional (DGP). Fica visível pelos relatos que, mesmo quando o trabalhador passa por situações de isolamento e perseguição, ainda é capaz de lançar mão de mecanismos como as estratégias defensivas. Nos casos mencionados, foi possível contar com alguns colegas bem como com o suporte institucional de uma determinada diretoria.

Para a psicodinâmica do trabalho (PdT), as estratégias defensivas têm grande relevância, pois são recursos construídos pelos próprios trabalhadores, quer seja de forma individual ou coletiva para de alguma forma minimizar a percepção do sofrimento no trabalho (Moraes, 2013).

Já nas vivências de “sofrimento, consequências sociais, psicológicas e psiquiátricas” entre os docentes, ressalta-se as principais repercussões à saúde após os eventos ocorridos no trabalho. Laura descreve o que relata como o fim de sua vida social, piora de um quadro depressivo pré-existente, surgimento de transtorno do pânico ao ter que participar das reuniões de departamento. Como consequência disso tudo, foram cerca de 150 dias de afastamento do trabalho até conseguir sua remoção, com apoio da DGP, para outro *campus*. Ela informou fazer tratamento psiquiátrico e

psicológico até os dias atuais. Leopoldina explica que ingressou no doutorado (logo após tudo que tinha passado no departamento) tomando vários remédios “tarja preta”, o que lhe causou prejuízos (como, por exemplo, dormir em sala de aula). Revela ainda que teve depressão por conta do que passou: *“Eu tive depressão crônica, a médica me disse, quando eu saí para o doutorado um pouquinho antes”*. Declarou ainda: *“O laudo da médica foi de burnout, né? Perdi muito peso, tinha insônia, ansiedade, depressão. Tem no SIASS o meu atestado médico, foi a única vez que entreguei um atestado médico. Fiquei afastada por 90 dias”*. Helton, semelhantemente, expõe em seus relatos as consequências que tem enfrentado. Afirma ter desenvolvido pânico, irritabilidade e toma medicamento psicotrópico, principalmente, para regular o sono. Diz ainda: *“Então, em relação à minha questão da saúde mental, esses acontecimentos atravessam diretamente a minha vida pessoal. Tenho ansiedade e depressão”*. Olívia explica que desenvolveu alto nível de pânico a ponto de não conseguir entrar no *campus* onde trabalhava. Faz uso de medicação e tratamento psicológico e psiquiátrico. Segundo ela: *“foi diagnosticado, uma vez a psiquiatra até falou daquela coisa de burnout, louco, não é isso? Sei lá. Entendeu? Com um princípio de depressão também. E aí, quando começa a bater as crises, essas o meu estômago começa a afetar meu estômago. Então eu começo a passar bem mal. Não consigo comer nada sem que a coisa volte, entende?”*.

O adoecimento é recorrente a todos após o evento no trabalho; passam a produzir muitos sintomas psicopatológicos, são várias manifestações no corpo e no psíquico logo após o início dos episódios de violência e assédio moral. Heloani e Barreto (2018) afirmam que as consequências do assédio moral mais comuns são: o estresse patológico, a síndrome de *burnout*, a síndrome do pânico, o estresse pós-traumático, a depressão ou o transtorno depressivo recorrente e o suicídio.

Os autores complementam que as consequências no corpo/mente são muitas e explicam as reações:

Quando alguns médicos afirmam que “o corpo sente” não é simples figura de retórica. O cérebro registra atos, palavras e gestos o tempo todo. As disfunções podem ser leves, médias ou severas, dependendo da história e estratégias de resistência de cada um. Distúrbios endocrinológicos (disfunções hormonais), digestivos (úlceras e gastrites), doenças da pele (dermatoses e alergias), indisposição geral, crises hipertensivas, descontrole do peso sem razão aparente, súbita queda de cabelo acompanham a pessoa em todo o percurso de sofrimento, sem que esta faça relação com o ocorrido (Heloani & Barreto, 2018, p. 82).

Os distúrbios psicossociais de vários tipos são encontrados em 52% dos casos de assédio moral. Não é demasiado dizer, então, que o assédio laboral pode ser compreendido como uma questão do âmbito da saúde pública (Hirigoyen, 2006). Assim sendo, revela-se na prática que a construção de políticas públicas de combate ao assédio moral é necessária e urgente, tanto para preservar os trabalhadores quanto para uma questão econômica.

De outro modo, é preciso buscar estratégias para inibir essas situações nas relações interpessoais vivenciadas na universidade, visto que os docentes têm presente nas suas narrativas de vida na docência as vivências de prazer. Esta dinâmica é o princípio mobilizador que coloca o sujeito em ação para a busca de resignificação, capaz de produzir estratégias para fortalecer-se e voltar a trabalhar. Embora o tema seja complexo, é importante deixar registradas, neste estudo, as percepções dos participantes quanto à potência de vida que é o seu trabalho, que ecoa na instituição e na sociedade.

Ao responderem sobre o tema do prazer e satisfação no exercício da docência, viu-se reacender a esperança de ser possível enfrentar o problema da violência e do assédio moral nas instituições públicas. Não que o amor/prazer na atividade irá suportar a dor do assédio, não se trata disso. Até porque, a depender do ponto de vista, o prazer na atividade poderá ser catalisador de sofrimento também, haja vista que o profissional estará impedido de executar aquela atividade que tanta gosta. Neste sentido, observa-se que as escolhas de ser docente e o prazer envolvido em tais percursos singulares podem representar uma das vias de proteção importantes para o enfrentamento das vivências de violência e assédio na carreira, ainda que não seja a única dimensão necessária para tal discussão.

Laura, por exemplo, relata o amor que tem pela docência e como sua trajetória sempre foi marcada pelo ensino: *“Acho que depois que eu terminei o mestrado em dois mil e treze, sempre foi meu objetivo de vida profissional ser docente e inclusive de uma federal para ter dedicação exclusiva”*. Leopoldina enfatiza o seu amor pela universidade (que é bem diferente do que sente pelo seu departamento) e como gosta de fazer parte da docência: *“Olha, eu falo que eu cheguei na universidade exalando felicidade. Eu gosto da universidade, eu gosto de fazer pesquisa, de fazer extensão. Não faço corpo mole! Pra mim isso é muito prazeroso, eu não me vejo em outro canto, eu acredito na universidade. Eu me vejo nesse lugar”*. Helton, de igual forma, descreve o prazer que é trabalhar em contato com os alunos e a pesquisa: *“Trabalhar com pesquisa, com o contato com o aluno, com o ambiente de sala de aula é o que me dá prazer”*. Olívia revela o seu amor por tudo o que faz e como sofre por não estar conseguindo desempenhar as funções que tanto lhe dão prazer: *“Eu amo tudo que eu faço, eu amo tudo que eu faço. Eu amo minha sala de aula. E aí eu vou chorar porque eu não tô conseguindo ir pra ela. Mas eu amo o meu relacionamento com alunos, amo a discussão. O que eu trago com eles. Amo. Sabe as metodologias que eu consegui ao longo desses quase 20 anos alcançar? Amo. Amo trabalhar questões administrativas de pessoal”*.

Sobre a temática do prazer no trabalho, Mendes e Muller (2014) o definem como um princípio mobilizador que coloca o indivíduo no caminho da gratificação, realização de si e reconhecimento pelo outro, da utilidade e beleza do seu trabalho. Este prazer é viabilizado por meio da inteligência prática

frente aos constrangimentos da organização do trabalho, da construção coletiva no trabalho, que envolve as regras de ofício, as regras de convivência e a cooperação, provocando, com esta mobilização, a ressignificação do sofrimento.

A temática do prazer nas narrativas dos participantes é fator de análise e busca formas mais eficazes de enfrentar o problema dos assédios na universidade. Porém, mesmo para o prazer, há uma linha limítrofe na história de vida de cada um. O tempo de convívio e/ou submissão às violações nas atividades desenvolvidas na universidade vai depender da capacidade de resistir de cada trabalhador(a). Mesmo tendo muito prazer no que faz, é muito subjetivo, pois boa parte (senão todos) dos que adoecem no contexto do trabalho sentem ou sentiram prazer em alguma parte de sua atividade.

Nesse sentido, é preciso resgatar urgente, nas relações interpessoais na universidade, o respeito às regras no convívio diário, de modo a tornar o ambiente mais favorável à saúde física e mental dos docentes. Embora seja responsabilidade coletiva a valorização docente e as ações de prevenção, de combate e de mitigação dos efeitos dessas relações tóxicas, entende-se que elas podem começar na própria universidade com ações de pesquisa, ensino e extensão que são o tripé fundamental para a instituição.

Considerações Finais

Durante a análise das narrativas dos participantes do presente estudo, foi possível compreender evidências e a presença de conflitos, ofensas e comportamentos violentos nas relações interpessoais no ambiente de trabalho, contribuindo para a ocorrência das violências e assédio moral entre os docentes desta instituição pública de ensino superior da Amazônia. A situação vivenciada entre os docentes vem trazendo prejuízos à saúde física e mental das trabalhadoras e do trabalhador. Observa-se a necessidade da construção de uma política de enfrentamento para mobilizar relações nas quais todos sejam capazes de observar regras de respeito no convívio, perpassadas por relacionamentos mais éticos, de cumprimento às leis e aos regulamentos que norteiam a vida pública.

A partir da escuta das servidoras e do servidor, foram descritos eventos violentos vindos de parte da chefia e de seus pares, caracterizados por comportamentos hostis, de humilhação e destrutivos para a autoestima e autoconfiança; situações que levaram todos ao isolamento no trabalho. Os eventos violentos de assédio foram sendo enfrentados a partir de estratégias defensivas pessoais, mas também tiveram suportes coletivos entre seus pares e a instituição, principalmente a Diretoria de Gestão de Pessoas. Ainda, constatou-se que as consequências dos eventos foram seguidas de licença para o tratamento da saúde por motivos mentais; em algumas situações foram necessárias remoções para outros setores.

Cabe ressaltar que é notório o prejuízo à universidade ao permitir que ocorram dentro das suas dependências situações como as que foram narradas. Os prejuízos são os mais diversos e em várias áreas, tais como: remoções, que podem acarretar sobrecarga de trabalho aos servidores; adoecimento e faltas, acentuando o déficit de servidores; prejuízos no clima organizacional, além da mácula incalculável na imagem institucional.

Posto isso, alguns pontos devem ser levados em consideração por parte da instituição: o planejamento e incentivo à promoção de ações preventivas que possam reconhecer e punir o assediador e o estabelecimento de canais instrucionais para acolhimento e a realização das denúncias. Quando essas forem realizadas, é preciso que sejam tratadas do modo mais ético, célere, acolhedor e de forma reservada, resguardando o sigilo entre os profissionais que acolhem, considerando os limites e a subjetividade envolvida no evento, para que a vítima não passe por uma espécie de um segundo trauma, advindo do mal manejo técnico do fato ocorrido.

Cabe enunciar que, entre os depoimentos colhidos, a Diretoria de Gestão de Pessoas foi citada diversas vezes pelos entrevistados, pois mostrou-se acolhedora e deu encaminhamentos necessários para atuação frente aos casos. Diante disto, entende-se que tal diretoria deve ser fortalecida para que, cada vez mais, possa se instrumentalizar e dar suporte e encaminhamentos aos servidores para prevenção de tais situações de violência e assédio na universidade. Ademais, a DGP também contribuiu para os esclarecimentos aos servidores de como proceder às denúncias baseadas nas leis que regem os procedimentos para tais registros nos órgãos correccionais da instituição, ainda do acompanhamento e recuperação da saúde física-mental do professor.

Outro ponto relevante e necessário na análise dos depoimentos foi a possibilidade dos docentes de ressignificar as vivências de prazer e satisfação na docência; todos destacaram o prazer na realização de suas atividades acadêmicas, de extensão e de pesquisa. Importante buscar formas mais eficazes de enfrentar o problema dos assédios na universidade, de modo que o respeito possa ser componente essencial para o diálogo e as diferenças de opiniões e posições. Tais diferenças não devem ser dispositivos capazes de acionar a violência e os assédios no contexto acadêmico. Dessa forma, é preciso a mobilização de toda a instituição para melhorar aspectos negativos que interferem na saúde física-mental dos servidores.

Ao final do estudo, importante destacar os desafios enfrentados ao longo deste caminho do pesquisador, como o manejo com as revivências de situações delicadas por parte dos entrevistados e a aprovação do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que levou mais tempo do que foi originalmente pensado. Pesquisas futuras são necessárias, partindo de como os casos são tratados internamente e quais os impactos a longo prazo na saúde dos servidores.

Enfim, o campo se revela vasto e muitos são os desafios de quem se debruça para entender uma temática tão complexa como o assédio moral e as relações de trabalho. Este trabalho teve o intuito de expandir na região amazônica a compreensão de como o assédio moral é danoso e prejudicial à saúde mental dos envolvidos em casos de violência. Finda-se este estudo com a ideia de que muitas ações podem ser feitas, a fim de tornar o ambiente de trabalho mais agradável aos servidores, ganhando em saúde e qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barreto, M. M. S. (2014). Violência moral e sexual no trabalho. In A. M. Mendes et al. (Orgs.), *Trabalho e sofrimento: práticas clínicas e políticas* (pp. 139-154). Juruá.
- Brasil. (1994). *Decreto n. 1.171 de 22 de junho de 1994*. Dispõe sobre Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm
- Brasil. Controladoria-Geral da União (CGU). (2023). *Guia Lilás: orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no governo federal*. https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/16385/4/Guia_para_prevencao_assedio.pdf
- Carneiro, L. C. (2018). Saúde e trabalho. In C. F. Oliveira. *Psicologia organizacional e do trabalho*. Coleção manuais em psicologia para concursos e residências, 3. Sanar.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research*. Sage.
- Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social* (7a. ed.). FGV.
- Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2007). *A instituição da violência nas relações de trabalho*. Atlas.
- Garcia, I. S., & Tolfo, S. R. (2011). *Assédio moral no trabalho: culpa e vergonha pela humilhação social*. Juruá.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a. ed.). Atlas.
- Heloani, R., & Barreto, M. (2015). Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Serv. Soc. Soc.*, 123, 544-561, jul./set.
- Heloani, R., & Barreto, M. (2018). *Assédio moral: gestão por humilhação*. Juruá.
- Hirigoyen, M. F. (2006). *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. 3. ed. Bertrand Brasil.
- Hirigoyen, M.F. (2008). *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. 10. ed. Bertrand Brasil.
- Jahoda, M. (1987). *Empleo y desempleo: una análise sociopsicológica*. Morata.
- Leymann, H. (1990). Mobbing and psychological terrors at work. *Violence and victims*, 5(2), 119-126.
- Leymann, H. (1996). *Mobbing: la persécution ou travail*. Le Seuil.
- Mendes, A. M. et al. (2013). *O sujeito e o trabalho*. Juruá.
- Mendes, A. M. et al. (2014). *Psicodinâmica e clínica do trabalho*. Juruá.

Nunes, T. S., & Tolfo, S. R. (2011). Assédio moral organizacional: fatores organizacionais propiciadores e a dinâmica do assédio. *Encontros da ANPAD*, 35.

Organização Internacional do Trabalho. (2022). *OMS e OIT pedem novas medidas para enfrentar os problemas de saúde mental no trabalho*, Brasília. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_857127/lang-pt/index.htmBrasília

Organização Mundial da Saúde. (2004). Sensibilizando sobre el acoso psicológico en el trabajo. *Serie protección de la salud de los trabajadores*.

Ovejero, A. et al (2011). Harassment in the workplace: a psychosocial approach. *Behavioral Psychology/Psicologia Conductual*, 19(1), 183-205.

Pretti, R. J. (2021). Legislação brasileira sobre o assédio moral no trabalho. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 23535-23543.

Santos, H. M. dos. (2023). *Violência psicológica e assédio moral na docência de uma instituição pública de ensino superior da Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

O HAITI NÃO É AQUI: A PSICOLOGIA E AS SUTILEZAS DO ACOLHER A IMIGRAÇÃO HAITIANA

HAITI IS NOT HERE: THE PSYCHOLOGY AND SUBTLETIES OF WELCOMING HAITIAN MIGRATION

Adriele Joventina Ferreira Barroso¹, Weidila Nink Dias²

¹Psicóloga. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Gestalt Terapeuta pelo Instituto de Gestalt-Terapia de Roraima.

Contato: adrielejoventina47@gmail.com

²Psicóloga. Mestra em Psicanálise pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Centro Universitário São Lucas Porto Velho.

Contato: weidilanink@gmail.com

Editor-associado: Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos

Recebido em: 20/08/2023

Aceito em: 28/03/2025

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Barroso, A. J. F., & Dias, W. N. (2025). O Haiti não é aqui: a psicologia e as sutilezas do acolher a migração haitiana. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 46-59.

Resumo

O presente relato de experiência, proveniente da inserção das autoras em espaços de extensão universitária e de associações compostas por pessoas haitianas, aborda as experiências profissionais vivenciadas por duas psicólogas negras situadas na Amazônia com o intuito de desenvolver uma crítica a respeito da ênfase tecnicista vigente na formação em psicologia. Tais relatos advêm da participação continuada em diferentes atividades dirigidas aos sujeitos haitianos a exemplo de: grupos de escuta, escutas individuais, ensino da língua brasileira e participação em eventos de promoção e valorização da cultura haitiana. Diante disso, são levantadas problematizações acerca de como a vivência haitiana em movimento diaspórico pode ser invisibilizada em virtude de atravessamentos raciais. Finda-se este trabalho com reflexões e inquietações sobre a responsabilidade da psicologia nesse contexto, destacando-se a importância do acolhimento e de uma maior implicação da profissão a esta demanda.

Palavras-chave: migração; Haiti; psicologia; Amazônia.

Abstract

This experience report, coming from the authors' insertion in university extension spaces and associations made up of Haitian people, addresses the professional experiences lived by two black psychologists located in the Amazon with the aim of developing a critique regarding the technical emphasis in force in the Psychology training. Such reports stem from continued participation in various activities aimed at Haitian subjects, such as listening groups, individual counseling sessions, teaching Brazilian Portuguese, and participation in events promoting and valuing Haitian culture. In light of this, questions are raised about how the Haitian experience in diasporic movement can be rendered invisible due to racial intersections. This work concludes with reflections and concerns about the responsibility of psychology in this context, emphasizing the importance of reception and greater involvement of the profession in addressing this demand.

Keywords: migration; Haiti; psychology; Amazon.

Introdução

O presente trabalho apresenta um relato de experiência profissional proveniente da inserção das autoras em espaços de extensão universitária e de associações compostas por pessoas haitianas, que abrangem a escuta afetiva de psicólogas inseridas em movimentos sociais e trabalhos coletivos vinculados ao atendimento às demandas de pessoas migrantes que moram na Amazônia brasileira, notadamente haitianos residentes no município de Porto Velho, Rondônia. No bojo dessa experiência, buscou-se contribuir, por meio da psicologia, com os trabalhos sociais voltados para o referido público, o que possibilitou tensionamentos com os limites e as especificidades da psicologia e suas metodologias de atuação no campo das migrações.

Com base nessa experiência, as autoras, psicólogas negras e amazônicas, propuseram-se a escutar e transitar na psicologia a partir da problematização das possibilidades e impossibilidades do trabalho dessa práxis no contexto migratório. Identificaram, assim, ser necessário desenvolver reflexões apoiadas nos interrogantes que se apresentaram no referido campo, os quais se desdobram, inicialmente, nas seguintes questões, a saber: como as teorias psicológicas construídas em movimentos eurocêntricos podem subsidiar a atuação de psicólogos no contexto das migrações para o território amazônico? Como a psicologia se posiciona frente às demandas daqueles que migram para esse território e tecem, com o contexto de saída do país de origem e com a qualidade da acolhida ofertada, um lugar para si e os seus? Com a presença de tal cenário social, quais psicologias podem se apresentar para sujeitos em deslocamento? Tais questões se constituíram como inquietações, suscitadas pela escuta das narrativas relativas ao percurso migratório de sujeitos oriundos do Haiti.

O território brasileiro é constituído a partir de sucessivos movimentos migratórios, com grupos populacionais que se deslocaram através das fronteiras internas e externas (Cotinguiba, 2019). Em meio a tais movimentos, o Brasil instituiu quatro leis migratórias na sua história recente, as quais, como aponta Claro (2020, p. 41), “refletiam o pensamento e o contexto político sobre as migrações internacionais de suas épocas”. Nesse contexto, destacam-se o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e a Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. A primeira operava, por meio do termo *estrangeiro*, com a visão de que o migrante é o *outro*, associado ao *estranho* (Claro, 2020). Na segunda Lei, mais alinhada com os parâmetros internacionais de direitos humanos, o sujeito que migra é visto a partir dos princípios de acolhida e de garantia dos direitos fundamentais. Essas mudanças em termos legislativos foram fundamentais para o reconhecimento da migração e das responsabilidades do Estado diante do sujeito migrante, mediante o estabelecimento dos direitos humanos, assentados nos princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência.

Todavia, tais avanços não foram acompanhados pela preparação dos mecanismos brasileiros para o acolhimento de sujeitos migrantes (Cogo, 2014). As formações acadêmico-profissionais não

abriram espaço para discussão sobre as especificidades do trabalho com populações migrantes. Não foram pensados, no cerne dos equipamentos e das unidades de políticas públicas, espaços para interlocução com as migrações. Assim, em um cenário que se apresenta favorável em função da Lei de Migração, nota-se uma fenda no campo do conhecimento psicológico: como se acolhe a migração?

No caso da psicologia brasileira, o que se verifica é uma exigência crescente de que a formação corresponda ao primado da eficácia técnica (Coelho Junior, 2007). Mediante o enfoque mercadológico e com tantos desafios no que se refere às reflexões críticas sobre as implicações do trabalho, as lacunas, já tão significativas em função da história da psicologia no Brasil (Patto & Frayze-Pereira, 2007; Ribeiro & Soligo, 2020), são acrescidas da fragilidade do preparo para lidar com demandas sociais e políticas tão complexas, como as migrações. Evidentemente, destacam-se algumas experiências que apontam para saídas possíveis, como a aposta na escuta psicológica como ferramenta de integração (Machado et al., 2019), a clínica intercultural (Martins Borges, Jibrin, & Barros, 2015), o serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados (Martins Borges & Pocreau, 2012) e o dispositivo da psicanálise clínico-política (Rosa et al., 2009), além de outras atuações e propostas igualmente relevantes. No entanto, a fragilidade da abrangência dessas experiências, notada no processo formativo das autoras nas instituições em que cursaram psicologia e estiveram inseridas, sinalizam um longo caminho a ser percorrido, sobretudo ao considerar o território amazônico, que é reconhecidamente lugar de trânsito para migrações (Cotinguiba, 2019).

Assim, diante do reconhecimento das especificidades do contexto migratório, constata-se importante lacuna na preparação para fornecer atendimento psicológico e para abordar adequadamente as demandas dos sujeitos envolvidos. Nesse cenário, pretende-se desenvolver, no presente estudo, uma crítica a respeito da ênfase tecnicista vigente na formação em psicologia, a fim de sustentar outra proposta de atuação, capaz de escutar e considerar as sutilezas que se presentificam no desafio do acolher.

Método

Este trabalho se constitui como um relato de experiência pautado nas aproximações com o movimento migratório haitiano provenientes da inserção das autoras enquanto estudantes de psicologia, e posteriormente psicólogas, em espaços de extensão universitária e de associações compostas por pessoas haitianas, tendo como base uma vivência que se desenvolveu desde o ano de 2019 até 2023. Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 65), relato de experiência é “um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção”. Trata-se, nessa perspectiva, de uma modalidade de escrita que busca

abordar as elaborações teóricas, fundamentais na produção do conhecimento, a partir dos desafios impostos pela prática profissional.

Segundo Daltro e Faria (2019), a construção do relato de experiência convoca um resultado que se apresenta *après-coup*, isto é, em um tempo *só depois*. Para as autoras, isso se dá porque é necessário um tempo de decantação, no qual a experiência poderá ser elaborada. Nesse sentido, o relato de experiência se presta, a um só tempo, a fornecer um relato perlaborado do vivido no campo experiencial e implica, ainda, em “compreender que o discurso está afetado por fatores exteriores, conscientes e inconscientes [vindos] daquele que profere a palavra narrativa e tem potência de contribuição social” (Daltro & Faria, 2019, p. 231). Portanto, inclui, por definição, uma posição metodológica que questiona, nas suas bases, a produção do saber ancorado em uma suposta neutralidade.

Tal prática permite, ainda, sustentar a produção de um saber que reconhece, necessariamente, a subjetividade de relatores que dão testemunho das reflexões, desafios e (im)pertinências do seu trabalho. No presente relato, as autoras apresentam as reflexões derivadas do trabalho com as migrações. Estiveram envolvidas com atuações em diversos campos: escutas psicológicas em grupos e individuais, aulas de português, acolhimento em projetos e ações multiprofissionais, acompanhamentos de ações em políticas públicas socioassistenciais, participação em eventos culturais, dentre muitas outras atividades, desenvolvidas por programas e projetos brasileiros e no Brasil. Vale destacar que nesses espaços não havia atuação de profissionais psicólogos na ocasião da inserção das autoras, sendo necessário, em conjunto com outros e outras profissionais, estruturar propostas orientadas pela psicologia para atender às demandas que se apresentavam.

Assim, a posição metodológica adotada permite questionar os ideais de neutralidade nos quais se sustentam a produção do conhecimento, reconhecendo que a subjetividade do relator influencia o relato e contribui para a produção social de saber. Apresenta-se, por meio deste escrito, as reflexões teórico-práticas que se impunham desde o vivido em campo. Ademais, partindo de uma escrita acerca do vivenciado desde a graduação, através das extensões citadas, cabe pontuar como os processos formativos das autoras, realizados em diferentes instituições, não abrangeu problematizações acerca do acolher o imigrante por meio da psicologia, espelhando as lacunas pontuadas na psicologia brasileira (Coelho Junior, 2007).

Resultados e Discussão

Certamente, a questão migratória figura entre um dos temas mais importantes hoje, especialmente se tomarmos como referência a quantidade de pessoas em deslocamento nas fronteiras nacionais e internacionais dos diversos estados no mundo. Neste cenário, a migração haitiana se destaca como um caso específico com suas próprias particularidades, já que grande parte

da sua população não se encontra no país, formando o que se chama, contemporaneamente, de *dyaspora* haitiana (Joseph, 2015).

No que se refere à vinda para o Brasil, a *dyaspora* haitiana se intensificou desde 2010, principalmente devido ao terremoto que atingiu o Haiti naquele ano, causando uma crise humanitária. A descrição do terremoto como uma "catástrofe natural" é amplamente divulgada, no entanto, esta pode ser questionada, considerando as implicações de uma série de desafios socioeconômicos e ambientais complexos que contribuem para a vulnerabilidade do Haiti (Loudior, 2013). Nesse sentido, é importante reconhecer que fatores sociais desempenham um papel significativo em eventos desse tipo.

Como proposto por Bleichmar (2005), até nas chamadas "catástrofes naturais", os fatores sociais também desempenham um papel, indicando que a abordagem da interseção entre fatores sociais, econômicos e ambientais é relevante, mesmo quando se trata de eventos aparentemente causados por forças naturais. Pode-se questionar, dessa forma, qual é a naturalidade da destruição ambiental ocorrida no Haiti, bem como qual é a relação de sucessivos desastres naturais em tal país.

Compreendendo que países pobres são os mais propensos a sofrerem os impactos de tais eventos, pode-se apontar para a distribuição desigual de riscos ambientais, em que comunidades enfrentam maiores exposições aos impactos decorrentes do racismo ambiental, condição à qual o Haiti é suscetível. Emerge, nessa direção, a noção conceitual de racismo ambiental, identificado como algo que "molda a geopolítica ambiental mundial desde uma geografia dos proveitos e dos rejeitos que transforma os países de baixa ou média renda em quarto de despejo, isto é, em 'lixeiros do mundo' inscritas no capitalismo neocolonial ambientalmente tóxico" (Jesus, 2022, p. 27).

Identifica-se, a partir da perspectiva de Jesus (2022), que o Haiti recebe cotidianamente detritos de lixo tóxico de países considerados "evoluídos", mas o mesmo não pode ser dito a respeito de uma ajuda humanitária, que olhe para as problemáticas sociais e ambientais de tal país e atue em sentido de devolver as condições sociais do país. Na verdade, há uma exploração consistente do Haiti, mediante bloqueios econômicos, exploração dos recursos naturais do país e a cobrança extenuante de dívida externa, correspondente à descabida indenização da independência (Figueiredo, 2006; Lôbo, 2017; Loudior, 2013).

Coube ao Haiti, portanto, lidar, sem a ajuda de países ditos emergentes, com a pobreza e a iminência de catástrofes ambientais, como foi o caso mais recente do terremoto em junho de 2023¹. Ainda, com base em Seguy (2015), cabe problematizar o uso do território do país como centro de

¹ É pertinente realçar que, após o terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010, outros eventos semelhantes se repetiram, inclusive nos anos mais recentes. Dentre estes destacamos o terrível terremoto que provocou a morte de pelo menos 2.100 pessoas no ano de 2021 (Portal G1, 2021, 19 de agosto) e o abalo sísmico ocorrido no presente ano, que deixou o rastro de ao menos três mortos e mais de vinte feridos (Estado de Minas, 2023, 06 de junho).

experimentações, visto que a comunidade internacional, ao voltar-se para o país apenas com interesses próprios, nega-lhe o olhar humanitário, permitindo a repetição da ocorrência de episódios de violências características de crueldade. Conforme pontua Seguy (2015, p. 522):

Na verdade, tanto o terremoto quanto o cólera são oportunidades que dão maior destaque ao racismo internacional abertamente praticado no Haiti, pois, ao mesmo tempo em que a vida do povo haitiano beira a desumanização quase total, o tipo de vida dos cooperantes internacionais está com o mais indecente luxo (Seguy, 2015, p. 522).

Com base na perspectiva de Seguy (2015), pode-se apontar para a complexidade de tais movimentos na comunidade internacional. Isso porque, acreditamos, parte do desafio de descortinar violências ocorridas no Haiti, identificadas como uma forma de denúncia do racismo e xenofobia que atinge o país. Mais grave ainda é a consistente ignorância da mídia internacional com relação às condições vividas pela população do país, que propaga imagens atrelando a história do Haiti com a barbárie, e amplia os desafios do acolhimento, pois o não saber pode implicar na inércia e na falta de mobilização com os que aqui buscam refúgio tanto institucional quanto psíquico (Scaramal, 2006).

A migração haitiana para a Amazônia brasileira se intensificou no contexto subsequente ao terremoto de 2010. Muitos sujeitos haitianos chegaram às fronteiras brasileiras e vieram para o norte do país em função da sinalização de trabalho e de condições materiais favoráveis. No ano em que se deu nossa inserção nos projetos de atuação direta com as questões migratórias, 2019, encontramos projetos estruturados, com atividades regulares e continuadas que atendiam correntemente àqueles recém-chegados em solo brasileiro. No início, havia dificuldade de saber como atuar no contexto migratório. Poucos profissionais estavam diretamente vinculados a programas e associações; a falta de proficiência em outro idioma também era um empecilho, assim como a carência de referenciais técnicos e teóricos. Escassos eram os materiais que falavam sobre o papel da psicologia nessa atuação e mais raros ainda eram os que abordavam a atuação da psicologia no contexto amazônico e que acolhessem as especificidades deste território.

Segundo Cotinguiba (2014), a vinda de sujeitos haitianos ao Brasil se motiva com a busca por melhores condições de acesso aos estudos, empregabilidade e liberdade política. No que se refere à idealização do Brasil como um lugar acolhedor, verifica-se que o que se encontra no solo brasileiro são entraves frente à valorização dos conhecimentos e da formação acadêmica, implicando que o maior campo de oportunidades de emprego é destinado aos trabalhos braçais e operacionais (Cividini, 2018; Joseph, 2017). Nota-se que a acolhida é instável, pois se impõem condições para que os sujeitos possam ser acolhidos, sem significar uma aceitação ou integração plena (Barroso, Dias, & Fernandes, 2021).

Ademais, identifica-se que a imposição de condições perpassa a não integralização dos sujeitos em todas as áreas de trabalho, o que permite considerar importante semelhança com a forma como

o sujeito negro é visto no Brasil, isto é, como menos inteligente, menos capaz e subserviente, caricatura disfuncional que infelizmente se expande aos migrantes haitianos e outros sujeitos racializados. As ressonâncias disso se fazem notar na possibilidade de integração na comunidade brasileira.

No caso da migração haitiana, a história e a identidade racializada dos sujeitos são elementos que balizam o acolhimento recebido (Barroso, Dias, & Fernandes, 2021). Assim, desde a entrada em campo identificou-se as fragilidades da formação em psicologia enquanto ciência herdeira de movimentos eurocêntricos. É nesse sentido que Ballestrin (2013) pontua que a migração e a *diáspora* permitem observar as lógicas colonialistas e propor estudos que transpassam esse modelo. Foram marcantes, nesse campo, a percepção da falta de interesse pela língua falada por pessoas migrantes, que deixava a cargo do “acolhido” adequar-se para poder ter acesso aos mínimos direitos, como uma escuta sensível em uma extensão voltada para imigrantes.

Outrossim, é notável o despreparo teórico e epistemológico, no que se refere ao campo formativo da psicologia, para escutar sujeitos em processos de deslocamento e mudança de língua e país. Isso se soma ao crítico despreparo para escutar e reconhecer os afetos suscitados nos contextos em que as hostilidades e violências decorrentes de racismo se expressam por meio de movimentos sutis, quase inaudíveis. Dito isso, foi necessário exercer uma escuta psicológica pautada na sutileza do não dito, mas encenado, mimetizado.

Pegamos emprestado o conceito de sutileza para explicar melhor o que foi possível sustentar no nosso campo de atuação, visto que, por definição, sutil é “uma característica daquilo que é composto de partes delgadas, tênues” (Significados, n. d.)². Ao empregarmos esse termo, aludimos a fineza com que operam algumas violências e às condições de escuta em que era possível captar algo vivido pelos sujeitos, em que não mais cabia somente às sensações auditivas escutar, mas aos afetos suscitados no nosso próprio corpo, na nossa própria experiência ao encontro do outro tão semelhante. Logo, ouvir vivências atravessadas por violências vividas no processo de *diáspora* necessita de uma escuta que se debruce inicialmente nessa perspectiva, para que o entendimento seja possível e a aproximação facilitada. Nesse caso, se faz necessário ampliar o olhar profissional para as diversas violências que começam a ocorrer antes mesmo do movimento migratório, pensando ainda como podem ser acentuadas quando o lugar acessado é um país que tem como centro a violência racial em todos os âmbitos.

Um aspecto identificado como sutileza é o fato de que a cultura do Haiti e da população haitiana em *diáspora* é negada no território brasileiro, o que não acontece, necessariamente, de forma

² Significados (n. d). Significado de sutil. Significados.

<https://www.significados.com.br/sutil/#:~:text=O%20que%20C3%A9%20Sutil%3A,delicadeza%2C%20algo%20meigo%2C%20suave>

explícita, mas apresenta-se por meio da identificação dos elementos socioculturais, como a língua haitiana, a experiência religiosa do Vodou Haitiano, e outros componentes da cultura do Haiti lidos de formas pejorativas e realocados socialmente à margem por não se adequarem ao ideal de branquidão no Brasil. Exemplo disso é a prática do vodu ser escondida pela comunidade haitiana no Brasil, como demonstra Staudt (2018) e Silva (2017). Alude-se aqui à recusa massiva em se abrir para as possibilidades de conhecer o outro enquanto tal e, não obstante, conhecer as potencialidades que a cultura do Haiti pode trazer. O que se nota, ao invés disso, é a perpetuação de estereótipos xenofóbicos de que migrantes haitianos são agressivos, roubam trabalhos e outros absurdos sustentados em falácias racistas.

Outro movimento que pode ser identificado nesse contexto é a incitação de silenciamento da cultura de origem aos sujeitos em fluxo migratório, posto que o entendimento de acolhida de brasileiros parece ser uma troca: se te acolho, você há de renunciar ao que foi vivido anteriormente, não cabendo a necessidade de trazer signos do seu país de origem. Estes episódios podem ser vistos como movimentos tão sutis que dificultam o entendimento de que tais situações sejam violências. Como explicita Nogueira (2017, p. 124), é “justamente porque o racismo não se formula explicitamente, antes sobrevive num devir interminável como uma possibilidade virtual, que o terror de possíveis ataques [...] por parte dos brancos cria para o negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõe inexoravelmente”. É possível pensar em maior expressão de violência do que a imposição da condição de ter que silenciar memórias de onde viemos? Como construir algo renunciando ao que é tão vital para nossa humanidade? Não conseguimos responder.

Pensando ainda nas possibilidades de integração de sujeitos haitianos em percurso diaspórico na comunidade brasileira, notamos em campo que tal movimento se coloca geralmente como impossibilidades, haja vista a ideia sustentada sobre pessoas de pele preta, uma vez que vivemos em um país antinegro (Veiga, 2015). Como exemplo marcante dessa impossibilidade pela cor da pele preta e suas respectivas características, que compartilhamos com sujeitos haitianos, rememoramos aqui a escuta de uma mulher haitiana que não conseguia empregabilidade para lecionar aulas de francês, mesmo que tivesse formação acadêmica que a qualificasse para tal área e que falasse fluentemente a língua; em diversas entrevistas, ao ser vista, era considerada como não qualificada.

Diante da narrativa produzida pela mulher supracitada, foi possível problematizar o que se impõe para a falta de condições de acolher mesmo os sujeitos mais bem qualificados. De acordo com Souza (2021, p. 43), “a violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos. Seria difícil encontrar o adjetivo adequado para nomear essa odiosa forma de opressão”. É que o corpo chega primeiro, e no Estado racista em que nos encontramos, que faz espelhamento ao racismo do país, certas qualificações exigem determinadas

brancuras, submetendo sujeitos racializados à escassez e fazendo um esforço sobre-humano para relegá-los a tais espaços de forma contundente a partir da semiótica de que esse é único lugar possível. Pensamos aqui que perplexidade é um adjetivo que permite caracterizar e nomear a violência racista, pois a destituição de pedaços da humanidade representa um estado de perplexidade.

No caso elencado acima, a sujeita da narrativa parecia em tal estado ao compreender aos poucos que não importavam suas qualificações, os diplomas em diversas línguas, o tempo empregado em estudos e a boa fluência e escrita: a mensagem passada pela população brasileira e, mais especificamente, do estado de Rondônia, era que, mediante as insígnias trazidas na sua pele, na sua nacionalidade e na sua condição de *diáspora*, seu lugar não era em frente a uma sala de aula. No máximo, poderia ser nos fundos.

Despontam como indícios não só do processo de desassistência do ponto de vista sociocultural, mas das dificuldades encontradas no reconhecimento, que pode incidir em sofrimento psíquico e padecimento. E nisso, a psicologia carrega sua responsabilidade, pois, diante de um cenário em que a neutralidade é efetivamente uma produtora de desmentidos (Gondar, 2012), o ideal de neutralidade da formação em psicologia se mostra como um instrumento de manutenção de restrições na acolhida.

Essa postura “resulta, por essa via, num discurso científico que fala sobre os oprimidos, a partir de procedimentos que supostamente permitem conhecê-los de modo objetivo e neutro, e os silencia” (Patto & Frayze-Pereira, 2007, p. 12). Sobre isso, sabemos: “a pretensão de neutralidade política é, ela própria, uma posição política” (Patto & Frayze-Pereira, 2007, p. 14). Ademais, uma posição política que, ao corroborar uma ideia de neutralidade que privilegia a branquitude, possibilita a continuidade de silenciamento de Outridades marginalizadas, como imigrantes haitianos.

Trazemos alguns exemplos de movimentos de silenciamentos sofisticados, como a recusa em ouvir sobre a cultura, sob a ideia de que para se adaptar é preciso renunciar ao que foi vivido. Ou, observar que dentro de uma graduação de psicologia pautada na escuta não se conhece os processos migratórios, incidindo na dificuldade de ouvir – e de deixar o outro falar. Há de se questionar a manutenção de tais silenciamentos simbólicos, nos quais se legitima uma escuta eurocêntrica, implicando na mudez contínua de uma língua, uma cultura, uma vida que deveria ser celebrada. Sobre isso, lembramos Kilomba (2019) quando fala sobre a boca, esse órgão que representa a fala. A autora discorre que:

No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado. Nesse cenário específico, a boca também é uma metáfora para a posse (Kilomba, 2019, p. 33).

Kilomba (2019) faz uso da imagem de uma moça negra escravizada que está com uma mordação na boca para suscitar no leitor a literariedade do que se explica atrelada ao simbolismo vivido no tempo atual. Na época em que sujeitos negros eram escravizados, uma mordação era posta para castigos vis: para prevenir que os negros comessem mais do que os restos destinados, para que não cantassem e a celebração não ocorresse, para que escravizados ditos rebeldes não compartilhassem ideais de fuga ou histórias vivenciadas quando a condição de escravizados não era perene... para silenciar, em suma.

Quando discorremos sobre o simbolismo vivido na atualidade, compreendemos que foram criadas formas mais sofisticadas de silenciamento sem fazer uso físico da mordação. No caso de nossa experiência vivenciada com imigrantes haitianos, a mordação simbólica está presente quando, para acessar direitos fundamentais no Brasil, solicita-se que tudo seja verbalizado em português brasileiro; solicitação observada igualmente nas experiências que tivemos em campo, nos momentos em que, na tentativa de explicar ao colega que havia acabado de chegar ao estado e não falava português, um migrante mais versado fizesse a tradução da explicação para crioulo haitiano para facilitar. Tal solicitação foi por nós observada mesmo em momentos de descontração entre os sujeitos oriundos do Haiti, mediante o pedido que pode ser compreendido como o silenciamento não só de uma cultura, mas também como a exigência de renúncia a ela com a finalidade de, todavia supostamente, entrar na cultura ofertada, ainda que pela porta dos fundos.

Mas, quais sofrimentos podem advir da tentativa de renunciar a uma parte de si como tentativa de ser inserido na cultura “ofertada”? Chamemos mais uma vez Souza (2021) para a conversa, que compartilha conosco um pouco de sua pesquisa sobre as cenas que emergem das entrevistas. Narra que, ao entrevistar um dos participantes, um sujeito negro, este verbaliza que intuía precisar *perder a cor* para ser aceito em seu ambiente de trabalho, visto que sentia que só era aceito sem cor. A autora, por sua vez, discorre que “perder a cor significa para o indivíduo uma sujeição completa ao imperativo racista” (Souza, 2021, p. 38). A reflexão sobre essa passagem também emergiu na nossa vivência como psicólogas no contexto das migrações à medida em que observávamos as movimentações de exigências, de silenciamentos, estes que talvez possam nem ter sido observados pelos sujeitos que os imputaram.

É notável, diante disso, realçar que mesmo o sofrimento de sujeitos negros brasileiros, que surge em contextos racistas, é dificilmente acolhido no campo da psicologia. E quanto a esse tema, acolhemos a observação de Faustino (2019, p. 93) de que se “os dispositivos de cuidado, em suas mais diversas abordagens, não estão atentos a essa realidade, correm o risco de configurar-se, tanto pela ação quanto pela omissão, em uma segunda experiência de violência e negação”. Afinal, foi a partir de tais silenciamentos que aprendemos nas graduações de humanas a acolher sujeitos racializados, visto

que temos acesso a escritores eurocêntricos e, conforme assinala Veiga (2018), a psicologia é branca. Fato importante é demarcar tal ciência como branca para compreender a necessidade de enegrecê-la, migrá-la. Haitianizá-la inclusive.

Necessário demarcar que, em campo, não sentíamos que imigrantes se deixassem perder a cor e a cultura, mas sim, em contrário, faziam movimentos próprios frente a tais solicitações que fincavam tanto sua cor, quanto de onde vinham. Testemunha disso era a solicitação inicialmente efetiva de que não falassem em crioulo haitiano, por exemplo. Mas, esse silenciamento nunca era total, dado que entre pares e em alguns momentos persistia a sua língua de origem. Assim, pode-se argumentar, havia tanto um movimento de facilitar a compreensão da língua ofertada, como também de demonstrar que não era possível calar uma língua.

Outro exemplo que ficou marcado em nós foi um convite recebido por um rapaz haitiano para compor uma reunião a fim de pensar em direitos de imigrantes. Ao chegar ao local, notamos que todas as pessoas brasileiras convidadas eram negras e se mostraram adeptas a conhecer a língua de crioulo-haitiano. Notável perceber que tinham ficado de fora os sujeitos brancos que impunham obrigatoriedades em momentos similares ao vivido neste dia, que buscavam, como observamos em outras oportunidades, protagonizar tais reuniões e movimentos.

Portanto, pode-se sustentar que escutar narrativas de sujeitos histórica e cotidianamente oprimidos sem ampliar olhares e sem adotar uma posição reflexiva acerca do lugar em que você, o ouvinte, se encontra, favorece a manutenção da ideia vertical de lugares, onde há o sujeito que acolhe e o outro a ser acolhido. E, quanto a isso, ressoa precisamente o que é apontado por tantos autores cujo resumo encontramos na escrita de Silveira e Vieira (2005, p. 94): o “acolhimento, enquanto agir, pode atravessar os processos relacionais em saúde, rompendo com os atendimentos tecnocráticos e criando atendimentos mais humanizados. Este é o deslocamento fundamental operado pela noção de acolhimento”.

Considerações Finais

A reflexão constante sobre a posição singular ocupada pelas autoras no processo diaspórico e a inquietação diante das construções na formação acadêmica em psicologia, vividas por cada uma, permitiu importantes deslocamentos em sentido da dessensibilização da escuta em relação aos diversos ditos e não-ditos vividos no percurso do trabalho com o campo das migrações. Do ponto de vista social, suscitou pensar sobre quantos silenciamentos se fazem necessários para a constituição de existências não convencionais ao que a sociedade entende para além de pessoas com direitos garantidos – aqui mostrando às psicólogas que haitianos não carecem de nenhum e necessitam pautar sua sobrevivência e existência à margem.

A escuta de demandas pautadas no que não se formula de forma explícita torna imperioso o exercício de fugir de lógicas assentadas em conceitos verticalizados, que determinam lugares estruturais, como os pares constituídos por *o objeto de estudo e o pesquisador, o que acolhe e o que busca acolhimento, o psicólogo e os pacientes*, que limitam a produção de sentidos e instituem posições únicas para aqueles que são considerados os objetos. Além disso, identificou-se, na experiência abordada, a necessidade de compreender como se dá o percurso migratório do ponto de vista social, considerando que o movimento migratório dos sujeitos haitianos carrega sentidos de existências, formas de subjetivação e experiências alteritárias diferentes das vivenciadas no Brasil; a não abertura efetiva para o acolher abre espaço para violências sociais impostas aos sujeitos de pele preta.

Defender uma escuta dos movimentos sutis é também questionar as bases da psicologia a fim não de romper com o que a constitui enquanto ciência, mas de construir caminhos mais condizentes com as demandas humanas e com o compromisso ético-político da profissão. Sustenta-se, a partir dessa experiência, que os desafios impostos requerem a busca por superar modelos tecnicistas e pouco articulados que desconsideram os sujeitos enlaçados. Dizer que a psicologia é branca e que a grande maioria dos autores lidos é branca retira o véu da neutralidade, pois não há neutralidade quando só há uma forma de ver o mundo.

Para deixar pistas de acolhimento a imigrantes haitianos e outros sujeitos marginalizados, há de se descortinar tais movimentos estruturais não ditos, não problematizados e por isso perpetuados. A nossa escuta se tornou possível quando nos mostramos abertas para aprender sobre a cultura dos que compartilhavam tal espaço conosco, ouvir experiências e aprender palavras que inexistem em português brasileiro, existindo e criando cenários a partir do vivido por eles em crioulo-haitiano, sua língua de origem. Ainda, se tornou possível quando nos debruçamos a escritos que fizessem pontes para a compreensão de suas vivências e retirassem os haitianos do lugar de animalização ao qual sujeitos negros estão em estudos eurocêntricos, mesmo que essa animalização esteja posta de forma sutil.

Por fim, foi e é importante o conhecimento de autores negros, indígenas, indianos, de outras etnias, ou seja, não brancos, porque só o compartilhamento da nossa pele e a vivência diaspórica não basta; há de se debruçar sobre nossas aproximações teóricas e igualmente sobre as diferenças. Há de se olhar atentamente para os caminhos possíveis dentro de onde escolhemos caminhar, a psicologia, viabilizando acolhimento e escutas sensíveis e possíveis.

Referências Bibliográficas

Ballestrin, L. (2013). América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.

- Barroso, A. J. F., Dias, W. N., & Fernandes, E. G. (2021). O sorriso é a única língua que todos entendem? Problematizações acerca do acolhimento a imigrantes haitianos. In E. G. Fernandes, F. R. Lopes, & L. G. Silva (Orgs.), *Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia* (pp. 17-32). Coleção Pós-Graduação da UNIR – EDUFRO.
- Bleichmar, S. (2005). Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In D. Waisbrot et al. (Orgs.), *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina* (pp. 35-51). Paidós.
- Cividini, F. R. (2018). *Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): tensões e fronteiras*. (Dissertação de Mestrado). Foz do Iguaçu.
- Claro, C. A. B. (2020). Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas. *Boletim de Economia e Política Internacional: BEPI*, 26, 41-53.
- Coelho Junior, N. E. (2007). Ética e técnica em psicologia: Narciso e o avesso do espelho. *Revista do Departamento de Psicologia*, 19(2), 477-500.
- Cogo, D. (2014). Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. *Tema Central*, Chasqui, 125.
- Cotinguiba, G. C. (2014). *Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho.
- Cotinguiba, G. C. (2019). *Aletranje – a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano: o Brasil como uma nova baz*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho.
- Daltro, M. R., & Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 223-237. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&tlng=pt
- Estado de Minas. (2023, 06 de junho). Terremoto deixa três mortos e mais de vinte feridos no Haiti. *Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/06/06/interna_internacional,1503727/terremoto-deixa-tres-mortos-e-mais-de-vinte-feridos-no-haiti.shtml
- Figueiredo, E. (2006). O Haiti: história, literatura, cultura. *Revista Brasileira do Caribe*, VII(12), 371-395. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159114589004>
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cad. psicanal.*, 34(27), 193-210.
- Joseph, H. (2015). Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, 21(43), 51-78.
- Joseph, H. (2017). A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. *Périplos: Revista de estudos sobre migrações*, 1(1).
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Lôbo, J. A. (2017). *Racismo e patriarcado como sistema internacional: uma análise antropológica das relações Brasil-Haiti*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu. <http://dspace.unila.edu.br/123456789/3357>
- Loudior, W. E. (2013). Uma história paradoxal. In A. Santiago (Org.), *Haiti por si: a reconquista da independência roubada* (pp. 12-31). Expressão Gráfica e Editora.
- Machado, G. S., Barros, A. F. O., & Martins Borges, L. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina.

- REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 27(55), 79-96. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005506>
- Martins-Borges, L., Jibrin, M., & Barros, A. F. O. (2015). Clínica intercultural: a escuta da diferença. *Contextos Clínicos*, 8(2), 186-192. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2015.82.07>
- Martins Borges, L., & Pocreau, J.-B. (2012). Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(4), 577-585. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000400012>
- Mussi, R. F. F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, 17(48), 60-77. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>
- Nogueira, I. B. (2017). Cor e inconsciente. In N. M. Kon, C. C. Abud, & M. L. Silva (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 121-126). Perspectiva, 2017.
- Patto, M. H. S., & Frayze-Pereira, J. A. (2007). *Pensamento cruel: humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia?* Casa do Psicólogo.
- Portal G1. (2021, 19 de agosto). Número de mortos por terremoto no Haiti passa de 2.100; país registra novo abalo. Portal G1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/19/numero-de-mortos-por-terremoto-no-haiti-passa-de-2100-pais-registra-novo-abalo.ghtml>
- Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento* (Tese de Livre-Docência). São Paulo.
- Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3), 497-511. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>
- Scaramal, E. d. (2006). *Haiti: a fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Câne Editorial.
- Seguy, F. (2015). Racismo e desumanização no Haiti. *Educere et Educare: Revista de Educação*, 10(20), 521-536. <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12594/9008>
- Silva, S. A. (2017). Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 99-117. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0009>
- Silveira, D. P., & Vieira, A. L. S. (2005). Reflexões sobre a ética do cuidado em saúde: desafios para a atenção psicossocial no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5(1), 94-100.
- Souza, N. Santos (2021). *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.
- Staudt, T. (2018). *Sou diáspora: identidade e mobilidade nas memórias de haitianos no Brasil*. Universidade Federal da Fronteira Sul.
- Veiga, L. M. (2015). *O analista está presente: a arte da performance de Marina Abramovic e a clínica*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. 2015_d_Lucas.pdf (uff.br)
- Veiga, L. M. (2018). Qual a cor da Psicologia no Brasil? *Jornal do Brasil*, 9 set. Opinião, p. 9. Qual a cor da Psicologia no Brasil? (jbr.com.br)

JOVENS NEGROS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DURANTE A PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA SOCIAL

YOUNG BLACK PEOPLE IN SOCIAL-EDUCATIONAL MEASURE DURING THE PANDEMIC: AN EXPERIENCE REPORT IN SOCIAL PSYCHOLOGY

Daylan Maykiele Denes¹, Fábio Rodrigues Carvalho², Iago Brilhante Souza³

¹Mestranda em Psicologia (Bolsista CAPES)
– Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Contato: dayland44@gmail.com

²Mestrando em Psicologia (Bolsista CAPES)
– Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Contato: fabio.relativity@gmail.com

³Psicólogo, Residente em Saúde da Família e Comunidade (UNESC).

Contato: psiagosouza@gmail.com

Editor-associado: Laisy de Lima Nunes

Recebido em: 31/12/2023

Aceito em: 28/03/2025

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Denes, D. M., Carvalho, F. R., & Souza, I. B. (2025). Jovens negros em medida socioeducativa durante a pandemia: um relato de experiência em psicologia social. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 60-76.

Resumo

Este artigo detalha uma experiência de estágio em psicologia social no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) em um município do interior de Rondônia, focando em intervenções psicossociais com jovens negros em Liberdade Assistida durante a pandemia de COVID-19. O trabalho evidencia os desafios surgidos com a transição para o atendimento remoto, revelando a complexidade de lidar com essas demandas nesse contexto. Além disso, o texto também destaca os limites e as contradições dos serviços do CREAS na socioeducação desses jovens e aponta a necessidade de uma formação continuada para os profissionais, devido à complexidade das demandas emergentes envolvendo questões raciais e de classe social. O relato proporciona uma discussão sobre o formato desse tipo de intervenção na prática e suas dificuldades em meio à pandemia, além de direcionar um olhar sobre as experiências de estágio na formação em psicologia social.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; pandemia; assistência social; psicologia social.

Abstract

This article details a social psychology internship experience at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in a municipality in the interior of Rondônia, focusing on psychosocial interventions with black young people under Court-Ordered Freedom during the COVID-19 pandemic. The work highlights the challenges that arose with the transition to remote service, revealing the complexity of addressing these demands in this context. Additionally, the text underscores the limits and contradictions of CREAS services in the socioeducation of these young people, emphasizing the need for ongoing training for professionals due to the complexity of emerging demands involving racial and social class issues. The report provides a discussion on the practical aspects of this type of intervention and its difficulties amid the pandemic, as well as offering insights into internship experiences in social psychology education.

Keywords: socio-educational measures; pandemic; social assistance; social psychology.

Introdução

Na contemporaneidade, os dispositivos das políticas sociais, tais como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm proporcionado importantes espaços para o exercício profissional da psicologia. Essa tendência está diretamente vinculada à expansão das políticas públicas nas últimas décadas, correlacionada com o processo de redemocratização do país. Consequentemente, é cada vez mais comum observar psicólogos envolvidos diretamente na esfera das políticas públicas (Silva & Corgozinho, 2011). No entanto, esses espaços em pleno desenvolvimento são permeados por particularidades e contradições próprias, expressando as multideterminações sociais das quais fazem parte.

Nesse contexto, Silva e Corgozinho (2011) explicam que o SUAS foi introduzido em âmbito nacional com o objetivo de constituir uma rede de proteção social estável e duradoura, organizada em duas vertentes de complexidade: proteção social básica e proteção social especial. No âmbito da proteção social básica, é incorporado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), destinado a garantir o acesso aos direitos sociais das famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Já na esfera da proteção social especial, segmentada em graus de complexidade média e alta, engloba-se o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), que fornece serviços de complexidade média, envolvendo a assistência a famílias e indivíduos cujos direitos foram violados, mas cujos laços comunitários ainda não foram rompidos.

Os CREAS desempenham atividades voltadas à proteção e à reintegração social, concebendo e executando estratégias de cunho sociofamiliar, cujo propósito é reestruturar o âmago familiar, conceber alternativas para vivências familiares mais saudáveis, proporcionar acompanhamento individual e viabilizar a recriação e o fomento das conexões comunitárias. Para alcançar esses objetivos, o CREAS dispõe de uma equipe multidisciplinar abrangente, que engloba advogados, assistentes sociais e psicólogos, além da componente administrativa (Silva & Corgozinho, 2011). É nesse contexto que o profissional de psicologia opera, sendo imperativa, ao menos em tese, a colaboração conjunta com a equipe multidisciplinar para aprimorar e impulsionar os serviços oferecidos.

A participação direta de psicólogos no contexto das políticas públicas e em entidades como o CREAS é um tema em discussão e alvo de reflexão crítica. Isso ocorre principalmente porque a prática psicológica ainda é predominantemente associada ao domínio clínico e a própria formação em psicologia tende a ser determinada com base nesse parâmetro. Nesse âmbito, a inclusão dos psicólogos nas políticas públicas oferece uma chance de examinar a formação clínica, principalmente no que se refere à sua característica elitista e excludente. A construção de uma psicologia ativa nas políticas públicas pode contribuir para um aprimoramento da própria área, permitindo que, por meio

da prática social, a psicologia compreenda uma variedade de fenômenos sociais, diferentes construções de subjetividade e os potenciais e as limitações da psicologia nesse domínio (Silva & Cezar, 2013).

Nessa linha, Silva e Cezar (2013) enfatizam que, no contexto do CREAS, em que a abordagem interdisciplinar é fundamental, é crucial que o papel, as funções e as responsabilidades do psicólogo sejam claramente definidas em relação à equipe multidisciplinar. Essa definição deve assegurar uma colaboração contínua com os outros membros da equipe, evitando que a formação predominantemente clínica do psicólogo prejudique o diálogo e a atuação conjunta. A prática muitas vezes leva o psicólogo a adaptar e modificar os referenciais teóricos para se adequar às situações encontradas no CREAS.

Portanto, a atuação do psicólogo no âmbito do CREAS ou em qualquer instituição envolvida com políticas públicas do SUAS exige uma capacitação que transcende o conteúdo abordado nos cursos de formação em psicologia a nível nacional, reconhecendo a carência prática no entendimento das complexas realidades desses setores. O SUAS é um sistema em constante transformação, intrinsecamente ligado ao cenário político e social, e compreender esses elementos é crucial para a atuação consciente das limitações e dos desafios impostos pelo próprio contexto social (Ribeiro et al., 2014).

No tocante às medidas socioeducativas, o CREAS é um instrumento importante na oferta de serviços de proteção social especializada, tanto na Liberdade Assistida como nos Serviços à Comunidade, cabendo à instituição a responsabilidade de apoiar o processo de responsabilização pelo ato infracional (Schmitt et al., 2016). Nesse âmbito, as medidas socioeducativas geralmente têm uma natureza punitiva ao responsabilizar não apenas o adolescente em conflito com a lei, mas também suas características socioculturais.

Ao ressaltar-se a questão dos CREAS e das medidas socioeducativas também como instrumento punitivo de jovens negros e pobres, cabe salientar que essa não é uma característica isolada dentro dos aparelhos institucionais do Estado brasileiro. Como bem delineado por Almeida (2019), a forma do racismo estrutural no Brasil enraíza-se e determina tanto a formação do estado, da cultura, como também sua ordem social, perceptível nas mais diversas dimensões da sociedade brasileira. Entendendo essa perspectiva, é factível que os aparelhos da assistência social também se determinem por essa lógica, já que se parte da análise de que o racismo no Brasil não pode ser olhado a partir de uma dimensão individual, por incorporar-se nas mais fundamentais estruturas da sociedade.

Nessa perspectiva, a abordagem psicológica diante dessa problemática se apresenta como um elemento diferenciador significativo na reinserção e na execução das medidas socioeducativas, dada

a vasta gama de complexidades que permeiam os conflitos legais, incluindo fatores comunitários, questões raciais, de classe social, entre outras. A intrincada natureza desse tema demanda que o profissional de psicologia atue tanto na prática direta quanto na formulação das bases das políticas públicas correspondentes (Dias, 2011).

Para isso, torna-se importante reiterar a perspectiva de uma psicologia social crítica, que se institui a partir das tentativas de ruptura com a ordem positivista e supostamente neutra na qual a psicologia operava e ainda opera. Além disso, questiona-se também a arbitrária separação entre a política e o saber psicológico, com a negação das características mais normativas e adaptativas que alimentaram uma compreensão a-histórica da sociedade (Lane & Codo, 1994).

É de caráter fundamental que a psicologia social crítica não incorra no distanciamento entre teoria e prática, compreendendo que o produtor do conhecimento cumpre também o propósito de agente político no determinado processo em que se insere e atua. A partir disso, o psicólogo inserido em instituições, atuando em políticas públicas, tem como horizonte principalmente a transformação da realidade e o desenvolvimento social de processos emancipatórios (Bock et al., 2007).

Nesse cenário, a questão da estigmatização e culpabilização do “menor infrator” é um aspecto preocupante que se reflete profundamente nas estruturas institucionais do Brasil, as quais geralmente evidenciam o caráter punitivista e racista do Estado brasileiro. Este estigma, associado aos jovens em conflito com a lei, muitas vezes, está enraizado na percepção pública de que eles são inerentemente perigosos ou incorrigíveis, o que pode levar a atitudes punitivas e ações discriminatórias (Cunha, 2022). O sistema de justiça juvenil, frequentemente, reflete esse preconceito, adotando abordagens mais focadas na punição do que na reabilitação e na reintegração social desses jovens. É nessa realidade complexa e atravessada por contradições que o psicólogo deve efetivar sua atuação, buscando superar processos que continuam a reproduzir violências sistêmicas.

Diante dos aspectos que foram abordados, o relato de experiência em questão teve como propósito elucidar as ações de intervenção socioeducativa direcionadas a um conjunto de adolescentes e jovens negros sob medida de liberdade assistida. Essas ações ocorreram durante o Estágio Profissionalizante Institucional em psicologia social, ofertado por uma instituição privada de ensino do interior do estado de Rondônia, totalizando uma carga horária de 60 horas no período de 2021/2. O relatório final de estágio almejou ressaltar a dinâmica das intervenções realizadas com esse grupo de jovens, assim como expor os limites enfrentados pelos estagiários e também pelos profissionais em seu cotidiano de trabalho no período da pandemia de COVID-19 dentro da instituição. Além disso, propõe-se a refletir sobre os desafios da socioeducação no CREAS, que explicitam uma dinâmica de precarização, falta de formação continuada e crítica.

Metodologia

A prática do estágio foi guiada pelos princípios da psicologia social crítica. Seguindo a abordagem de Freitas (1998), os objetivos iniciais do estágio somente foram estabelecidos após uma análise das necessidades do grupo. Ou seja, as ações foram iniciadas somente após obtermos um entendimento abrangente das demandas específicas do público envolvido, estabelecendo a necessidade de processos de trabalho grupal.

A inserção dos estagiários no cenário começou com o interesse do próprio grupo em realizar o estágio no CREAS. A partir disso, foi feita uma solicitação formal documentada através da instituição de ensino. O estágio foi prontamente aceito pela equipe do CREAS do município. Em seguida, ocorreu uma reunião com a equipe técnica da instituição, quando os estagiários coletaram informações sobre a rotina de trabalho, as necessidades e os desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19.

Na análise da equipe técnica, composta por uma assistente social e uma psicóloga, destacou-se como principal necessidade a atividade de intervenção junto ao grupo de jovens em liberdade assistida. A equipe mencionou dificuldades no manejo dos encontros *online* com os jovens e uma adesão limitada a essas reuniões. A partir do diálogo com os profissionais que conduziam esse grupo, foi elaborado um plano de trabalho coletivo, combinando os conteúdos considerados fundamentais pelos profissionais no processo de socioeducação desses jovens e a formação de um espaço de escuta para que esses jovens pudessem expressar suas demandas ou sugestões.

Temas como orientação profissional, conflitos familiares e violência urbana foram trazidos pela própria equipe, baseando-se em suas experiências de trabalho. A escolha do método de trabalho em grupo foi motivada pelas vantagens que ele oferece, como a possibilidade de compartilhar vivências, identificar valores pessoais e confrontar atitudes e sentimentos do cotidiano. Além disso, o trabalho em grupo fortalece os laços entre os participantes e promove um aprendizado coletivo por meio de diálogos direcionados. Em outras palavras, o grupo serve como um canal para expressar sentimentos, emoções e necessidades, facilitando a compreensão das representações que os indivíduos elaboram e revelando como eles se relacionam consigo mesmos e com os outros (Acuna & Silva, 2020).

Devido à situação da pandemia de COVID-19, as reuniões precisaram ser realizadas de maneira virtual. A partir dessa adaptação, surgiu a necessidade de facilitar discussões em formato de rodas de conversa *online*, direcionadas aos jovens em medida socioeducativa de liberdade assistida. A maioria dos participantes tinha entre 15 e 20 anos, sendo do sexo masculino, negros e residentes das periferias da cidade e zona rural.

Utilizando a plataforma Google Meet, realizaram-se sessões temáticas semanais, totalizando sete intervenções. As reuniões contaram com a presença da assistente social que geralmente mediava os encontros. No entanto, a participação nem sempre foi completa, com a maioria das reuniões

contando com apenas três participantes e uma com apenas um jovem presente. Em sua maioria, esses indivíduos vinham de contextos de desigualdade social elevada, com pouco acesso à internet para participar dos encontros. Nota-se que a maioria residia em áreas urbanas periféricas, com apenas um jovem vindo de uma área rural. As intervenções abordaram tópicos diversos, com ênfase em debates sobre racismo e questões sociais, discussões sobre escolha de carreira e planos para o futuro, bem como exposições sobre a importância da comunicação não violenta e formas assertivas de interação.

No próximo tópico, serão apresentados os principais desfechos do estágio, destacando as transformações percebidas e compartilhadas pelos jovens por meio das intervenções conduzidas durante os encontros. Logo após, serão discutidas algumas reflexões pertinentes ao âmbito do trabalho de intervenção psicossocial dentro do CREAS, enfocando as perspectivas e limitações da atuação observada diante da população pobre e negra no país.

Resultados e Discussão

As intervenções com os jovens em tempos de pandemia de COVID-19

As intervenções de caráter socioeducativo realizadas durante o estágio enfrentaram notáveis limitações devido à pandemia de COVID-19, o que exigiu a completa transição para um formato *online*. Diante desse cenário, fomos compelidos a adaptar nossas abordagens para o ambiente virtual, buscando criar encontros motivadores e que encorajassem a participação ativa dos jovens. Em consonância com Camacho (2020), é relevante ponderar sobre os desafios inerentes ao contexto remoto, abarcando os processos de educação e aprendizado, que envolvem questões como assegurar um acesso eficiente à internet e a outros recursos tecnológicos que permitam a participação, promover a capacitação de profissionais e demais envolvidos, além de criar um ambiente virtual engajado no contexto do ensino a distância, entre outras considerações.

De imediato, para além da dinâmica inerente ao ambiente virtual, constatamos que o acesso à internet se apresentava como um desafio significativo para a efetiva condução dos encontros com os jovens. Apenas uma minoria possuía acesso à internet, o que impactava negativamente sua participação de maneira constante. Esse cenário já evidenciava certos obstáculos inerentes às intervenções realizadas em formato virtual. Conforme as observações de Stevanim (2020), a dificuldade que certos segmentos da sociedade brasileira enfrentam para acessar a internet enfatiza a existência de processos de disparidade social e racial, que excluem populações inteiras das várias esferas de participação. Essa realidade ilustra a maneira pela qual a desigualdade estrutural permeia aspectos fundamentais da vida cotidiana, impactando o acesso a recursos e oportunidades essenciais. A exclusão digital resultante não só perpetua a marginalização desses grupos, mas também amplia as lacunas de conhecimento e poder entre diferentes setores da sociedade.

Assim, a questão do acesso à internet não apenas se tornou um desafio técnico para a realização das intervenções, mas também trouxe à luz uma questão social mais ampla, evidenciando as desigualdades existentes. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que a justiça determinava a obrigatoriedade de esses jovens participarem das intervenções junto ao CREAS, como condição de manutenção da liberdade assistida, não era garantido nenhum direito de acesso à internet que possibilitasse uma participação mais efetiva.

Outra questão enfrentada envolveu certas práticas relacionadas à educação bancária, adotadas pelos profissionais responsáveis pela socioeducação dos jovens no próprio CREAS. Na abordagem da educação bancária, o processo educativo é estruturado de forma que o educador assume o papel ativo e detentor do conhecimento, enquanto o aprendiz é visto como um receptor passivo no qual o conhecimento é depositado. Isso se traduz na ideia de que o aluno é equiparado a um recipiente vazio no qual o educador introduz fórmulas, informações e saberes científicos até que o aluno seja "enriquecido" com esses conteúdos (Freire, 2005). Essas práticas eram evidentes nos primeiros encontros virtuais que acompanhamos, nos quais os jovens eram pouco ouvidos e, muitas vezes, advertidos de maneira autoritária.

No entanto, é importante observar, como apontado por Da Luz Junior (2022), que os métodos de ensino remoto tendem a acentuar certos aspectos da educação bancária. Isso ocorre porque eles frequentemente geram ambientes impessoais e verticais, nos quais a dinâmica é predominantemente de transmissão unidirecional, com um emissor ativo e um receptor passivo. Ademais, a ausência de uma formação adequada para o uso de ambientes virtuais durante a pandemia pode ter limitado consideravelmente as práticas interventivas remotas.

Isso nos levou a uma profunda reflexão sobre a relevância de considerar elementos na concepção e implementação de abordagens de intervenção que promovam processos ativos e dialógicos de participação, mesmo com todas as limitações já apontadas. Como ressaltado por Freire (2014), é fundamental estabelecer uma relação de diálogo entre educador e educando, na qual o ato de aprender seja uma construção mútua através da experiência compartilhada. Nessa perspectiva, a busca por uma socioeducação efetiva envolve compreender o contexto do público-alvo. Através de uma práxis crítica, tentou-se não somente transmitir informações, mas também possibilitar que os indivíduos sejam protagonistas ativos em sua jornada de desenvolvimento.

Nessa dinâmica, o primeiro encontro contou com a participação de três jovens, tendo como objetivo promover uma discussão aberta acerca de temas musicais, buscando criar um ambiente informal e estabelecer uma conexão mais próxima com o público-alvo da intervenção, inspirada nas narrativas dos Racionais MC's. A escolha desse tema se fundamentou na intenção de explorar a

realidade retratada nas músicas do grupo, que aborda as experiências da população negra e das comunidades periféricas.

Convidamos os participantes a compartilharem suas relações pessoais com as músicas e a dizer se alguma delas possuía um significado emocional ou abordava uma questão particularmente relevante para eles. Exploramos as referências históricas presentes nas canções, contextualizando o cenário político e social no qual elas foram criadas, mencionando acontecimentos marcantes da década de 1990 que provocaram intensos debates sobre o racismo no Brasil, a violência nas áreas periféricas e os direitos humanos (Racionais MC's, 1997).

Durante esse encontro, foi explorado o contexto histórico da formação do grupo e o contexto da violência policial que rondava a década de 90, fazendo referência principalmente a três acontecimentos importantes: O massacre do Carandiru (1992), A chacina da Candelária (1993) e A chacina de Vigário Geral (1993) (Farias, 2008). Letras do grupo foram utilizadas para promover reflexões com os jovens, tendo como principais exemplos as canções *Capítulo 4, Versículo 3*, que enfatiza o problema da violência policial e da desigualdade nas periferias, e *Fórmula mágica da paz*, que cumpre a função de promover uma reflexão sobre o diferencial de tentar viver uma vida longe da criminalidade e fortalecer sua própria comunidade e família (Racionais MC's, 1997).

Nesta ação, a presença dos jovens foi notavelmente mais reservada, sendo sua participação geralmente limitada. O formato virtual impôs um desafio considerável em termos de interação; contudo, é importante ressaltar que, mesmo diante desses desafios, a conversa se revelou gratificante, permitindo identificar que alguns jovens conseguiram compartilhar suas vivências e preferências musicais. Além disso, a troca de experiências e gostos musicais proporcionou um panorama mais abrangente das percepções individuais e da forma como a música pode ser um veículo de expressão e conexão dentro do grupo.

Os profissionais da equipe técnica do CREAS participaram como ouvintes nesse processo e realizaram um diálogo conosco, destacando que é muito comum que esses grupos não fossem produtivos, mesmo no seu modelo presencial, e que a dinâmica se concentrava mais em saber se os membros não tinham voltado a se envolver em conflitos, tanto com a comunidade quanto com familiares e afins. Durante toda a experiência do grupo, do primeiro ao último encontro, esses profissionais estiveram presentes, acompanhando e mediando as intervenções e proporcionando *feedbacks* quando necessário.

Outro tópico explorado nos encontros posteriores diz respeito à orientação profissional, visando dialogar sobre o processo de escolha de carreira e o mundo do trabalho e as vias para atingir tal objetivo. Durante a abordagem desse assunto, houve uma participação mais ativa, especialmente por parte de um adolescente que manifestou um notável interesse pelo tema. No entanto, a interação

dos jovens ainda permaneceu relativamente limitada, com suas contribuições ocorrendo principalmente quando eram diretamente questionados.

O construto da orientação profissional se desenvolve no Brasil em diversos formatos, determinado, por muitos anos, pelo processo da psicometria e a partir de uma ordem elitista, visando as classes mais altas do país, que estavam inseridas no contexto das universidades e das instituições de Ensino Superior (Dias, Silva, & Pacheco, 2022). Durante a experiência com o grupo de liberdade assistida, encontrou-se dificuldade, com esses jovens inseridos no programa, de perceber um horizonte de uma vida profissional ou até de perspectiva de trabalho, compreendendo que o construto de “trabalho” era apenas entendido como o contrário de ser um infrator.

Nesse quesito, a compreensão do fenômeno da orientação profissional, a partir da perspectiva sócio-histórica na psicologia social, concentra-se, antes de tudo, em promover a conscientização dos indivíduos sobre si mesmos, o contexto social e histórico em que estão inseridos, assim como suas possibilidades e limitações. Isso permite que os participantes se percebam como agentes ativos e responsáveis em sua trajetória profissional. Dessa forma, a escolha profissional pode ser interpretada como uma parte integrante do processo de formação e constituição do sujeito (Mendonça & Oliveira Costa, 2020).

A partir disso, o foco concentrou-se em destacar para os participantes as possibilidades e limitações do território em que vivem, dos recursos existentes, do município onde moram, buscando, assim, um diálogo ativo com os jovens. A compreensão de como os adolescentes atribuem significado ao seu papel na sociedade brasileira revela uma tendência à desvalorização de si mesmos diante de uma estratificação social marcada por classes. Suas necessidades, centradas na manutenção familiar, entram em contradição com o anseio pelo desenvolvimento pessoal, sendo que, para alcançar esse objetivo, eles percebem a necessidade de possuir bens materiais. Esse desejo de adquirir esses bens é impulsionado pela aspiração de pertencer a uma camada social reconhecida e respeitada (Mendonça & Oliveira Costa, 2020).

Perguntou-se sobre a frequência escolar e o nível de ensino atual de cada participante, sendo que somente um deles já concluiu o Ensino Médio. Um dos participantes expressou uma aparente indiferença em relação à escolha de uma carreira, afirmando que qualquer opção seria aceitável para ele. Apesar disso, quando indagado sobre os porquês dessa opinião, não expressou vontade em dialogar sobre. Durante o encontro, foram discutidas as diferentes alternativas disponíveis para a escolha profissional, em uma tentativa de apresentar possibilidades que, muitas vezes, podem ser desconhecidas pelos jovens, como a de cursar uma faculdade pública, ou mesmo privada através de programas governamentais, ou ainda as formações técnicas disponíveis e como é possível adentrar nesse tipo de formação. Nesta intervenção, que teve caráter informativo em forma de diálogo, alguns

jovens mostraram-se interessados, fazendo perguntas relacionadas a como poderiam acessar cursos técnicos ou uma faculdade pública ou privada.

Nesse aspecto, destacamos a importância da orientação profissional como apoio aos indivíduos em situações de vulnerabilidade, possibilitando processos de autonomia que rompam com os limites das desigualdades. É notório que fatores de raça e de classe têm um impacto significativo na condição de vulnerabilidade que esses grupos sociais enfrentam diariamente, assim como o seu acesso a possibilidades de trabalho (Silva & Braz, 2020). O propósito das intervenções foi refletir sobre as possibilidades de escolha de um trabalho, visando a estimular análises críticas com relação à concepção de carreira, possibilitando pensar caminhos em suas próprias trajetórias de vida.

Ademais, pensar que as diferentes reações sobre o tema – participação entusiasmada de um jovem, indiferença de outro, silêncio dos demais – pode refletir as nuances de uma realidade que muitas vezes se revela violenta e expressa contradições inerentes à dinâmica de vida dos próprios jovens. É fundamental reconhecer que, para esses jovens, a participação em encontros desse tipo pode ser percebida como coercitiva, considerando os contextos em que estão inseridos, mas também podem produzir sentidos novos sobre determinadas questões.

Como Martín-Baró (1997) sustenta, em ambientes sociais marcados por desigualdades, frequentemente impregnados de um fatalismo político e social, o psicólogo deve ter um olhar crítico perante uma realidade que efetiva violências cotidianas. Nesse sentido, é crucial que o profissional psicólogo não apenas compreenda os sentimentos subjacentes às distintas histórias de vida, mas se engaje ativamente na identificação e no fomento de estratégias coletivas de enfrentamento das disparidades sociais.

As intervenções finais tiveram como propósito a exploração da comunicação não-violenta, delineando a distinção entre a comunicação assertiva e a violenta, além de abordagens para desenvolver possibilidades de uma comunicação mais adequada. No entanto, essas sessões enfrentaram uma notável falta de participação, com uma interação bastante limitada por parte dos jovens. O encontro de encerramento, em particular, foi marcado pela ausência de participação dos jovens, sublinhando mais uma vez as limitações e a falta de envolvimento inerentes a esse formato de encontros virtuais. É plausível considerar que, sob circunstâncias presenciais, os resultados poderiam ter sido mais frutíferos. Os últimos encontros se deslocaram em direção a um formato expositivo, divergente daquele originalmente planejado, que visava uma participação ativa dos presentes.

Esses últimos encontros evidenciaram que os desafios inerentes a uma interação *online* são incontestáveis, conforme argumenta Oliveira e Oliveira (2020): em ambientes virtuais, a natureza pouco enriquecedora pode resultar na perda de conexões interpessoais significativas. O escopo de possíveis abordagens também tende a ser limitado, muitas vezes restringindo-se a formatos

convencionais. A introdução de elementos surpresa, tais como dinâmicas interativas ou outras técnicas, enfrenta obstáculos consideráveis em um ambiente virtual. Outrossim, para os jovens sob medidas socioeducativas, a necessidade de participação pode resultar em uma adesão limitada e uma menor predisposição para uma participação ativa e engajada.

Mesmo diante dos obstáculos enfrentados nas intervenções conduzidas de maneira virtual, foi notório que todas essas práticas desempenharam um papel importante na amplificação do entendimento referente à dinâmica estrutural de uma entidade social como o CREAS. Essas experiências contribuíram para uma compreensão mais concreta das complexidades que permeiam o funcionamento e a atuação do mencionado órgão. Durante esse processo, pode-se discernir limitações evidentes nas intervenções com jovens submetidos à liberdade assistida, o que ressalta a presença de uma certa uniformidade nas abordagens institucionais. Devido à brevidade do estágio e à sua natureza virtual, houve uma dificuldade em superar a baixa participação dos jovens, mantendo-se esse aspecto monolítico das interações.

O trabalho profissional de Socioeducação no CREAS: limites e possibilidades

Uma medida socioeducativa, assim como em outras áreas de políticas públicas, como as de saúde, enfatiza a importância da participação ativa dos socioeducandos no processo de intervenção socioeducativa. A abordagem de Volpi (1997) reconhece que a prática da socioeducação deve intrinsecamente promover a formação para a cidadania como um princípio orientador fundamental em sua implementação. Assim, as intervenções necessitam de foco na reabilitação desses jovens e a reflexão responsável sobre o ato infracional, com a consideração de que a prática da socioeducação não se torne apenas a promoção de ocupação para um tempo “ocioso” do adolescente, mas um exercício fundamental de educação para viver em sociedade.

A partir disso, entende-se que a psicologia exerce um papel absolutamente central no exercício da criação de sentido desses jovens em conflito com a lei, considerando que a formação do sentido não é vista como um processo isolado, mas sim como uma interação complexa entre o sujeito e seu meio social e cultural. Vigotski (2008) argumentava que o desenvolvimento humano ocorre dentro de um ambiente sociocultural, no qual as atividades, ferramentas e práticas da cultura são basilares na construção de sentidos.

Diante da experiência com o grupo de Liberdade Assistida, foi perceptível, na vivência desses jovens, que a adaptação do sujeito ao mundo cumpria, por vezes, uma função punitiva, com reflexões abstratas sobre a gravidade das infrações cometidas, numa perspectiva de promover o arrependimento. Nessa circunstância, buscou-se, nas intervenções, posicionar o grupo como mediador entre o jovem e a realidade que o cerca.

O CREAS, nesse quesito, precisa exercer esse papel de mediação entre o jovem infrator e uma nova relação com o mundo que possa, a partir das suas possibilidades concretas, organizar-se de forma mais saudável e assertiva. Entende-se que, de muitas formas, as equipes profissionais que atuam nessa mediação não exercem a profissão a partir de uma perspectiva antirracista ou compreendendo os determinantes sociais de todo esse processo, o que nos remete aos diversos déficits da formação profissional, mas também ao caráter punitivo dessas instituições (Baptista, 2020).

Enquanto déficit da formação, entendemos que a psicologia, historicamente, organiza suas intervenções a partir de uma perspectiva elitista. Ou seja, muitos currículos ainda carecem de uma abordagem crítica e sensível às questões étnico-raciais e socioeconômicas, perpetuando uma visão eurocêntrica que não se alinha com a realidade multifacetada do país. Somado a isso, a formação muitas vezes não aborda de maneira aprofundada as implicações do racismo, da desigualdade e das opressões estruturais na saúde mental e no bem-estar das populações historicamente marginalizadas. O resultado é uma lacuna entre o conhecimento teórico adquirido e a habilidade de aplicá-lo de maneira eficaz e culturalmente sensível na prática profissional (Gonçalves, 2020).

Desse modo, a formação muitas vezes não contempla adequadamente tópicos como gênero, sexualidade, direitos humanos, políticas públicas e questões ambientais, que têm grande relevância para uma compreensão aprofundada dos indivíduos e da sociedade. Esse descompasso entre a formação tradicional e as demandas atuais impacta a eficácia dos profissionais em lidar com os desafios emergentes e promover mudanças sociais positivas (Gonçalves, 2020). Por vezes, o profissional adota perspectivas moralizantes diante do jovem infrator, produzindo conflitos e limitando um real movimento de ressocialização. Isso soma-se ainda aos problemas amplos de precarização dos aparelhos do SUAS e das instituições públicas.

Nesse contexto, a atuação do psicólogo em contextos como o SUAS amplia-se cada vez mais a partir de uma perspectiva interdisciplinar e multiprofissional. A atuação junto ao assistente social é uma das referências para planos de ressocialização diversos de vários formatos. A parte disso, é de suma importância adentrarmos aos profundos problemas da precarização dessas instituições sociais, bem como de sua desorganização (Pauli et al., 2019).

Para Rizzini (2006), o conceito de redes sociais é intrincado e se constrói a partir de grupos que se unem para atender de maneira mais eficaz às suas necessidades, desafiando práticas historicamente controladas verticalmente. O modelo de trabalho em rede apresenta uma estrutura horizontal e expansiva, formada pelos laços estabelecidos entre seus participantes. Nessa perspectiva, existe a necessidade de que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possa redefinir os serviços socioassistenciais, rompendo com a abordagem segmentada de atendimento e migrando para uma

configuração baseada em redes de proteção social. Essa mudança organiza e garante um conjunto abrangente de seguranças sociais para os indivíduos (Colin, 2008).

Contudo, a realidade dos recursos limitados e sua distribuição desigual levam à escassez de serviços, comprometendo a construção de redes efetivas. Esse cenário dificulta a articulação política em rede, resultando, na prática, em ações assistenciais aparentemente isoladas e desconectadas de um projeto amplo de proteção social. A ausência de uma formação continuada e assertiva para o trabalho de socioeducação em seu caráter multifacetário articula, como ocorre no CREAS aqui relatado, uma política escusa e coercitiva, na qual os jovens em conflito com a lei cumprem obrigações de participações em grupos e atividades.

A natureza dinâmica das demandas enfrentadas no campo das medidas socioeducativas torna a formação continuada das equipes multiprofissionais uma prioridade inegável. Os jovens atendidos muitas vezes carregam experiências de trauma, marginalização e desigualdade, que demandam uma abordagem sensível e individualizada. Através da formação continuada, os profissionais podem adquirir ferramentas para lidar com situações complexas e desenvolver estratégias eficazes para a promoção da resiliência e reintegração desses jovens na sociedade (Paes et al., 2008).

Articular para que as práticas assistenciais estejam mais intrincadas e relacionadas com os objetivos da política brasileira de assistência social e com a questão social brasileira tem sido tema frequente de discussão acadêmica, levando em consideração as premissas de Netto (2017), que entende a questão social como um resultado das disparidades entre a capacidade de produção da sociedade e a capacidade de atender às necessidades básicas de todos os seus membros. Isso inclui não apenas a falta de acesso a bens materiais, mas também a negação de direitos sociais, culturais e políticos fundamentais para uma vida digna. A questão social, segundo sua perspectiva, é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, uma vez que as desigualdades e contradições surgem do próprio funcionamento do sistema, no qual a busca pelo lucro se sobrepõe às necessidades humanas.

Levando em consideração ainda que a questão social não tem um formato estático, mas sim dinâmico e sujeito a transformações ao longo do tempo (Netto, 2017), as contradições societárias que envolvem o universo de um adolescente infrator podem se manifestar de várias maneiras em diferentes contextos históricos e geográficos, mas seu cerne permanece ligado às relações sociais desiguais e às contradições inerentes ao sistema capitalista.

Em Aguiar (2007), há a consideração de que a raça desempenha um papel fundamental na determinação das posições dentro da estrutura de classes, atuando como um fator que contribui para a criação de desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e em outros aspectos da vida social. A ideia de que a miscigenação teria criado uma sociedade mais tolerante e híbrida não diminui a

realidade de que a raça e a classe estão intimamente interligadas no Brasil. Em suma, é factível dizer que a pobreza tem cor no Brasil e que as instituições públicas como um todo lidam com isso diariamente.

As reflexões possíveis sobre as condições de vida desses jovens negros em medida socioeducativa, discutidas nesse relato, necessariamente precisariam considerar o indubitável fatalismo da vivência em periferia, organizando ainda as considerações sobre os atravessamentos e os amplos traumas psicossociais que envolvem esse mesmo contexto, não necessariamente criando um sentido ou uma consciência, mas antes sim, compreendendo e articulando os determinantes de uma consciência e um sentido que já existem e que podem de diversas formas ser desenvolvidas em formato dialógico.

Considerações Finais

O estágio realizado no CREAS, com foco na intervenção junto a um grupo de jovens negros em medida socioeducativa de liberdade assistida, proporcionou uma experiência repleta de desafios e oportunidades de aprendizado. A abordagem proposta, caracterizada por sua dinamicidade e natureza dialógica, concentrou-se em tópicos como música, arte, orientação profissional e comunicação. Essa abordagem visou a adaptar-se às circunstâncias e aos interesses particulares dos adolescentes envolvidos, levando em consideração as complexas intersecções de raça e classe social que os afetam. No entanto, mesmo que as intervenções buscassem outras formas de pensar o processo socioeducativo, existiam fatores limitadores complexos, sendo importante reconhecê-los e levantar algumas reflexões críticas.

Através da dinâmica das intervenções, ficou evidente a dificuldade em assegurar a participação ativa dos jovens nos encontros virtuais. A baixa adesão refletia tanto o desafio de engajar os adolescentes em uma plataforma digital quanto as restrições impostas pela longa persistência da pandemia de COVID-19 e a insuficiente adaptação a essa nova realidade. A necessidade de se ajustar a um modelo de interação completamente diferente foi um obstáculo enfrentado por diversas instituições, e isso se mostrou verdadeiro também para o CREAS. O acesso inadequado à internet pelos jovens se mostrou um obstáculo concreto, pois, embora fossem obrigados a participar das intervenções, muitas vezes não dispunham dos recursos mínimos para fazer isso com qualidade.

Além disso, vale destacar que a abordagem de socioeducação adotada pela instituição era caracterizada por uma educação bancária, marcada por aspectos autoritários. Isso gerava dificuldades significativas na valorização dos jovens como atores ativos do próprio processo socioeducativo. Destacamos que a intervenção socioeducativa, semelhante a outras áreas de políticas públicas, como a saúde, ressalta a importância da participação ativa dos jovens em conflito com a lei.

Tal processo envolve promover a cidadania como princípio central e requer uma abordagem que vá além de apenas ocupar o tempo dos adolescentes, mas também proporcionar uma educação contextualizada e humanizada que colabore para sua autonomia. No entanto, é evidente que as equipes de profissionais muitas vezes não adotam uma abordagem antirracista ou compreendem os determinantes sociais nesse processo, o que reflete a necessidade de uma formação profissional continuada e crítica.

O déficit na formação profissional em psicologia é evidente nesses contextos, com a falta de abordagem crítica e sensível às questões étnico-raciais e socioeconômicas. Isso leva a uma lacuna entre o conhecimento teórico e sua aplicação eficaz na prática, especialmente nas intervenções com jovens em conflito com a lei. Somado a isto, a falta de uma abordagem abrangente em tópicos como gênero, sexualidade, direitos humanos e questões ambientais limita a compreensão holística dos indivíduos e da sociedade.

A falta de formação continuada e adequada para lidar com a complexidade da socioeducação resulta em políticas coercitivas, em que os jovens em medida socioeducativa são submetidos a obrigações sem uma abordagem sensível e contextualizada. Para lidar com esses desafios, é necessário que o SUAS redefina os serviços socioassistenciais para uma abordagem baseada em redes de proteção social. No entanto, a distribuição desigual de recursos limita a construção de redes efetivas, prejudicando a eficácia das ações assistenciais.

Entendemos que as limitações desta experiência se dão principalmente pela necessidade do seu formato *online*, mas também pela baixa adesão dos jovens ao grupo proposto. Destacamos a aproximação limitada entre os estagiários e os profissionais da instituição. Para além disso, pontuamos a necessidade de que projetos de extensão com intervenção direta em dispositivos da assistência social e da socioeducação sejam mais constantes, no sentido da pesquisa-ação, e com maior análise sobre o campo institucional. Consideramos, ainda, que em futuras pesquisas neste cenário seja imprescindível que um olhar acurado e interseccional seja direcionado como determinantes tanto nas análises quanto na sistematização das intervenções.

Em última análise, a abordagem interdisciplinar e sensível é essencial para uma intervenção socioeducativa eficaz, especialmente em contextos desafiadores como o CREAS. A compreensão das intersecções entre raça, classe e outras dimensões sociais é crucial para oferecer suporte adequado a jovens em conflito com a lei e promover mudanças sociais reais. A formação profissional contínua, incluindo uma abordagem crítica e sensível, é fundamental para atender às demandas complexas da socioeducação e enfrentar os problemas estruturais subjacentes à questão social no Brasil.

Referências Bibliográficas

- Acuna, J. T., & da Silva, N. R. (2020). Contribuições da Psicologia Social à formação de representações sociais que prescindam de preconceito: um relato de experiência. *Educação em revista*, 21(01), 95-108. Recuperado de <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n01.07.p95>
- Aguiar, M. M. (2007). A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, 36, 83-88. Recuperado de https://www.academia.edu/96844750/A_construção_das_hierarquias_sociais_classe_raça_gênero_e_etnicidade
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Baptista, G. A. (2020). Contradições da internação socioeducativa: entre a prática e a prescrição normativa. *Contexto Jurídico*, 7(1), 297-320. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contexto/article/view/76316>
- Bock, A., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). *A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3a. ed.). Cortez.
- Cunha, V. H. D. (2022). *Quando viver é driblar o risco: racismo de estado, políticas de morte e homicídios na adolescência desde uma perspectiva localizada* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253297>
- Colin, D. R. A. (2008). *Sistema de gestão e financiamento da assistência social: transitando entre a filantropia e a política pública*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/17500>
- Camacho, A. C. L. F. (2020). Ensino remoto em tempos de pandemia da covid-19: novas experiências e desafios. *Online braz. j. nurs.*, 19(4), 1-4. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/midias/biblio-1145525>
- Dias, I. de M. T. (2013). Estigma e ressocialização – uma análise sobre direitos humanos e a reintegração de adolescentes em conflito com a lei. *Revista Videre*, 3(6), 87-109. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/1050>
- Dias, D. A. A., Silva, C. M., & Pacheco, L. F. O (2022). Orientação Profissional para classes populares: desenvolvimento da responsabilidade social da Psicologia. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar*, 3(5), 1-21.
- Da Luz Junior, L. S. C. (2022). Ensino remoto emergencial: inovação ou nova educação “bancária”? In A. C. F. Rosa. (Org.), *Paulo Freire Antes que seja tarde* (pp. 242-250). Appris.
- Farias, J. (2008). Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. *Teoria & Sociedade*, 15(2), 138-171.
- Freitas, M. D. F. Q. D. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(1), 175-189. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000100011>
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gonçalves, M. A. (2020). *Psicologia Favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em Psicologia*. Mórula Editorial.
- Lane, S. T., & Codo, W. (1994). *Psicologia Social: o homem em movimento*. Brasiliense.

- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Mendonça, L. B., & de Oliveira Costa, F. Á. (2020). A Orientação Profissional na perspectiva sócio-histórica: intervenção psicossocial junto à camada popular. *Psicologia em Ênfase*, 1(1) 170-187.
- Netto, J. P. (2017). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. Cortez.
- Oliveira, A. C. D., & Oliveira, J. C. (2020, 17 a 20 de novembro). *Educação on-line: o alcance e as dificuldades do ensino remoto em tempos de pandemia*. [Apresentação de trabalho]. Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História-perspectivas Web, virtual. https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epeh2020/1605235620_ARQUIVO_af86e5351b76ec7b5b3ed11763ad6cf7.pdf
- Pauli, C. G., Traesel, E. S., & Siqueira, A. C. (2019). A precarização do trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e188301. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188301>
- Paes, P. C. D., Amorim, S. M. F., & Pedrossian, D. R. D. S. (2008). *Formação continuada de socioeducadores*. UFMS. http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.%202013.%20Cader%20no%204.%20PIA.pdf
- Racionais MC's. (1997). Capítulo 4, Versículo 3. Em *Sobrevivendo no inferno* (Faixa 3). Cosa Nostra Fonográfica.
- Rizzini, I. (2006) *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. Cortez.
- Silva, J. V. D., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23(esp.), 12-21. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfMzSBCwb3sMh5cShTYqLzD/?lang=pt>
- Soares da Silva, A., & Ramos Braz, S. R. (2020). Orientação Vocacional, raça e poder: implicações psicopolíticas de processos de dominação social. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 18(44). <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/cristal44.html>
- Silva, R. B., & Cezar, P. C. N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 99-109. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v4n1/a07.pdf>
- Schmitt, A. A., do Nascimento, D. M., & Schweitzer, L. (2016). Grupo com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida: relato da experiência em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 399-411. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200010&lng=pt&tlng=pt
- Stevanim, L. F. (2020). Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. *RADIS: Comunicação e Saúde*, 215, 10-15. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43180>
- Volpi, M. (1997). *O adolescente e o ato infracional*. Cortez.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e linguagem*. Martins Fontes.

A ESCUTA PSICANALÍTICA DE SUJEITOS SOBRE VIR-A-SER HOMEM, NEGRO E HOMOSSEXUAL

PSYCHOANALYTIC LISTENING TO SUBJECTS ABOUT BECOMING A MAN, BLACK AND HOMOSEXUAL

Lucas Emanuel Costa de Souza Florêncio¹, Halanderson Raymisson da Silva Pereira²

¹Bacharel em Psicologia. Pesquisador do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia – Universidade Federal de Rondônia (CEPSAM-UNIR). Contato: emanuelucas.costa@gmail.com

²Doutor em Psicologia. Docente de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Vice-Líder do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia – Universidade Federal de Rondônia (CEPSAM-UNIR). Contato: halandersonpereira@gmail.com

Editor-associado: Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos

Recebido em: 10/08/2023

Aceito em: 28/03/2025

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Florêncio, L. E. C. de S., & Pereira, H. R. da S. (2025). A escuta psicanalítica de sujeitos sobre vir-a-ser homem, negro e homossexual. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 77-98.

Resumo

Este estudo propõe uma análise das narrativas de sujeitos que se identificam como homens negros e homossexuais. Participaram da pesquisa três sujeitos com idade entre 18 e 26 anos. Como estratégia de construção de dados, foi utilizada entrevista não diretiva. A análise de discurso de linha francesa, em sua articulação com vertente teórica psicanalítica, foi empregada como método de tratamento dos dados. Os recortes interpretativos indicam que as formações ideológicas, oriundas de múltiplos discursos do ordenamento social, propõem normalizar e normatizar uma relação simétrica e supostamente congruente entre sexo biológico, semblantes de gênero, posição sexuada e orientação sexual. A escuta do sujeito em psicanálise, porém, destaca o caráter não naturalizado da sexualidade, sua dimensão perversa e polimorfa em uma acepção freudiana, em que o gozo se rebela contra qualquer normatização. Nota-se a necessidade de novas pesquisas em relação à temática, que ampliem e proporcionem maior escuta destes sujeitos duplamente marginalizados.

Palavras-chave: homossexualidade; homem; negro; racismo; psicanálise.

Abstract

This study proposes an analysis of the narratives of subjects who identify themselves as black and homosexual men. Three subjects aged between 18 and 26 participated in the research. As a data construction strategy, a non-directive interview was used. French discourse analysis, in conjunction with psychoanalytic theoretical aspects, was used as a data processing method. The interpretative excerpts indicate that ideological formations, originating from multiple discourses of the social order, propose to normalize and standardize a symmetrical and supposedly congruent relationship between biological sex, gender appearances, sexual position and sexual orientation. Listening to the subject in psychoanalysis, however, highlights the non-naturalized nature of sexuality, its perverse and polymorphous dimension in a Freudian sense, in which enjoyment rebels against any normalization. There is a need for new research on the topic, which expands and provides greater listening to these doubly marginalized subjects.

Keywords: homosexuality; man; black; racism; psychoanalysis.

Introdução

A sexualidade humana é entendida como uma construção social, cuja origem não encontra explicação apenas na natureza, mas no momento histórico e cultural, que influencia a constituição dos sujeitos (Gross & Carlos, 2015). Encontra-se, contemporaneamente, uma polissemia discursiva, mantenedora de ideias e modelos propostos como científicos, biologizantes e naturalizantes das múltiplas expressões e vivências da sexualidade. Enquanto formalização discursiva, a sexualidade é permeada por hierarquizações e classificações fundamentadas em oposições entre masculino/feminino e ativo/passivo. Tais lógicas contribuem para instituir a heterossexualidade como modelo único de identidade sexual “saudável”, inserindo a homossexualidade como subversão/perversão da regra instituída.

Butler (1990/2003) aponta que, tradicionalmente, as sociedades ocidentais estão baseadas no contexto binário dos sexos, regidos pela heteronormatividade. A partir dessa norma, estabelecem-se características anatômicas-fisiológicas, nomeações sociais de gênero, desejos e práticas sexuais que se enquadram na normalidade imposta. Sujeitos que se constituem de outras formas, apresentando uma incoerência entre gênero, práticas sexuais, masculino e feminino, acabam fadados à invisibilidade e à patologia (Cossi & Dunker, 2017). Segundo Butler (2016), homens e mulheres estão sujeitos a uma heterossexualidade compulsória como base fundamental das trocas sociais, tendo o casamento e a formação da família como base de reprodução da sociedade; tal lógica impacta a legalização das uniões homoafetivas.

Apesar de se localizar maior diálogo entre os discursos sobre a homossexualidade, principalmente a masculina, nossa sociedade permanece definindo como “natural” e “normal” somente as relações sexuais/amorosas entre homens e mulheres (Vieira & Peres, 2015). Aos que vivem a homossexualidade, expressando-a publicamente, são comuns relatos de preconceções dos modos de vida, preconceitos e processos de marginalização.

Com relação ao sujeito negro, além dos preconceitos vividos por desviar-se de uma sexualidade normalizada, ele carrega em seu corpo as ideias racializadas que, devido à cor de sua pele, o inferiorizam em sua constituição – física, moral, psicológica e intelectual – em relação a sujeitos considerados superiores, no caso, brancos. De acordo com Kon et al. (2017), os ideais coloniais como consequência do processo de escravização de sujeitos negros e a visão marginalizada desses são reforçados.

Frantz Fanon (1952/2008), escritor negro e martinicano, indica que persiste a percepção colonial de que o homem negro é associado a uma potência sexual exagerada, muitas vezes estereotipado como detentor de um “grande pênis”. Caso essa imagem não seja vinculada a um atributo físico específico, é frequentemente ligada a uma suposta potência sexual capaz de ameaçar a

sexualidade branca. Tal representação cria a imagem de um ser robusto, dotado de uma sexualidade intensa, caracterizado por viver exclusivamente para a satisfação de desejos, em detrimento de estabelecer relacionamentos significativos (Conrado & Ribeiro, 2017).

Nesse sentido, o ser homossexual e negro é atravessado por desqualificações plurais, estigmatizado pela representação da raça inferior e objetificado sexualmente. Ademais, é discriminado entre negros e brancos, pela concepção negativa da sexualidade contra hegemônica (Lima & Cerqueira, 2012). Convém ressaltar que Fanon (2008) valia-se de uma pluralidade epistemológica e teórica para construir suas ideias anticolonialistas, utilizando-se da psicanálise como uma ferramenta importante nesse trabalho. Sua concepção de sexualidade deriva da compreensão freudiana do caráter perverso-polimorfo das expressões sexuais.

Freud, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), reformula a ideia sobre sexualidade. Culturalmente, a sexualidade dita “normal” seria aquela útil para a conservação da espécie, num ideário evolucionista e, do contrário, seria uma perversão. Freud utiliza o termo perversão para designar a sexualidade não no sentido patológico, mas no sentido da busca pelo prazer, o que subvertia as normas instituídas em sociedade. Ao conceituar a sexualidade de forma inédita, representando-a através dos destinos da pulsão, ele assina a tese de que a sexualidade humana é estruturalmente desnaturalizada. As pulsões não podem ser reduzidas à biologia, elas se constituem por apoio na satisfação das necessidades e não possuem um objeto pré-determinado a serem direcionadas (Fuck & Rudge, 2018).

A teoria psicanalítica apresenta a escolha do sexo e de objetos sexuais do ser humano como uma construção, por ter seu *habitat* na linguagem e na relação com o Outro, uma montagem de processos inconscientes. A forma como o sujeito goza, uma variante da sua vida sexual, como toda forma de gozo sexual, é incompleta, marcada pela castração (Quinet & Jorge, 2020). Se na psicanálise não há a normatização da sexualidade, tão menos haveria a naturalização de quaisquer outros preconceitos, como os relacionados à raça e suas implicações sexuais. Essa vertente teórica apresenta uma posição que torce os pensamentos normatizadores e as representações sociais que homossexuais e negros carregam em nossa sociedade. O foco é o sujeito do inconsciente, tendo a palavra como via de acesso à mensagem objetivada.

Ao considerar esses tensionamentos e antagonismos discursivos em relação à sexualidade, este trabalho propõe a análise e a reflexão das construções narrativas de homens negros quanto à vivência da sexualidade. A partir desta discussão, são levantadas as seguintes indagações: *como estes sujeitos se percebem? Como ocorre a construção identitária da homossexualidade e da negritude? Em que momento e em quais situações as identidades negra e homossexual se complementam para suas percepções enquanto sujeitos?*

Significações da homossexualidade ao longo da história

A homossexualidade, termo derivado do grego *homo* (igual, comum, semelhante) e *sexus*, que significa sexo, exprime tanto a ideia de semelhante, igual, análogo ou semelhante ao sexo que a pessoa objetiva ter, como significa a sexualidade exercida com uma pessoa do mesmo sexo (Reinke et al., 2017). Esta expressão e seus derivados vêm, ao longo dos tempos e nas diferentes culturas, adquirindo significações distintas, porém, os sentidos mais atribuídos são de punição, vergonha, segregação e violência contra as pessoas que não se enquadram nos padrões da heteronormatividade (Molina, 2011).

Apesar de tais definições, a homossexualidade nem sempre foi vista desta forma; povos da antiguidade, como os gregos, encaravam o relacionamento entre pessoas do mesmo gênero como algo inerente ao ser humano (Reinke et al., 2017). As relações homoeróticas na Antiga Grécia eram permeadas pelo pensamento de ser uma atividade de poder masculino e de aprendizagem da masculinidade. Elas tinham o sentido de relacionar-se com alguém semelhante física e intelectualmente (Vieira & Peres, 2015).

Além da busca pela plenitude visada nessas relações entre iguais, havia um caráter pedagógico: a iniciação da vida sexual do homem jovem, entre 12 e 18 anos, era feita com um homem adulto. Meninos pertencentes a famílias nobres, ao entrarem na adolescência, eram encaminhados para ficar sob os cuidados de homens mais velhos, considerados sábios e guerreiros (Dieter, 2012). Tal relação era aceita socialmente e recebia o nome de *pederastia*. O jovem era denominado *eromenos* e o homem adulto, *erastes*; ambas as palavras derivam do prefixo *Eros* que significa amor (Vieira & Peres, 2015).

Na Roma antiga, as relações sexuais entre dois homens eram encaradas com naturalidade, embora o termo utilizado não fosse “pederastia”, mas sim “sodomia”. O termo, originado de uma conotação bíblica, era utilizado para descrever o relacionamento sexual entre dois homens, apesar de ser utilizado para designar perversões sexuais, especialmente o sexo anal praticado tanto por homossexuais quanto por heterossexuais (Dieter, 2012).

Nas antigas sociedades grega e romana, as relações homossexuais eram regidas por normas sociais específicas. Na Grécia, a liberdade da pederastia foi condicionada à ocorrência entre um homem mais velho e um jovem, cujas famílias detivessem prestígio social. Outrossim, em ambas as sociedades, a passividade na relação homossexual era percebida como uma fonte de vergonha social, pois a confiança masculina estava ligada à sua virilidade e à sua masculinidade (Reinke et al., 2017). O sujeito que assumisse o polo passivo da relação era associado à inferioridade, reservando-se esta posição às mulheres, aos escravos e rapazes (Dieter, 2012).

No fim do Império Romano, a sodomia tornou-se uma violação do ideal cristão. Anteriormente, a partir de Justiniano, em 533 a. C., a relação entre as pessoas do mesmo sexo passou a ser punida com a fogueira e a castração, sendo vista como um ato não aceito por Deus. Passou-se a predominar atos sexuais entre homens e mulheres, surgindo o casamento e a família (Eskridge, 1993). Entre os séculos V e XV, período da Idade Média, as questões relacionadas à sexualidade e à homossexualidade sofreram influências religiosas a partir dos dogmas da Igreja Católica. A religião passou a estabelecer o que é normal e anormal na prática sexual de homens e mulheres. Qualquer atividade sexual que fosse contra a ordem de “crescei e multiplicai-vos” era tida como transgressora, profana (Reinke et al., 2017). Ademais, tinha-se o pensamento da relação sexual entre pessoas do mesmo sexo como algo imoral e bárbaro (Vieira & Peres, 2015).

Por volta do século XVIII, a medicina reinterpreta a homossexualidade como doença, patologizando-a, sendo chamada de homossexualismo (sufixo “ismo” designando doença). Nesse pensamento, existia a possibilidade de se diagnosticar o homossexualismo a partir de um exame clínico, pregava-se a cura e a ideia de contaminação dos “normais”, o que reforçava o pensamento de anormalidade (Reinke et al., 2017). Apenas no século XX, no ano de 1990, foi que o homossexualismo saiu da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS), deixando-se de utilizar o termo “homossexualismo” para usar-se “homossexualidade”.

Mesmo com os movimentos sociais, com a maior visibilidade e com a sua despatologização, a homossexualidade ainda é vista como algo anormal, profano, que vai contra a heteronormatividade imposta. Embora haja avanços significativos, oriundos de lutas sociais, persiste a expectativa de que as uniões sejam predominantemente heterossexuais, contribuindo para uma visão negativa das relações homossexuais. Conforme Vieira e Peres (2015), esse cenário propicia o aumento do preconceito, da homofobia e da incidência de violência física e psicológica contra indivíduos que vivem sua orientação sexual fora do espectro heterossexual.

Homossexualidade e Psicanálise

Antes dos delineamentos freudianos, estudiosos do fim do século XIX focalizaram a sexualidade como fator determinante e fundamental no comportamento humano. Até meados de 1850, não existia o termo “homossexualidade”. Certamente, homens e mulheres mantinham relações sexuais/amorosas com pessoas do mesmo gênero, mas essas relações não eram vistas como determinantes de suas identidades. A essas pessoas eram atribuídas expressões pejorativas, como sodomitas, pervertidos ou invertidos. Em 1860, o médico austro-húngaro Karoly M. Benkert (1824-1882) utilizou o termo “homossexualidade” (Marques, 2010).

Alguns pesquisadores desta época, como Hirschfeld (psiquiatra alemão: 1868-1935), Carl Heinrich Ulrichs (advogado e teólogo alemão: 1826-1895) e Carl Westphal (neurologista alemão: 1833-

1890), apresentavam análises guiadas pela religião e política, o que resultou na patologização de algumas orientações sexuais, como a homossexualidade. Porém, as considerações freudianas sobre a sexualidade promoveram uma distorção do discurso biologizante sustentado pela sexologia (Marques, 2010).

Freud, em obras como *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), *O caso Schreber* (1911/2010) e *Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher* (1920/1976), apresenta a homossexualidade como uma posição libidinal, uma orientação sexual tão verdadeira quanto a heterossexualidade. Ele sustenta sua ideia partindo do Complexo de Édipo, baseado na bissexualidade original, na qual a chamada “escolha de objeto ou solução” vai se constituir. A pulsão sexual sem um objeto definido não estaria atrelada ao instinto, como no caso dos animais. No ser humano, o objeto da pulsão é plural, expressando-se por diversas vias (oral, anal, escopofílica, vocal, sádica, masoquista, por exemplo) (Quinet & Jorge, 2020).

Na leitura freudiana, há uma separação da estreita relação entre sexualidade e órgãos sexuais, em que a reprodução ficaria em segundo plano e o prazer seria o principal objetivo. Nessa perspectiva, a biologia, a moral, a religião e a opinião popular estão equivocadas em relação à natureza da sexualidade humana. A sexualidade é, em si, perversa, agindo em busca do prazer, fugindo de qualquer normatização, indo contra seu suposto objetivo natural – a procriação (Quinet & Jorge, 2020).

Os conceitos freudianos ganharam espaço mundialmente e, com Ferenczi, psicanalista húngaro, houve a fundação da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) (Marques, 2010). Ao longo de seu crescimento, a IPA sofreu divisões, caracterizadas por questões pessoais, teóricas e técnicas, o que afetou a visão de parte dos psicanalistas sobre a homossexualidade. Uma dessas divisões ocorreu em 1912, quando Ernest Jones criou o “Comitê Secreto” e, ignorando alguns aportes teóricos freudianos, escreveu uma carta a Freud relatando sua reprovação na admissão de um analista homossexual à sociedade.

Foi apenas em 1999, no Congresso da Associação Psicanalítica Internacional em Santiago, que a IPA se opôs a qualquer discriminação contra qualquer sujeito com base em seu gênero, origem étnica, crença religiosa ou orientação sexual. Jacques Lacan teve uma posição diferente dos apontamentos freudianos em relação aos homossexuais. Ao contrário de algumas sociedades psicanalíticas, que tinham a homossexualidade como um fator impeditivo ao exercício da psicanálise, Lacan recebia homossexuais para análise e aceitava-os como membros da École Freudienne de Paris. Para Roudinesco (2002), Lacan não entendia a homossexualidade como orientação sexual, defendia que sempre há uma disposição perversa em toda forma de amor e reconhecia o homossexual de uma maneira bem próxima a de Proust: um perverso, pois perverte o discurso dominante da civilização, indo contra a imposição da heteronormatividade.

As discussões sobre a temática persistem, não há uma convergência de ideias quanto à homossexualidade e à perversão, tanto no senso comum como na psicanálise (Quinet & Jorge, 2020). Apesar disso, ressalta-se que as obras de Freud são capazes de responder as críticas e as dúvidas no que tange à homossexualidade. Enfatiza-se que a orientação sexual homossexual se trata de uma escolha objetal e não de uma estrutura perversa ou de uma perversão sexual. Por se tratar de uma escolha de objeto na qual as pulsões sexuais serão direcionadas, homens podem escolher outros homens como objeto sexual e mulheres escolherem outras mulheres. Esse diálogo reforça a compreensão da sexualidade humana como um dos efeitos da constituição do sujeito, desprovida de padrões pré-estabelecidos a serem rigidamente seguidos (Couto & Lage, 2018).

Homem, negro e homossexual

O negro, na cultura Ocidental, ainda é visto a partir de uma identidade marginalizada e inferiorizada que, ao longo da história brasileira, constituiu suas raízes a partir de variados grupos étnicos africanos. Tais grupos foram capturados e trazidos à força na condição de escravizados. Para manter esses sujeitos nessa condição, alimentou-se, no imaginário de uma cultura branca eurocêntrica, uma imagem do ser negro associada ao primitivismo, à selvageria e à vida sexual desregrada, excessiva e afluída (Côrtes & Souza, 2019).

Pensar no ser negro é refletir que este é escravo de sua aparição, que seu corpo aciona, com o menor dos contatos, representações positivas e negativas relacionadas ao lugar de escravizado. Espera-se que o homem negro seja superdotado de diversas habilidades corporais, como dança, futebol, força física, sexo e outras atividades, trazendo ideias racializadas que foram criadas pela sociedade colonial. Em uma sociedade racista, o homem negro traz a escravidão impressa em seu corpo e, com ela, os mais variados atributos pejorativos associados aos criados supermasculinos. Mesmo que ele não saiba disso, buscando significações e corporeidade, é assim que acabará sendo visto e terá que, de uma forma ou de outra, dialogar com essas expectativas (Faustino, 2014).

O sujeito negro é uma ideia criada pelo homem branco, que subjugou o africano à condição de escravo, definiu “negro” como uma raça, estabeleceu seu lugar na sociedade e os padrões de interação com esse sujeito. Assim, este indivíduo se configura como uma projeção do homem branco, sendo nomeado como tal e determinado por meio da violência física e simbólica. Sua ascensão estava e ainda está vinculada ao pertencimento racial, buscando escapar do grupo ao qual pertence, abandonando e renunciando a sua cor, identificando-se como branco (Fanon, 1952/2008).

Ao ler esse esquema colonial que apresenta o homem branco de forma narcísica, ideal universal e único detentor de *status* de sujeito, o homem negro não é considerado um homem, mas um indivíduo que se deve manter em cena como uma máquina do sexo e do trabalho. Ele é denominado “neguinho” e caracterizado de forma infantilizada como o arteiro e/ou serviçal, ou de

“negão”, caracterizado como ameaçador, fisicamente forte, dotado de genitália potente e excepcional capacidade sexual, sendo ameaçador ao branco. Como agravo, se esse homem negro é *gay* e não condiz nenhuma dessas expectativas, ele não é nada (Faustino, 2014).

Pensar no homem homossexual negro é perceber que este é um habitante de dois mundos distintos: a homossexualidade e a raça. A negritude dele é construída a partir da padronização da sua masculinidade, como negro heterossexual. Esse é tido como um herói, um homem inabalável, que protegeria os mais fracos (mulheres e crianças) e a si mesmo. Por outro lado, pode ser remetido a um ser animalesco, que aplicará sua agressividade e violência ao branco, que o humilha e o violenta, assim como contra aqueles mais frágeis a quem deveria proteger (mulheres e crianças).

Entretanto, o homem negro homossexual está em contraposição a essa visão: ele é visto como portador de um distúrbio moral, da alma ou da natureza, não sendo admitido neste padrão, é percebido como incapaz de proteger os mais fracos e de salvar a raça, portanto, passa a representar covardia, fraqueza e fragilidade, sendo considerado uma traição ao estereótipo sub-humano assimilado pelo próprio homem negro (Lima & Cerqueira, 2012).

Tal sujeito também experimenta uma negação dentro do próprio grupo. Os clubes, boates, imagens, mídia *gay*, propagandas, espaço de confraternização, sua perspectiva de poder e padrões de consumo têm como referência o homossexual branco. Ocorre uma afirmação da identidade que atravessa as perspectivas definidas por uma lógica de mercado voltada para o público branco, urbano, jovem, interligado a relações de trabalho e de produção definidas pela lógica branca, heteronormativa. Os homossexuais negros que conseguem entrar nesse mundo são conduzidos e induzidos a seguirem um referencial branco estadunidense e/ou branco europeu de identidade.

Os sujeitos que não detêm poder de consumo e/ou visibilidade, em função do racismo existente, encontram-se longe do padrão identitário aceito, inclusive no mundo heterossexual brasileiro “liberal”, que cede à pressão de aceitação, desde que estes homossexuais sejam brancos, embranquecidos e consumidores vorazes (Lima & Cerqueira, 2012). Como apontam os autores, evidenciar a fala desse sujeito, duplamente marginalizado, significa visibilizar suas ações sociais no sentido de se reconstruir para conseguir encontrar-se em dois universos: negro e homossexual, ambos marginais na sociedade brasileira.

Metodologia

Este trabalho adota uma perspectiva qualitativa, cuja abordagem é caracterizada pela busca de uma compreensão das complexas relações constituintes da realidade social, na qual o sujeito envolvido no processo investigativo é considerado protagonista, o único capaz de narrar sua própria história. Em sua narrativa, o sujeito coloca-se em relação com o outro, expressando significados, crenças, valores e conhecimentos sobre eventos pessoais (Araújo et al., 2017). Cada sujeito tem uma

forma particular de se relacionar com o mundo, logo, este estudo possui um caráter compreensivo, com o objetivo de analisar as narrativas de sujeitos que se identificam como homens negros e homossexuais.

Para a construção das informações apresentadas neste estudo, foi utilizada a entrevista aberta, na qual optou-se por uma questão disparadora: **“Conte-me sobre sua vida e como ser negro e ser homossexual surgem nela”**. Os participantes foram convidados a contribuir com a pesquisa a partir de uma técnica conhecida como *bola de neve*. Essa técnica consiste em buscar, a partir das redes de sociabilidade do próprio pesquisador, sujeitos que apresentam as condições necessárias para contribuir com o objetivo do estudo (Vinuto, 2014).

As entrevistas foram realizadas com três participantes que se identificaram e se reconheceram como homossexuais e negros, com idades entre 18 e 26 anos, em um Serviço de Psicologia Aplicada de um Centro Universitário da cidade de Porto Velho – Rondônia, nos meses de abril e maio de 2021. O tempo total das entrevistas foi de 137 minutos. As entrevistas foram transcritas e incorporadas ao *corpus* de análise, os excertos delas foram identificados em itálico para destacar-se do texto corrente.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário (CAAE 45497821.0.0000.0013). Para garantir o sigilo e o anonimato dos participantes, estes foram identificados com nomes fictícios, conforme as Resoluções nº 510, de 07 de abril de 2016, e nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que regulamentam as práticas de pesquisa envolvendo seres humanos. Para esclarecer o objetivo da pesquisa, seus riscos e benefícios, bem como resguardar os direitos dos sujeitos envolvidos, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de elucidar as regularidades de temas, dos quais, *a posteriori*, foram construídos blocos discursivos de análise, como recomendado pela análise do discurso, visando evidenciar questões que corroborem a proposta da pesquisa a partir de um recorte interpretativo. Orlandi (2012) evidencia que a análise do discurso não está interessada somente no texto como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao conteúdo. É através do discurso que o sujeito expressa sentidos, jogos simbólicos e transferenciais, dos quais não se tem total controle. Desta forma, processos inconscientes e ideológicos estão largamente presentes.

A partir disso, foram construídos os seguintes blocos discursivos: (1) Descoberta, revelação ou “escolha” de objeto sexual? (2) Relacionamento familiar e a influência religiosa, (3) “Ou você é um ou você é outro, não tem como ser os dois” – percepções do sujeito sobre ser negro e homossexual. Para melhor identificação dos participantes, apresenta-se uma breve descrição de suas histórias de vida seguida dos resultados e discussão.

Matheus

Homem, negro, homossexual, 26 anos, identificou-se como *bicha preta*. No período da pesquisa residia com a mãe na região leste da cidade. Foi criado apenas por ela, com a qual manteve conflitos em relação à sexualidade. Participava como membro de movimentos sociais, principalmente relacionados ao movimento negro. Narrou ter sofrido diversas situações de violência e preconceito em sua vida, marcados pela homofobia e pelo racismo. Mantinha vínculos com religiões afro-brasileiras e bruxaria brasileira.

Paulo

Assim como Matheus, Paulo se descreve como homem, negro, homossexual, 26 anos, que se identificou como *bicha preta*. Formado em pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – seu estudo de conclusão de curso abordava a temática da sexualidade nas escolas – demonstrou ser participativo em movimentos sociais focados na sexualidade e em questões étnico-raciais. Criado em uma família evangélica, vivenciou, *a priori*, sua sexualidade de forma “natural”. Entretanto, relatou que foi expulso de casa após se assumir homossexual, sofrendo diversas consequências. No período da pesquisa, residia com seu namorado, na região sul da cidade.

Gustavo

Homem, negro, homossexual, 21 anos. É tecnólogo e atuava na sua área de formação. Criado pela avó materna, sua infância foi marcada pela religião católica e evangélica, que influenciaram diretamente nas expressões de sua sexualidade. Relatou ter um bom relacionamento familiar, mas sua avó expressava não aceitar muito bem sua orientação sexual. Demonstrava esperança de que um dia houvesse pleno acolhimento de sua condição sexual. Sofreu diversas formas de preconceito, principalmente racismo. Residia com o namorado na região leste da cidade e, no momento da pesquisa, não tinha religião definida.

Resultados e Discussão

Eixo 1: Descoberta, revelação ou “escolha” de objeto sexual?

A presença do autopenconceito, autocrítica e autocondenação são fatores que se demonstram frequentes na vida de homossexuais e expressam que o indivíduo não fez esta “escolha” de forma consciente, mas que sua orientação sexual se impôs a ele (Quinet & Jorge, 2020). Ao escutar os sujeitos da pesquisa, estes reconstituíram reminiscências do encontro com esta dimensão da sexualidade:

[...] eu sempre me entendia como uma criança diferente! Uma criança, hoje em dia, entre aspas, “viada”! Sempre me entendia, que meu jeito era diferente, jeito de andar era diferente, o jeito de portar as mãos era diferente, o jeito de falar era diferente [...] (Matheus).

Eu como... por ser um... um homem gay, eu comecei a perceber, com os meus 5/6 anos né? Quando eu comecei a sentir atração por outros homens. E eu... buscava reprimir sempre (Gustavo).

Na psicanálise, as expressões do sexual estão ligadas aos processos de identificação e às escolhas de objeto. Tal processo é advindo da dinâmica edípica protagonizada pelas variabilidades pulsionais e de processos de simbolização do relacionamento do sujeito com o Outro. A sexualidade do indivíduo é sempre uma construção singular (Ceccarelli, 2017). O objeto sexual (objeto *a*) é “escolhido” a partir dos atributos dos outros que fizeram parte da história libidinal do sujeito. Esse objeto é aquele que desperta o desejo, encanta o indivíduo, o seduz e faz com que fale que tenha uma “Coisa” inexplicável que o atrai (Quinet & Jorge, 2020). Entre os entrevistados, o encantamento, a singularização do olhar são marcados por um sentir, a pulsão que se manifesta e que encontra um objeto com o qual se liga.

Nossa! Por que que eu não paro de olhar pra esse homem né?! – Eu ficava vigiando praticamente o homem né. E sentia algo muito, muito forte, muito... que eu achava... isso é muito, muito diferente, eu achava muito, muito estranho, muito diferente (Gustavo).

Em nossa cultura, percebe-se a patologização das escolhas de objeto (Ceccarelli, 2017). O ser humano não nasce sexualmente determinado, ele aprende e constrói sua sexualidade a partir do outro (Lacan, 1964/1985). Em nossa sociedade, espera-se que a heterossexualidade seja o padrão a ser seguido, então sexo, gênero e desejo deveriam corresponder a esta norma, excluindo e discriminando outras identidades, como a homossexualidade (Basso et al., 2020).

A partir disso, existe um conflito entre a escolha objetual e os impulsos pulsionais que devem corresponder às exigências da realidade – culturalização (Ceccarelli, 2017). Partindo do discurso dos entrevistados, tem-se o movimento de corresponder aos valores sociais impostos. Há a procura em se adequar ao modelo coerente com as práticas sexuais hegemônicas e à performance de gênero associada ao sexo masculino, reprimindo e negando a sua sexualidade, para enquadrar-se ao padrão aceito. Matheus e Paulo, ao narrarem suas trajetórias de construção das suas identidades, sinalizam que se impuseram vigilância e controle, tentando corresponder às *performances* de gênero:

Aí, quando eu entrei na adolescência, mesmo ainda assim, um pouco afeminado, eu comecei a entender que eu poderia controlar isso né?! Pelo medo de me assumir e tal, tanto que eu poderia controlar isso de uma outra maneira, então comecei a me vigiar mais na questão do andar, comecei a ser “hétero”, entre aspas né, em vigiar a questão do andar, da roupa [...] (Matheus).

Eu tentei olhar para as meninas da mesma forma, mas eu não conseguia. Não conseguia me atrair. Me atraía assim, por amizade, por diálogo, por conversa, mas emocionalmente eu me identificava mais com homens (Paulo).

O sujeito que vive a homoafetividade não raramente passa por um processo de aceitação de sua orientação sexual. Em um primeiro momento, percebe sua sexualidade de forma a se sentir diferente, gerando um sentimento de estranheza por não ser o indivíduo do sexo oposto a chamar sua atenção. Em um segundo momento, o desconforto é instaurado, desencadeando um conflito de

aceitação e negação do seu desejo, logo, de forma a reprimir sua pulsão. Esse conflito é manifestado através do medo e da insegurança de vivenciar sua sexualidade, o que acaba sendo um fator gerador de sofrimento ao sujeito. Por fim, se estabelece a aceitação e a revelação de sua sexualidade, constituindo um conforto em sua vivência.

Tais etapas podem ser justificadas por inúmeros fatores sociais existentes como, por exemplo, o sigilo da homossexualidade na família, no trabalho ou para ser incluído em um determinado grupo. Tal movimento alimenta a ideia de que os desejos homossexuais devem ser mantidos em segredo, em “sigilo”, em conformidade com as expectativas criadas de que as relações deveriam permanecer invisíveis publicamente, restritas apenas à vida privada. O homem “macho”, perante a sociedade, deveria deixar de lado sua sexualidade, impondo sua masculinidade, reforçando a opressão *gay* (Nascimento & Scorsolini-Comi, 2018).

Dentro da análise das narrativas de Paulo, é manifestado que o processo de “aceitar-se” homossexual foi fator determinante para a construção de sua identidade, para que ocorresse sua revelação a sua família, exibindo o desejo de viver sua sexualidade sem se esconder. Já no relato de Gustavo, a vivência de suas experiências afetivas e sexuais acarretou sua identificação como homossexual.

Aí foi com 18 anos, e eu me aceitei com 18 anos também, que eu constituí realmente a minha identidade assim... pra mim primeiro... que eu era gay e depois pra minha mãe, depois pro mundo (Paulo).

[...] conheci esse menino, e comecei a namorar com ele. Assim no momento que eu conheci, eu já comecei a namorar. E aí, eu me... me identifiquei como gay né [...] (Gustavo).

É comum que sujeitos homossexuais apresentem certos conflitos psíquicos durante o processo de construção de sua identidade, muitas vezes, devido à pressão para se conformarem e corresponderem às expectativas de gênero predominantes, e a homofobia, como violência física e psicológica existente, que pode levá-los a camuflar sua orientação sexual (Lima, 2021). O discurso predominante na sociedade tende a criar ideais a serem seguidos na tentativa de direcionar as pulsões. Logo, a “escolha” inconsciente de objeto por parte desses sujeitos é frequentemente rotulada como anormal pela sociedade.

Posto isso, a psicanálise não sugere a existência de um objeto sexual correto a ser escolhido, ela pensa na sexualidade como uma construção, e não como um processo inato ou dado pela natureza, o que promove uma ruptura epistemológica que visa despatologizar e evitar a padronização do fator sexual humano (Cossi & Dunker, 2019).

A sociedade, a partir da forma como reage com a pessoa homossexual, explicita sua fragilidade diante do medo do que é “incomum”. A pessoa prefere a dualidade das coisas, pois tal estruturação causaria menos temor. Ou seja, dividindo os sujeitos em homem e mulher, feminino e masculino, como

normas, se sente ameaçada frente ao público não seguidor de suas concepções. Esse medo é o que faz com que acabem excluindo sujeitos com propostas diferentes de existências e de *performances* do sexual (Basso et al., 2020). Logo, se faz necessária uma maior compreensão da diversidade da dinâmica que permeia as variabilidades das orientações sexuais e da pluralidade da sexualidade humana (Ceccarelli & Franco, 2012).

Eixo 2: Relacionamento familiar e a influência religiosa

A família pode ser considerada como o primeiro núcleo estruturante e socializador com quem o sujeito tem contato. É uma entidade fundamental para fundar as bases identitárias do indivíduo. Trata-se de um núcleo social que pode ser considerado um ponto de apoio e amparo neste processo de construção da sexualidade, como também uma dificuldade a ser enfrentada, pois pai e mãe criam expectativas em relação à criança (“eu ideal”), de como esta deverá ser, agir e existir (Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018). Nas narrativas dos participantes da pesquisa, depreende-se a complexidade enfrentada pelas famílias ao lidarem com a “descoberta” de um filho homossexual. O medo, a frustração e a intolerância emergem como sentimentos manifestados pelos familiares, conforma expresso pelos entrevistados.

Ela era uma mãe extremamente conservadora e qualquer...qualquer desconfiança do meu jeito ou algum tipo de fofoca ou se ela me visse perto de algum menino, automaticamente, ela já partia para a agressão (Matheus).

A minha mãe já... também gritava o tempo todo que preferia não ter me tido, do que... do que eu ter nascido e... ter se tornado essa decepção (Paulo).

Ela me falou, ela sabia... ela imaginava né, percebeu, porque toda mãe, acho que percebe. Só que ela não queria comentar nada né, porque ela tinha ainda esperanças... Só que eu tive que sair de casa porque, ela... ela sabe, ela não me aceita totalmente ainda (Gustavo).

O discurso familiar acaba sendo perpassado por valores culturais e religiosos que caracterizam a homossexualidade como um impedimento ao casamento e a netos, um comportamento “demoníaco”, promíscuo e associado a doenças. Tais aspectos remetem ao pensamento do senso comum de que a homossexualidade seria um comportamento de risco para a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018). Paulo e Gustavo, em suas narrativas, abordam essa questão: um sentir-se demonizado.

[...] a minha avó dizendo que eu ia morrer aidético, a minha mãe dizendo que eu tinha que orar, que eu tinha que voltar para os caminhos do Senhor, que isso era do demônio, era possessão (Paulo).

No dia que a gente... no dia que eu me assumi e depois de alguns dias que ela veio tentar colocar na minha cabeça que era algo... demoníaco, por exemplo, que isso era só uma fase, que ia passar, que ainda tem esperanças né?! (Gustavo).

Em nossa sociedade, as características sexuais acabam sendo consideradas determinantes para a vivência da sexualidade. A anatomia responde com os caracteres secundários do corpo, a fisiologia, as gônadas e os hormônios. A sociedade civil responde com uma série de condutas, como o modo de se vestir, de se portar, de desejar. Ao longo do tempo, em cada cultura são performados semblantes do que é ser homem e mulher, cujos comportamentos estão referidos a um certo modo de se produzir o gênero (Quinet & Jorge, 2020).

Por semblante, compreende-se como efeito, tanto no plano da imagem quanto no plano do discurso, que busca dar conta do lado insuportável da separação entre homens e mulheres, criando imagens, imaginários e performances (Lacan, 1971/2009). Dessa forma, os semblantes de *homem* e *mulher* designam que “homem é aquele que tem uma mulher” e “mulher é aquela que é de um homem” (Quinet & Jorge, 2020). Gustavo denota, em seu discurso, este posicionamento e associação da homossexualidade ao semblante feminino, por parte de sua família.

A minha avó até hoje né – Você é homem, você não é mulher! (Gustavo).

O excerto da entrevista põe em relevo que as normas de gêneros e as concepções de suas *performances* propagam um binarismo que referencia a forma de se pensar masculinidade e feminilidade. Logo, perpetua-se a ideia de que a prática heterossexual é o único fim para a vivência da sexualidade. Essa lógica advém da organização societal, através da imposição de normas reguladoras, que levam a civilização a estipular um único modelo de relação sexual, o heteronormativo monogâmico com fins reprodutivos (Durski, 2018). Assim, o homossexual teria um único destino: ser considerado anormal e sofrer com isso.

Outro ponto percebido na análise das narrativas é que os participantes Matheus e Paulo demonstram que as ideologias religiosas influenciam a vivência de suas sexualidades. Sujeitos homossexuais se compreendem como errados, logo, apresentam um clamor a uma cura e a um sofrimento por se sentirem diferentes:

[...] porque eu sabia que eu ia para o inferno ou que Deus não me amava. Então eu vivia pedindo perdão, vivia clamando a cura – me cura por favor! – e chorava e chorava – por favor, me cura. Eu não aguento mais ser assim! Não aguento mais sentir desejo por outro homem, eu não quero cair [...] (Matheus).

Tanto que até nas orações eu perguntava [...] ... Nós perguntamos qual é o erro? Qual é... o nosso defeito?... Por que que a gente não pôde ter vindo igual os outros?! (Paulo).

A religião e a ciência fazem com que cada indivíduo acredite que é uma “meia esfera” à procura de sua outra metade – do sexo oposto. A religião se mune do pensamento da perpetuação da espécie. Já a ciência se mune da anatomia como fator determinante para a posição sexuada, escolha de objeto sexual e performance de gênero (Quinet & Jorge, 2020). Ambas acabam moldando os *semblantes* do que é ser homem e mulher em nossa sociedade, com base em comportamentos, características

anatômicas e dogmas religiosos. Existências que fogem a esses pensamentos são anormais e devem ser “corrigidas”, “curadas” e evitadas.

Existem saberes sobre a sexualidade que ainda são guiados pela religião e ordem política. Tais saberes acabam determinando quais seriam os desejos e as práticas sexuais aceitáveis. Assim eram e ainda continuam sendo ditadas normas dos prazeres do corpo e da libido (Basso et al., 2020).

Eixo 3: “Ou você é um ou você é outro, não tem como ser os dois” – percepções do sujeito sobre ser negro e homossexual

A construção do sujeito negro no Brasil é marcada por uma experiência sistemática de discriminação, preconceito e ofensa à cor da pele, o que gera um processo de dificuldade de identificação. Por não se reconhecer como tal, o negro não se identifica com seus elementos culturais, não afirma sua estética corporal e não se vê em elementos identificatórios na sociedade (Barreto & Ceccarelli, 2018). No processo de escuta dos sujeitos da pesquisa, eles reconstituíram memórias do contato com essa dimensão racial.

E eu ouvia muitas palavras racistas [...] “preto do codó”, “macaco”, falavam muito do meu cabelo, que era um cabelo ruim, a cor da pele... [...] (Matheus).

[...] eu... descobri né, pelo fato de [que] eu sofri racismo, principalmente na escola [...] Um menino que não era nem meu amigo nem nada, me chamou de macaco né?! (Gustavo).

Ser preconceituoso significa criar opiniões negativas antes mesmo de se obter informações necessárias para que se gere um julgamento parcial. Portanto, a discriminação é advinda do processo de civilização, do exercício do cotidiano, do mínimo de regras de convivência e de tolerância para o outro. O medo é um dos fatores gerados pelo preconceito, sentimento este que é vivenciado diariamente por sujeitos negros, que experimentam tal sentimento, por exemplo, diante de um policial, de um segurança, de um recepcionista e de todos aqueles cuja função é barrar o acesso, seja em locais públicos ou privados (Barreto & Ceccarelli, 2018). Entre os entrevistados, esse medo é marcado pelo olhar suspeito, pela desconfiança, uma visão marginalizada.

O homem negro não entra no supermercado. E ele automaticamente é visto como aquele que é suspeito (Matheus).

As pessoas falam – Quem tem medo de polícia é bandido! – Mas não, né?! Outros tipos de pessoas que têm que ter medo da polícia, é o ... é as pessoas pretas. Porque, ninguém da polícia está ao seu lado né, pra defender e a polícia é muito preconceituosa e racista (Gustavo).

A identidade negra se constrói na resistência do povo contra toda e qualquer forma de preconceito racial. Essa consciência vem à tona através de sentimento de pertencimento, identidade coletiva e ações políticas que promovem interações, conhecimento e valorização dessa identidade (Mizael & Gonçalves, 2015). Nesse sentido, a identidade negra ou um sentimento de negritude acaba

indo contra uma lógica negativa, levando a uma sensação de orgulho e de pertencimento, como é expresso no discurso dos entrevistados.

Entrei em um grupo de pesquisa [...] estudando, eu fui entendendo mais desse universo [...] o poder dessa interseccionalidade, o poder de um aquilombamento né?! Aquilombamento tem a ver com... com... é.. esse poder que os negros têm de se juntar e se curarem. O poder do amor afro que é essa cura que a gente traz quando a gente se une, quando a gente se reúne, quando a gente estuda sobre os nossos antepassados, estuda formas de resistir (Matheus).

Mas depois de um tempo, de uns 4 a 5 anos pra cá, que eu vim conhecendo, que eu vim me identificando, fazendo com que isso seja uma luta pra mim, pra eu buscar mais respeito.... pela minha cor [...] (Gustavo).

Matheus e Gustavo compartilham um processo significativo de reconhecimento de sua identidade negra, marcando suas vidas de maneira significativa. A participação ativa em grupo de pesquisa e a união com outros sujeitos negros emergem como elementos cruciais que se transformaram em espaços de subjetivação e retribuição de sentidos, especialmente em relação à vivência desses homens como negros. Esses relatos instigam uma reflexão profunda sobre a construção da identidade de homens negros em uma sociedade que, por vezes, entende o embranquecimento como a única alternativa aceitável. Os sujeitos enfatizam que esse processo identitário não ocorre de forma isolada, mas envolve questões psicológicas, sociais e afetivas, evidenciando uma interseccionalidade intrínseca.

Ao considerar a interseccionalidade, conceito que destaca a sobreposição e a interconexão de diversas categorias de identidade, como gênero, raça, classe social e orientação sexual, percebe-se que as experiências individuais não podem ser compreendidas de maneira isolada. Esses fatores operam de forma interligada na construção do “Eu” desses indivíduos, moldando-os como sujeitos culturais e políticos (Pereira, 2021). Essa interseccionalidade, como abordada nos relatos de Matheus e Gustavo, amplia a compreensão das complexas dinâmicas envolvidas na formação da identidade em um contexto social diverso.

Ao longo do processo de análise das narrativas, verifica-se que o homem negro, além das dificuldades enfrentadas em relação a cor de sua pele, perpassa a normatização criada do seu corpo, da sua sexualidade e do seu gênero. Este sujeito é percebido segundo sua raça, morfologia, sexo e etnicidade. A psicanálise não desconsidera os efeitos desses determinantes sociais sobre o sujeito, propõe uma leitura em que este se constitui a partir dos efeitos da sua relação com o Outro e com os outros, como efeito da linguagem, que o desnaturaliza. Além disso, considera que esse mesmo sujeito é atravessado pelas relações normativas da heterossexualidade, logo, a construção de gênero, masculinidade e desejo encontram ancoragem nas determinações sociais, nas quais as fantasias e as pulsões da sociedade se forjam (Cossi & Dunker, 2019). Dentre os entrevistados, Matheus e Gustavo esboçam ter consciência dessa padronização, denotando uma masculinidade exacerbada, reduzindo

o homem negro ao seu falo (órgão sexual), seu porte físico e sua força. Matheus exhibe ainda a retirada da fragilidade emocional deste sujeito, que deve se manter sem demonstrar sentimentos. Esta lógica leva à reflexão da negação do sofrimento a este indivíduo, como um fator que não pode existir.

Ele precisa ser o forte, ele precisa ser o bem-dotado, sexualmente falando. O homem negro ele não pode ser sensível, ele não pode chorar (Matheus).

Diante disso, a construção de gênero do homem negro é feita a partir desses dados ditos “naturais” ao seu corpo. É a partir do “outro”, que dita as distinções entre os sexos e como homens e mulheres devem se comportar, que o semblante do homem negro é reduzido ao seu pênis, como uma forma de assegurar que este indivíduo possa ser caracterizado como homem (Cossi & Dunker, 2019). A negritude deste sujeito é construída a partir da cis-heterossexualidade hegemônica. Se o sujeito é homossexual, espera-se que ele também corresponda com uma *performance* masculinizada e hipersexualizada, sendo o ativo na relação, o “macho penetrador” (Oliveira, 2020).

Entretanto, apesar de, no corpo teórico deste estudo, o semblante elucidado ser o do homem negro parrudo e viril, durante seu desenvolvimento, o que se encontrou foram semblantes diferentes. Matheus e Paulo se identificaram como “*bichas pretas*”, por não corresponderem ao modelo de masculinidade que é imposto. Tal *performance* é entendida, em nossa sociedade, como uma masculinidade dissidente, pois acaba evocando um “não lugar”. A masculinidade dissidente da “*bicha preta*” confronta a masculinidade universal e é considerada uma afronta que deve ser ridicularizada, diminuída, escondida, controlada e negada. É aquela que não é suficientemente macho para ser “*negão*” e, automaticamente, é incapaz de ser *gay* (Hilário & Pereira, 2020). Nas narrativas colhidas, é possível observar o sentimento de desmerecimento e estranhamento que os participantes sofrem por exibirem uma outra variação de *performance*.

Bicha preta é sinônimo de estranho. Os artigos que a gente lê sobre bicha preta no Brasil, a gente vê que a bicha preta é sinônimo de estranho. Aquilo que não pode... ter! É estranho, é alguém maluco (Matheus).

Ou você é um ou você é outro, não tem como ser os dois (risos). Ou você tem que ser negro ou você tem que ser nego, negão, padrão, que é o aceito, aquele bruto, latino ou o que fica com os gays só pra... perdão pela palavra, “esfolar o cu dele” [...] Você não pode tá aqui na média, você não pode ser a média dos dois, ou um ou outro (Paulo).

Apesar da percepção desta desqualificação por parte dos entrevistados, é importante reiterar que o semblante da *bicha preta* é apenas uma variação de formas de existência e *performance* do masculino. A *bicha preta* seria apenas uma dessas diversas formas de existir. O demérito atrelado à *bicha* está baseado nas normas e ideologias sociais, por esta *performance* não corresponder ao padrão de masculinidade hegemônico existente, que acaba não contemplando todos os sujeitos e as identidades do ser e torna-se homem, assujeitando, desumanizando e coisificando a *bicha preta* e os indivíduos que fogem à regra instituída (Hilário & Pereira, 2020). Apesar de tal pontuação, dentre os

entrevistados, Paulo exhibe o desejo de corresponder ao semblante do homem negro, musculoso e viril, como uma forma de evitar o sofrimento que enfrenta por não corresponder a esta *performance*. Tal expressão faz refletir na nocividade que a normatividade traz para a vida dos indivíduos.

Não posso ser um homem negro musculoso... ai bem que eu queria! Me encaixar dentro desse estereótipo pra ter um pouco de passibilidade, mas infelizmente... (Paulo).

Homossexuais exibem a vontade de serem aceitos e acolhidos não só por suas famílias, como também pela sociedade. Existe a busca por um grupo no qual se identifiquem, como a comunidade LGBTQIAPN+. Entretanto, mesmo sendo uma comunidade de indivíduos que vão contra as normas estabelecidas, também existe a presença de padrões e imaginários sociais que afetam diretamente a sexualidade e o corpo do homem negro. A comunidade também expressa a normatização do corpo e da masculinidade deste sujeito. Matheus e Paulo, em suas interações com a comunidade, exprimem um “não pertencimento”, um “não se encaixar” e uma desvalorização de suas existências.

Então o homem negro não pode, dentro dos parâmetros sexuais e de ge...gênero da.... do LGBTQIA+ do homem negro, o homem negro ele não pode ser passivo – Como assim o homem negro é um homem gay passivo?! Como assim o homem negro é afeminado?! Então isso não e... não pode existir é... indiretamente assim no nosso meio né (Matheus).

Meu amigo me falava “tem que parar de ser assim, bicha!”, e ele [é] mais bicha que eu. E aí me falava pra mim deixar de ser bicha e eu falava “mas mana do céu, como assim?!” E aí foi quando eu fui me identificando, a comunidade, ela é muito preconceituosa, em relação aos nossos corpos, aos corpos que são assim (Paulo).

Um ponto importante observado é o erotismo que permeia a construção dos corpos racializados. Este fator contempla as relações afetivo-sexuais dos sujeitos homossexuais, como se estes indivíduos apenas servissem para efetivação de um fetiche, de uma pulsão ou de um desejo, também reproduzindo o imaginário de que o indivíduo negro serve apenas para o sexo e não para relacionamentos duradouros. Isso porque as representações em relação ao seu corpo, gênero e sexualidade não lhe dão a possibilidade de tal *performance*. Tal lógica está enraizada no imaginário social, no qual o corpo deste sujeito é percebido apenas em termos de atributos e qualidades que devem ser explorados, reforçando e repetindo uma lógica colonial e hipersexualização que este homem negro sofre até hoje (Ribeiro, 2020). Nas análises discursivas, Gustavo demonstra a objetificação de seu corpo, em um sentir-se usado para suprir as necessidades sexuais do outro. Percebe-se o desejo de estabelecer um relacionamento afetivo duradouro, porém, ele é colocado no lugar de sujeito “inapto” para relacionamentos.

Então, como eu era solteiro né, eu percebia que os caras só queriam ter relacionamentos sexuais comigo né?! [...] só queriam o relacionamento sexual, porque não me viam como uma pessoa apta pra ter um relacionamento (Gustavo).

Seu corpo se torna objetificado, alvo de determinações impostas, como normas sociais, padrões e condutas. O corpo deste sujeito é construído para corresponder à realização dos desejos e das pulsões de nossa sociedade (Cossi & Dunker, 2019). É o corpo para a satisfação sexual, não para relacionamentos. Sendo heterossexual ou homossexual, que seja de forma hipersexualizada, representando o “macho” que lhe é imposto. Não se encaixando em nenhum destes semblantes, este sujeito é inexistente.

Considerações finais

Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa expressam o quanto sua sexualidade e sua etnia são marcadores participativos na concepção de suas identidades como indivíduos em sociedade e como essas demarcam as violências e resistências que enfrentam ao longo de sua vida. Percebe-se que a homossexualidade e a negritude, no processo de construção do sujeito, não aparecem de forma conjunta, são construídas de formas diferentes e se interligam ao longo da sua vivência. Ao perceberem que vivenciam uma existência e sexualidade fora dos padrões estabelecidos em sociedade, especialmente quando a cor de sua pele e o gênero suscitam uma representação performativa que difere do que é esperado e desejado, esses indivíduos muitas vezes se veem como um problema a ser solucionado. Essa percepção contribui para agravar as dificuldades e angústias daqueles que levam uma vida à margem das normas sociais.

Conforme abordado pelos diálogos propostos por este estudo, a forma como o sujeito se constitui a partir dos significantes sexo, gênero e sexualidade é subjetiva, singular. Cada sujeito estrutura esses elementos com base em suas escolhas objetais, relações interpessoais e linguagem, refletindo a natureza única e pessoal desse processo. Contudo, o corpo, o gênero e a sexualidade destes sujeitos são construídos e influenciados por uma estrutura normativa que regula o semblante performativo, as condutas, os atos e as maneiras de agir. Para nossa sociedade, a incoerência entre gênero, sexo, desejo e práticas sexuais tende a ser patologizada. Instaure-se uma dificuldade em assimilar que tais fatores são orientados pelas vicissitudes das pulsões, o que significa dizer que este fator não corresponde aos imperativos de reprodução. Portanto, tais fatores influenciam a forma como estes sujeitos lidam com a sociedade e como se percebem diante dela.

Grupos de psicanalistas, por um período, foram coniventes com práticas discriminatórias em relação aos homossexuais, cujos rastros desses discursos ainda perpassam as formações de analistas. Não se refuta que há escolas de formação em psicanálise mais conservadoras, que se fecharam a outras epistemologias e práticas. Há muitas psicanálises, mas tem-se identificado mais nas publicações em bases de dados brasileiras artigos, dissertações e teses que se utilizam de referenciais psicanalíticos, produzindo trabalhos cuja proposição é a desmitificação da sexualidade, apresentando-a como plural e despatologizando as diversas variantes da função sexual.

Aqueles que não se enquadram no modelo identitário predominante, o que inclui características como afeminado e negritude, continuam a ser marginalizados. Essa segregação resulta em um processo de violência coletiva, vivenciada pelos participantes desta pesquisa e por outros sujeitos homossexuais negros, bichas pretas, existentes em nossa sociedade. É uma realidade que destaca a urgência de visibilizar a diversidade dentro de todas as comunidades, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero ou origem.

O reconhecimento de que há poucas pesquisas que integram sexualidade a questões étnico-raciais, no Brasil, reitera a importância de investir em novos estudos que explorem a interseccionalidade dessas vivências. É relevante mencionar que este estudo fez uma escolha de escuta de homens negros homossexuais e como estes constroem e vivenciam a sexualidade. No entanto, reconhece-se que não aborda todas as possibilidades de pesquisa, como a vivência da sexualidade e da negritude em sujeitos não homossexuais. O apelo por investimento em novos estudos é crucial para promover uma reflexão mais profunda sobre questões naturalizadas na sociedade. Essa reflexão é essencial para compreender as experiências desses sujeitos que sofrem efeitos nocivos de uma cultura normativa.

Além disso, são lançados questionamentos sobre: como a negritude, o gênero e a sexualidade são construídos em sujeitos não homossexuais? Homens negros homossexuais são atravessados pela normatividade diferentemente de homens negros não homossexuais? Como os fenômenos do racismo impactam a existência de homens negros homossexuais e não homossexuais? Essas questões emergentes são importantes para analisar em outras pesquisas os efeitos dos discursos racializados na constituição dos sujeitos.

Referências Bibliográficas

- Araújo, C. M. de et al. (2017). O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33(1), 1-7. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/19506>
- Barreto, R., & Ceccarelli, P. R. (2018). Considerações psicanalíticas sobre preconceito racial: um estudo de caso. *Estudos de Psicanálise*, 50, 145-154.
- Basso, H.P. et al. (2020). Identidade de gênero e transexualidades na psicanálise: confrontação com o enigma que o outro é. *Revista Universo Psi*, 1(2), 52-75.
- Butler, J. (1990/2003). *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade* (22a ed.). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2016). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.
- Ceccarelli, P. R. (2017). Psicanálise, sexo e gênero. *Estudos de Psicanálise*, 48, 135-145.
- Ceccarelli, P. R., & Franco, S. (2012). Homossexualidade: verdades e mitos. *Bagoas – Estudos Gays: gêneros e sexualidades*, 4(05), 119-130.

- Conrado, M., & Ribeiro, A. A. M. (2017). Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, 1(25), 73-97. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Côrtes, R. de C. S., & de Souza, M. L. (2019). "A homossexualidade não era uma coisa que eu estava disposto a aceitar": narrativas de um estudante negro, gay e de classe popular. *ODEERE*, 4(7), 23-42. <https://doi.org/10.22481/odeere.v4i7.5137>
- Cossi, R. K., & Dunker, C. I. L. (2017). A diferença sexual de Butler a Lacan: gênero, espécie e família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33(1), 1-8.
- Cossi, R. K., & Dunker, C. I. L. (2019). *Faces do sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente* (1a ed.). Aller Editora.
- Couto, R. H., & Lage, T. dos S. (2018). Homossexualidade e perversão no campo da psicanálise. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 39(1), 35-52. <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2018v39n1p35>
- Dieter, C. T. (2012). *As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional*. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.
- Durski, L. M. (2018). Gênero e Psicanálise: além da dualidade "mulher" x "homem". *Gênero*, 19(1), 224-237.
- Eskridge, W. N. (1993). A History of Same-Sex Marriage. *Virginia Law Review*, 79(7), 1419-1513. <https://doi.org/10.2307/1073379>
- Fanon, F. (1952/2008). *Peles negras. Máscaras brancas*. EDUFBA.
- Faustino, N. D. (2014). O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In E. A. Blay (Org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp.75-110). Cultura Acadêmica.
- Freud, S. (1905/2016). *Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos* (11a ed.). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1911/2010). *Obras completas, volume 10: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos* (11a ed.). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1920/1976). *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*. Obras completas, volume 18. Imago.
- Fuck, B. B.; Rudge, A. M. (2018). Em torno da complexa articulação sujeito e cultura. *Psicologia USP*, 29(1), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0103-656420160153>
- Gross, J., & Carlos, P. P. (2015). Da construção da sexualidade aos direitos LGBT: uma lenta conquista. *Revista Eletrônica Direito & Política*, 10(2). <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/7474>
- Hilário, R. A., & Dias Pereira, W. G. (2020). Bichas pretas afeminadas: do silenciamento na escola à solidão na vida. *REVES – Revista Relações Sociais*, 3(4), 03001-03011. <https://doi.org/10.18540/revesv3iss4pp03001-03011>
- Kon, N. M. et al. (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. Perspectiva.
- Lacan, J. (1964/1985). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar Editora.
- Lacan, J. (1971/2009). *O Seminário. Livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Zahar Editora.
- Lima, V. M. (2021). Psicanálise e homofobia: o infamiliar na sexuação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24(2), 397-420. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n2p397.9>

- Lima, A., & Cerqueira, F. de A. (2012). Identidade homossexual e negra em Alagoinhas. *Bagoas – Estudos Gays: gêneros e sexualidades*, 1(01), 1-17. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2262>
- Marques, L. R. (2010). As homossexualidades na Psicanálise. *Revista Trivium*, 2(1), p. 467-484.
- Mizael, N. C. O., & Gonçalves, L. R. D. (2015). Construção da identidade negra na sala de aula: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder. *Itinerarius Reflectionis*, 11(2). <https://doi.org/10.5216/rir.v11i2.38792>
- Molina, L. (2011). A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. *Antíteses*, 4(8), 949-962. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2011v4n8p949>
- Nascimento, G. C. M.; Scorsolini-Comin, F. (2018). A revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. *Temas em Psicologia*, 26 (3), 1527-1541. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-14Pt>
- Oliveira, M. R. G. de. (2020). *Nem ao centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. 1. ed. Devires.
- Orlandi, E. P. (2012). *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Pontes.
- Pereira, B. C. J. (2021). Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 21(3), 445-454. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>
- Quinet, A., & Jorge, M. A. C. (2020). *As homossexualidades na psicanálise: na história de sua despatologização*. Atos e Divãs edições.
- Reinke, C. A. et al. (2017). Homossexualidade masculina e suas marcas na história. *Revista MÉTIS: história & cultura*, 16(31), 275-290.
- Ribeiro, M. (2020) “Eu decido ‘cês’ vão lidar com o king ou com kong” – Homens pretos, masculinidades negras e imagens de controle na sociedade brasileira. *Revista Humanidades e Inovação: corporalidades, narrativas e conhecimentos insurgentes: um dossiê em tempos de intersecções de crises*, 7(25), 117-134.
- Roudinesco, E. (2002). Pyschanalyse et homosexualité: réflexions sur le désir pervers, l'injure et la fonction paternelle. *Cliniques Méditerranéennes*, 65, 7-34.
- Vieira, É. D. & Peres, A. L. (2015). Percursos da construção da identidade de jovens adultos homossexuais. *Revista Psicologia em Foco*, 7(9), 33-59.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>